



FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE PALMAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

JULIANA FERREIRA DE QUEIROZ

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
UMA AVALIAÇÃO COM FOCO NO *CAMPUS* AVANÇADO PEDRO AFONSO DO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS

PALMAS - TO
2016

JULIANA FERREIRA DE QUEIROZ

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
UMA AVALIAÇÃO COM FOCO NO *CAMPUS* AVANÇADO PEDRO AFONSO DO
INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Linha de Pesquisa Dinâmicas Institucionais e Avaliação de Políticas Públicas, da Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT), como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Gestão de Políticas Públicas.

Orientadora: Dr^a Helga Midori Iwamoto

PALMAS - TO

2016

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

- Q3a Queiroz, Juliana Ferreira de.
ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA AVALIAÇÃO COM FOCO NO
CAMPUS AVANÇADO PEDRO AFONSO DO INSTITUTO FEDERAL
DO TOCANTINS. / Juliana Ferreira de Queiroz. – Palmas, TO, 2016.
138 f.
- Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade Federal do
Tocantins – Câmpus Universitário de Palmas - Curso de Pós-
Graduação (Mestrado) Profissional em Gestão de Políticas Públicas,
2016.
- Orientadora : Helga Midori Iwamoto
1. Políticas Públicas . 2. Ensino . 3. Assistência Estudantil . 4.
Gestão de Processos . I. Título

CDD 350

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de
qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que
citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime
estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

**Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da
UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).**

JULIANA FERREIRA DE QUEIROZ

**ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: UMA AVALIAÇÃO COM FOCO NO CAMPUS
AVANÇADO PEDRO AFONSO DO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins para obtenção do título de mestre.
Orientador(a): Profa. Dra. Helga Midori Iwamoto.

Aprovada em 19/05/2016.

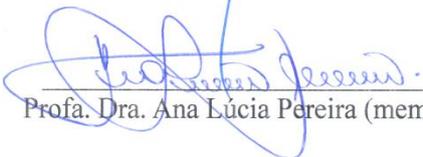
BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Helga Midori Iwamoto (orientador)



Profa. Dra. Ana Lúcia de Medeiros (membro interno)



Profa. Dra. Ana Lúcia Pereira (membro externo)

DEDICATÓRIA

*Para Angelina, que chegou e mudou tudo.
Para melhor.*

AGRADECIMENTOS

Reconhecer a participação dos outros em nossas empreitadas é mais do que um ato de gratidão é a aceitação de que sozinhos não conseguimos ir muito longe.

Não conseguiria ter chegado até aqui se não fosse a minha adorada família, que compreendeu a minha necessidade de partir rumo ao desconhecido e, de coração partido, me deixou trilhar a minha própria história. Minha mãe Dora, meu pai Queiroz (in memorian), meus melhores irmãos do mundo - Cida, Peta, João Luiz, Gazinha, Zam e todos os outros familiares, amo vocês do tamanho do infinito.

Aos meus incríveis amigos, que tive a sorte de conhecer aqui no Tocantins, que sempre me apoiaram em tudo e me acolheram em suas casas todas as vezes que precisei ir para as aulas: Nereu Jr., Alfa, Harry, Kely Rejane, Carlos, Simone, Rose, Dani e Rodrigo, lhes devoto a minha mais sincera e vitalícia amizade.

Agradeço ao Instituto Federal do Tocantins e todos os amigos que lá conheci e que amenizam a batalha laboral diária através da cumplicidade e gentileza. Agradeço em especial a todos os amigos do *Campus Avançado Pedro Afonso*, pela compreensão nas ausências que o Mestrado exigiu e por todo o incentivo.

À Laninha, que foi parte fundamental nesse processo, que me ajuda verdadeiramente em tudo do meu dia-a-dia e que cuida da minha filha com todo o zelo e amor necessários. Obrigada, de coração.

À querida Luciana Messeder, que conseguiu me motivar e me mostrou como trilhar o caminho das pedras em meio às dificuldades do Mestrado.

À minha orientadora Helga, que me guiou com toda a sutileza e respeito imagináveis, me mostrando que orientar não é empurrar, é caminhar lado a lado, compreendendo o outro e freando o passo, quando necessário. Muito obrigada.

Aos colegas de turma do Gespol, que tornaram menos árdua essa caminhada. Nos momentos de dificuldades, assim como nos de alegria, vocês foram fundamentais. Foi uma honra ter dividido esse tempo com vocês.

Agradeço à Deus, por me ter concedido saúde e persistência para alcançar mais esse feito. É tanta generosidade que nem sei se mereço.

À minha filha Angelina, que ainda não compreende essas palavras, mas que desde já quero que registre-se que meu amor a ti pertence e que de minha parte nunca faltarão esforços para vê-la feliz. Por fim, a todos que me ajudaram de alguma forma, direta ou indiretamente. Muito obrigada!

RESUMO

Esta pesquisa trata do processo de avaliação das Políticas Públicas aplicadas no Instituto Federal do Tocantins (IFTO), no âmbito do *Campus Avançado Pedro Afonso*, relacionadas ao Ensino Técnico Profissionalizante. Em primeira instância, discute a caracterização das Políticas Públicas e o desenvolvimento do Programa de Assistência Estudantil no IFTO. A seguir, analisa a partir de uma trajetória nacional direcionada a um recorte territorial específico, a saber, o âmbito do próprio Instituto, a dinâmica que relaciona políticas públicas e assistência estudantil. Posteriormente, apresenta os métodos de coletas e análises de dados relacionados a pesquisa. Os resultados demonstraram uma diferença significativa no que diz respeito à taxa de abandono, taxa de reprovação, frequência e rendimento escolar entre o grupo de alunos participantes do PNAES e o grupo de alunos não participantes do PNAES. Posteriormente, a caracterização do perfil socioeconômico do aluno bolsista foi submetida a teste de análise de variância, porém este não detectou diferenças significativas dentro deste grupo de alunos em relação aos critérios de frequência e rendimento escolar. Por fim, como produto desta dissertação, foi apresentado um diagnóstico com o detalhamento dos procedimentos administrativos de gestão do PNAES no âmbito do *Campus Avançado Pedro Afonso*, em forma de apêndice, contendo a apresentação de propostas para manutenção e melhorias da gestão do programa.

Palavras-chave: Assistência Estudantil; Institutos Federais de Educação; Bolsistas; Vulnerabilidade Econômica; Abandono Escolar; Gestão de Processos.

ABSTRACT

This research deals with the process of evaluation of public policies applied at the Federal Institute of Tocantins (IFTO) under the Advanced *Campus* Pedro Afonso related to Technical Education College. In the first instance, discusses the characterization of Public Policy and the development of the Student Assistance Program in IFTO. The following analysis begins from a national trajectory directed to a specific territory, namely the scope of the Institute, the dynamics related to public policies and student assistance. Then, the methods of collection and analysis of data related to research are presented. The results showed a significant difference in regard to dropout rate, failure rate, attendance and academic performance among the group of students participating in the PNAES and the group of non-participants PNAES students. Subsequently, the characterization of the socioeconomic profile of the scholarship student was subjected to analysis of variance test. However this did not detect significant differences within this group of students in relation to criteria of attendance and school performance. Finally, as a product of this dissertation a diagnosis was presented with details of administrative procedures PNAES management under the Advanced *Campus* Pedro Afonso, in the form of appendix, containing proposals for maintenance and improvement of the program management in that instance.

Keywords: Student Assistance; Federal Education; scholarship; Economic vulnerability; School Drop; Processes management.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANDIFES :Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

CEFET: Centro Federal de Educação Tecnológica.

FONAPRACE: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis.

IFES: Instituições Federais de Ensino.

IFTO: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.

MEC: Ministério da Educação.

PAE: Política de Assistência Estudantil.

PNAD: Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio

PNAES: Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PROFAE: Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem.

REUNI: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais.

SEBRAE: Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAC: Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 - Orçamento PNAES - IFTO 2010- 2015.....	52
Ilustração 2 - Representação <i>boxplot</i> de comparativo de Presenças (P),.... Faltas (F) e Coeficiente de rendimento entre os grupos de alunos	74
Ilustração 3 - Comparativo de anos de estudo entre homens e mulheres no Brasil	76
Ilustração 4 - Representação <i>boxplot</i> de comparativo de Presenças (P),..... Faltas (F) e Coeficiente de Rendimento dentro do Perfil Raça	89
Ilustração 5 - Representação <i>boxplot</i> de comparativo de Presenças (P),..... Faltas (F) e Coeficiente de rendimento dentro do perfil estado civil	91
Ilustração 6 - Fluxograma do processo de seleção para o PNAES.....	115
Ilustração 7 - Fluxograma do processo de execução do PNAES.....	118
Ilustração 8 - Fluxograma do processo de controle do PNAES.....	119
Ilustração 9 -Novo fluxograma do processo de seleção para o PNAES.....	121
Ilustração 10 - Novo fluxograma do processo de execução para o PNAES..	122
Ilustração 11- Novo fluxograma do processo de controle para o PNAES....	123

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Alunos matriculados no <i>Campus Avançado Pedro Afonso</i> ,.....	67
nos semestres 2015.1 e 2015.2	
Tabela 02 - Percentual de abandono escolar dos alunos participantes.....	69
do PNAES	
Tabela 03- Percentual de abandono escolar dos alunos não	69
participantes do PNAES	
Tabela 04 - Taxa de reprovação/aprovação dos alunos participantes do	71
PNAES	
Tabela 05 - Taxa de reprovação/aprovação dos alunos não participantes...	71
do PNAES	
Tabela 06 - Análise descritiva dos dados - quantitativo de presenças,	73
faltas e coeficiente de rendimento escolar.	
Tabela 07- Análise de variância entre grupos - rendimento, presenças e	73
faltas	
Tabela 08 - Percentual de alunos bolsistas, conforme sexo.....	76
Tabela 09 - Percentual de alunos bolsistas, conforme faixa etária.....	77
Tabela 10 - Percentual de alunos bolsistas, conforme estado civil.....	78
Tabela 11 - Percentual de alunos bolsistas, conforme quantidade de	79
filhos.	
Tabela 12 - Percentual de alunos bolsistas, conforme raça.....	81
Tabela 13 - Percentual de alunos bolsistas, conforme ocupação.....	82
Tabela 14 - Percentual de alunos bolsistas, conforme renda <i>per capita</i>	84
Tabela 15 - Análise de variância entre características do perfil	86
socioeconômico do bolsistas e quantitativo de presenças, faltas e	
rendimento escolar.	
Tabela 16 - Teste de Tukey para comparações múltiplas - raça.....	88
Tabela 17 - Teste de Tukey para comparações múltiplas – estado civil.....	90
Tabela 18 - Análise de associação de abandono escolar e sexo.....	92
Tabela 19 - Análise de associação de abandono escolar e faixa etária.....	93
Tabela 20 - Análise de associação de abandono escolar e raça.....	93
Tabela 21 - Análise de associação de abandono escolar e renda per.....	93

capita.

Tabela 22 - Análise de associação de abandono escolar e quantidade de filhos.	94
Tabela 23 - Análise de associação de abandono escolar e paternidade.....	94
Tabela 24 - Análise de associação de abandono escolar e ocupação.....	94
Tabela 25 - Análise de associação de abandono escolar e estado civil.....	94
Tabela 26 - Análise de associação de reprovação e sexo.....	95
Tabela 27 - Análise de associação de reprovação e faixa etária.....	95
Tabela 28 - Análise de associação de reprovação e raça.....	96
Tabela 29 - Análise de associação de reprovação e renda per capita.....	96
Tabela 30 - Análise de associação de reprovação e paternidade.....	96
Tabela 31 - Análise de associação de reprovação e ocupação.....	96
Tabela 32 - Análise de associação de reprovação e estado civil.....	97

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 - Alcance do PNAES no <i>Campus</i> Avançado Pedro Afonso.....	67
Gráfico 02 - Percentual de alunos participantes do PNAES que..... abandonaram o curso	69
Gráfico 03 - Percentual de alunos não participantes do PNAES que..... abandonaram o curso	70
Gráfico 04 - Taxa de reprovação/aprovação dos alunos participantes do PNAES	71
Gráfico 05 - Taxa de reprovação/aprovação dos alunos não participantes do PNAES	71
Gráfico 06 - Perfil/sexo - alunos participantes do PNAES.....	76
Gráfico 07- Perfil/faixa etária - alunos participantes do PNAES.....	78
Gráfico 08 - Perfil/estado civil - alunos participantes do PNAES.....	79
Gráfico 09 - Perfil/quantidade de filhos - alunos participantes do PNAES..	80
Gráfico 10 - Perfil/raça - alunos participantes do PNAES.....	81
Gráfico 11 - Perfil/ocupação - alunos participantes do PNAES.....	82
Gráfico 12 - Perfil/renda <i>per capita</i> - alunos participantes do PNAES.....	84

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA	16
1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA.....	16
1.2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	17
1.3 RELEVÂNCIA DO TEMA E DA PESQUISA	18
1.4 ESTRUTURA DO TEXTO.....	20
2. REVISÃO DE LITERATURA	22
2.1 FUNDAMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.....	22
2.2 TRAJETÓRIA NACIONAL DE REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	28
2.3 CARACTERIZAÇÃO E IMPORTÂNCIA DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL	36
2.4 ASPECTOS RELACIONADOS À PERMANÊNCIA E AO ÊXITO ESCOLAR	45
3. O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SUA GESTÃO PELO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS	50
3.1 REGULAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL.....	53
4. LOCUS DA PESQUISA – INSTITUIÇÃO FEDERAL: AMBIENTE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?	56
5. METODOLOGIA DE PESQUISA	60
5.1 TIPO DE PESQUISA.....	60
5.2 POPULAÇÃO.....	62
5.3 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS.....	63
5.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS.....	65
6. RESULTADOS E DISCUSSÃO	67
6.1 ALCANCE DO PROGRAMA	67
6.2 COMPARATIVO ENTRE ALUNOS PARTICIPANTES DO PNAES E ALUNOS NÃO-PARTICIPANTES	68
6.3 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PNAES	75

6.4 ANÁLISE DE ASSOCIAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E O ÊXITO ESCOLAR.	85
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	99
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	104
APÊNDICE (PRODUTO DA DISSERTAÇÃO) DIAGNÓSTICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAES NO ÂMBITO DO IFTO - <i>CAMPUS</i> AVANÇADO PEDRO AFONSO	113
ANEXOS	124

1 INTRODUÇÃO

A contribuição deste trabalho abrange a área de políticas públicas inserida no contexto de Programas de Assistência Estudantil. A inquietação primária que motivou a realização dessa pesquisa está relacionada a necessidade de mensuração quanto a efetividade do PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil, no que tange à sua finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação pública federal.

É notório que a assistência estudantil é direcionada para atender os alunos que sofrem de vulnerabilidade econômica e social. A esses estudantes, cabe ao Estado subsidiá-los por meio de auxílios financeiros para que eles possam concluir o ensino em tempo regular. Para tanto, é necessário avaliar e verificar se os objetivos do programa estão sendo alcançados.

Esta pesquisa se concentrou nos cursos Técnicos do *Campus Avançado Pedro Afonso* do Instituto Federal do Tocantins, que historicamente são associados a altos índices de evasão e reprovação devido ao perfil dos seus alunados, que já iniciaram a sua vida laboral. Buscou-se analisar o desempenho do Programa de Assistência Estudantil relacionado ao atendimento dos alunos em vulnerabilidade social e econômica para possibilitar uma análise do aproveitamento do programa na diminuição dos índices de evasão e elevação dos coeficientes de rendimento e frequência escolar.

A primeira etapa estabelecida para a realização do trabalho estava relacionada com a elaboração de um projeto avaliando as ferramentas de pesquisas adequadas para a realização de um diagnóstico que permitisse representar fidedignamente o alcance do PNAES no *locus* avaliado, com dados relacionados à manutenção do aluno no curso e o seu desempenho nas disciplinas cursadas.

Num segundo momento, elegeu-se como ferramenta empírica de coleta de dados a realização de um censo com todos os alunos matriculados no *Campus Avançado Pedro Afonso* no ano de 2015, dividindo-os em dois grupos: Alunos participantes do PNAES e alunos não-participantes do PNAES. Para atingir o objetivo principal foi necessário acessar os dados de registros escolares dispostos nos diários de classe, que são os documentos comprobatórios da frequência e do rendimento escolar dos alunos matriculados.

Um outro elemento importante realizado na construção da pesquisa está inserido na caracterização da gestão dos processos envolvendo a Assistência Estudantil, o que permitiu conhecer detalhadamente todos os elementos envolvidos no processo de seleção, execução e controle do PNAES no âmbito do IFTO. Neste sentido, essa pesquisa buscou apresentar uma proposta exequível de execução e controle do programa pautada na avaliação dos indicadores pesquisados: Evasão, rendimento e frequência, para que a mesma seja utilizada como parâmetro nas outras unidades do IFTO, assim como em outras instituições federais de ensino. Essa proposta foi transformada em um diagnóstico dos procedimentos administrativos de operacionalização do PNAES, que é o produto deste trabalho de dissertação.

A assistência estudantil, enquanto instrumento de direito social, tem por finalidade viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Desta maneira, ela engloba todas as áreas dos direitos humanos, buscando amparar os seus beneficiários através de ações que melhorem as suas condições de alimentação, moradia, transporte, etc., e que estas ações, por sua vez, fortaleçam a relação do aluno com a escola.

Além disso, possibilita aos setores de Assistência pedagógica e psicossocial uma aproximação mais estreita com a realidade do aluno e de sua família, o que permite que os profissionais ligados à assistência estudantil, como psicólogos, assistentes sociais e pedagogos conheçam e caracterizem de maneira mais fiel o perfil socioeconômico e cultural, a estrutura familiar e o próprio histórico médico e acadêmico dos discentes matriculados, com vistas, ao melhor atendimento e amparo deste público durante o período de permanência na unidade de ensino.

As políticas públicas essencialmente se apresentam formuladas em documentos, que buscam contemplar a importância, impacto e aplicação de recursos públicos demandados para sua implementação. Se apresentam como uma ponte entre os anseios da sociedade e as ações do poder público. Assim, as políticas públicas educacionais visam propiciar aos estudantes e profissionais vinculados à escola meios para sanar problemas existentes além de alavancar as premissas relativas ao êxito escolar.

Nas últimas décadas, a avaliação de políticas e programas governamentais apresenta relevância para as funções de planejamento e gestão das instituições, sendo um instrumento para a administração pública no processo de modernização da gestão governamental. Demonstra-se a efetividade das ações, constituindo-se um julgamento sobre o valor das intervenções por parte dos avaliadores internos e externos, bem como dos usuários ou beneficiários (CUNHA, 2006).

No que diz respeito especificamente as políticas públicas aplicadas à assistência estudantil dentro da estrutura do IFTO, é indispensável destacar o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil que dispõe sobre a implantação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFTO e dá outras providências. Este documento construído a partir da discussão aberta entre os profissionais ligados à assistência estudantil e os representantes do corpo discente é responsável por nortear todas as ações ligadas ao PNAES, como: os eixos de assistência e apoio ao estudante, as modalidades e caracterização dos benefícios, os limites financeiros de cada tipo de auxílios assim como a gestão e supervisão do programa.

O objeto de estudo deste trabalho é o Programa de Assistência ao Estudante, especificamente no Ensino Técnico Profissionalizante. Será exposto aqui, como foi analisado o desempenho do programa dentro do âmbito do *Campus Avançado Pedro Afonso* do Instituto Federal do Tocantins.

1.1 FORMULAÇÃO DO PROBLEMA DE PESQUISA

A partir dos dados e das questões levantadas durante os estudos realizados, pretende-se responder ao problema: O programa de assistência estudantil tem sido efetivo no objetivo de garantir a permanência, a prevenção da reprovação, a diminuição da evasão escolar e melhor rendimento dos alunos do Ensino Técnico no *Campus Avançado Pedro Afonso* do Instituto Federal do Tocantins?

1.2 OBJETIVOS DA PESQUISA

Para Marconi e Lakatos (2007, p. 24), "Toda pesquisa deve ter um objetivo determinado para saber o que vai procurar e o que pretende alcançar. O objetivo torna explícito o problema, aumentando o conhecimento sobre determinado assunto."

Assim, o objetivo geral desta pesquisa foi avaliar o Programa Nacional de Assistência Estudantil tem atingido os seus objetivos de prevenção da reprovação, diminuição do abandono escolar, maior permanência e melhor rendimento dos alunos do ensino técnico profissionalizante, no caso do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – *Campus* Avançado Pedro Afonso.

1.2.1 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos pleiteados nesta pesquisa, são os descritos a seguir:

- Quantificar os alunos que receberam algum tipo de auxílio durante o período de referência da pesquisa, para determinar o alcance do PNAES no *locus* de pesquisa.
- Realizar um censo escolar através dos registros escolares, para avaliar se a participação ou não participação dos alunos no Programa Nacional de Assistência Estudantil apresenta relação com a permanência, a prevenção da reprovação, diminuição do abandono escolar e melhor rendimento;
- Caracterizar o perfil socioeconômico do aluno assistido pelo PNAES no *Campus* Avançado Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins;
- Investigar se e quais características do perfil socioeconômico do alunos interferem no abandono escolar, reprovação, frequência e rendimento escolar.
- Apresentar um diagnóstico com o detalhamento dos procedimentos administrativos de gestão do PNAES no âmbito do *Campus* Avançado Pedro Afonso, em forma de apêndice , contendo a apresentação de propostas para manutenção e melhorias da gestão do programa, sendo este o produto desta dissertação.

1.3 RELEVÂNCIA DO TEMA E DA PESQUISA

O artigo 205 da Constituição Federal (BRASIL, 1988) assegura que a educação é um direito de todos e um dever do Estado e da Família. De acordo com a carta magna, ela deverá ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Segundo Cury (2002, p. 246):

O direito à educação escolar é um desses espaços que não perderam e nem perderão sua atualidade. Hoje, praticamente, não há país no mundo que não garanta, em seus textos legais, o acesso de seus cidadãos à educação básica. Afinal, a educação escolar é uma dimensão fundante da cidadania, e tal princípio é indispensável para políticas que visam à participação de todos nos espaços sociais e políticos e, mesmo, para reinserção no mundo profissional.

É notório que o acesso à educação é um conceito amplo que envolve diversos elementos complexos e interligados diretamente aos outros direitos inerentes à dignidade humana, como acesso à saúde, alimentação e segurança. Para que o acesso à educação seja alcançado é necessário assegurar também que o educando tenha condições de permanecer e concluir sua vida acadêmica com êxito.

Uma das grandes preocupações das comunidades educativas está direcionada para a problemática do fracasso escolar e do correspondente abandono precoce. Neste cenário, a importância de políticas públicas consolidadas e voltadas para a permanência do aluno na escola torna-se elementos indispensáveis para a ampliação do acesso e inclusão escolar. Assim, a inclusão e o acesso devem estar necessariamente interligados às políticas de garantia de permanência, para que as atividades de ensino ocorram de modo igualitário e sem distinção entre todos os discentes, apenas deste modo, a promoção ao direito à educação e consequentemente, a diminuição da desigualdade social estariam assegurados.

Neste sentido o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010, art. 2º) (ver ANEXO I), almeja alcançar os seguintes objetivos:

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

- II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

No entanto, o decreto é omissivo quanto à forma de avaliação e controle do programa, deixando a critério da instituição federal de ensino fixar a metodologia de seleção e os mecanismos de avaliação e acompanhamento do PNAES. Ou seja, a instituição possui autonomia para executar o PNAES de acordo com suas peculiaridades, levando em consideração o perfil e as modalidades de seus cursos, assim como o perfil socioeconômico de seu alunado.

No âmbito do IFTO, foi instituído o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, que por sua vez, também é omissivo quanto ao detalhamento das ações voltadas ao controle e acompanhamento do programa. Assim, é indispensável a determinação de uma metodologia que gere dados que possam comprovar a efetividade do programa, especialmente, no sentido da permanência e do êxito escolar.

Segundo dados da Diretoria de Assuntos Estudantis, da Pró-reitoria de Extensão do IFTO, o repasse de recursos do Programa Nacional de Assistência Estudantil ao IFTO atingiu a marca de R\$ R\$ 13.163.295,00 entre os anos 2010 e 2014¹, sendo utilizado para o pagamento das mais diversas modalidades de auxílios, como por exemplo: Auxílio alimentação, transporte rural, transporte urbano, moradia, creche e colaborador. No entanto, esta Diretoria não possui dados sobre a efetividade do PNAES, quanto aos índices de evasão escolar neste grupo de alunos que recebem estes benefícios.

Neste sentido, este trabalho é relevante na demonstração do alcance dos objetivos do programa, relacionando o recebimento da assistência estudantil com a permanência e conclusão do ensino técnico. Além disso, tem sido uma preocupação das próprias instituições se organizarem para este tipo de atendimento, visto que o PNAES, assim como os outros Programas do Governo Federal, deve ser objeto de mensurações e prestações de contas

A avaliação, conforme Cunha (2006), pode subsidiar: o planejamento e formulação das intervenções governamentais, o acompanhamento de sua implementação, suas reformulações e ajustes, assim como as decisões sobre a

¹ Segundo dados do Plano de Desenvolvimento Institucional do IFTO (IFTO, 2015).

manutenção ou interrupção das ações. É um instrumento importante para a melhoria da eficiência do gasto público, da qualidade da gestão e do controle sobre a efetividade da ação do Estado, bem como para a divulgação de resultados de governo.

Assim este estudo será capaz de gerar conhecimentos que levem a discussões sobre formas de gestão dos recursos de assistência estudantil a serem registrados em artigos acadêmicos em nível nacional e internacional tendo como principais enfoques a mensuração e uma discussão prática do programa de assistência estudantil.

Além disso, colaborar para a sociedade acadêmica no aprofundamento do estudo sobre a matéria, bem como contribuir na melhoria no processo de gestão desta política pública tão importante para a população desprovida economicamente.

1.4 ESTRUTURA DO TEXTO

Para facilitar a organização e entendimento das técnicas aplicadas em nosso objeto de pesquisa, desmembramo-la em cinco capítulos:

A seção 2, *Revisão de Literatura*, desenvolve os conceitos e fundamentos para melhor compreensão do objeto e objetivos das pesquisa, sendo dividido nos seguintes subcapítulos: Fundamentação e Avaliação de Políticas Públicas; Trajetória Nacional de Regulamentação da Assistência Estudantil; Caracterização e Importância do Ensino Técnico Profissionalizante no Brasil; Permanência, rendimento e outros aspectos relacionados ao êxito escolar;

A seção 3, *O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua gestão pelo Instituto Federal do Tocantins*, dispõe sobre a forma de execução do Programa nesta Instituição e apresenta os valores recebidos nos últimos seis anos para a implementação das ações, além disso em seu subcapítulo, apresenta as informações mais relevantes sobre o Regulamento de Assistência Estudantil no âmbito do IFTO;

A seção 4, *LOCUS DA PESQUISA – Instituição Federal: Ambiente de Assistência Estudantil?*, apresenta e caracteriza o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins e o seu *Campus Avançado Pedro Afonso*,

reportando-se às legislações específicas que autorizam e norteiam o seu funcionamento, assim como o seu histórico de implantação e atuação. Outros aspectos explanados são as modalidades de ensino e cursos ofertados neste *campus*, assim como o seu público-alvo e as disposições voltadas à assistência estudantil expostas no Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019.

A seção 5, *Metodologia de Pesquisa*, dispõe os métodos utilizados no processo de construção do trabalho em todas as etapas da pesquisa desde o tipo de pesquisa até os procedimentos para análise de dados.

A seção 6, *Resultados e Discussão*, apresenta os resultados alcançados na Pesquisa de Campo, associando-os aos objetivos dispostos e aos trabalhos realizados anteriormente sobre a temática em uso;

A seção 7, *Considerações Finais*, onde a autora avalia o cumprimento dos objetivos elencados na pesquisa e relata as principais limitações e dificuldades encontradas na condução do trabalho, além de sugestões para as futuras pesquisas e para os gestores e profissionais que trabalham com a Assistência Estudantil.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 FUNDAMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Existem diversas definições para o termo “Políticas Públicas”, no entanto, em sua maioria, esses conceitos buscam enfatizar a sua relação intrínseca com as questões sociais.

Essa tendência conceitual se torna mais evidente em finais da década de 90 quando o termo políticas públicas passa a referir-se a um conjunto de decisões formalizadas sobre um assunto de interesse coletivo, que é considerado importante e prioritário para o desenvolvimento social; a expressão formalizada de diversos interesses processados (BAPTISTA E PEIXOTO, 1999).

Em inícios dos anos 2000, aparecem outros elementos relacionados às políticas públicas, que estão além do interesse coletivo, entre eles, o poder público. As políticas públicas passam ser compreendidas como um conjunto de programas de ação governamental visando coordenar os meios à disposição do Estado e as atividades privadas, para a realização de objetivos socialmente relevantes e politicamente determinados (BUCCI, 2002).

Para melhor esclarecer a inserção desse componente nas questões relacionadas a políticas públicas, Muller (2009, p. 26) sintetiza o conceito como

Uma ação governamental em um setor da sociedade situado em determinado espaço geográfico. O mesmo autor considera que uma política pública é constituída por uma totalidade de medidas concretas que se inscreve em um quadro geral de ação, o que permite distingui-la de uma ação isolada. Afirma ainda que a política pública tem um público definido, isto é, grupos ou organizações cuja situação é afetada pelas ações que, obrigatoriamente, têm objetivos a alcançar.

Nesse ínterim, as políticas públicas também podem ser encaradas como diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado (TEIXEIRA, 2002). São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de

financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos.

Os dois elementos, sociedade e poder público, estão entrelaçados e, em virtude disso, as definições mais recentes incluem em seus conceitos, a relação existente entre eles ao articular conceitos sobre o tema. Para Hofling (2001, p. 38) "O processo de definição de políticas públicas para uma sociedade reflete os conflitos de interesses, os arranjos feitos nas esferas de poder que perpassam as instituições do Estado e da sociedade como um todo."

Por outro lado, outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. Críticos dessas definições, que superestimam aspectos racionais e procedimentais das políticas públicas, argumentam que elas ignoram a essência da política pública, isto é, o embate em torno de ideias e interesses. Pode-se também acrescentar que, por concentrarem o foco no papel dos governos, essas definições deixam de lado o seu aspecto conflituoso e os limites que cercam as decisões dos governos. Deixam também de fora possibilidades de cooperação que podem ocorrer entre os governos e outras instituições e grupos sociais (SOUZA, 2006).

Contudo, definições de políticas públicas, mesmo as minimalistas, guiam o nosso olhar para o *locus* onde os embates em torno de interesses, preferências e ideias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006).

Fica claro, em suas definições, que as políticas públicas devem atender às demandas e expectativas da sociedade, sendo emanadas do poder público, que as formaliza, legitima e controla. Para Muller (2003), isso significa que uma política pública é necessariamente uma construção social cuja configuração dependerá de múltiplos fatores próprios da sociedade e do sistema político existente.

Todavia, Souza (2006) alerta que não só a produção desenvolvida dentro da moldura teórica especificada política pública é utilizada nesses estudos. O debate sobre políticas públicas também tem sido influenciado pelas premissas advindas de outros campos teóricos, em especial do chamado neo-institucionalismo, que enfatiza

a importância crucial das instituições/regras para a decisão, formulação e implementação de políticas públicas.

Destarte, Hofling (2001, p. 31) aponta a importância do debate na realização e manutenção de políticas públicas:

O Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolve órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. Neste sentido, políticas públicas não podem ser reduzidas a políticas estatais.

Assim, pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação (HOFLING, 2001).

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia (TEIXEIRA, 2002).

O mesmo autor, sugere que elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. São definições relacionadas com a natureza do regime político em que se vive, com o grau de organização da sociedade civil e com a cultura política vigente. Nesse sentido, cabe distinguir “Políticas Públicas” de “Políticas Governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Em outra vertente, Botelho (2001) afirma que as políticas públicas são compostas de duas dimensões - antropológica e sociológica - igualmente importantes, com estratégias diferentes. A distinção entre as duas dimensões é fundamental, pois tem determinado o tipo de investimento governamental em diversos países, alguns trabalhando com um conceito abrangente de cultura e outros delimitando o universo específico das artes como objeto de sua atuação. A abrangência dos termos de cada uma dessas definições estabelece os parâmetros que permitem a delimitação de estratégias de suas respectivas políticas culturais.

Em uma análise temporal, as políticas públicas, em seus primórdios, eram consideradas quase exclusivamente *outputs* do sistema político, o que justificava o fato de a atenção dos investigadores ter se concentrado inicialmente nos *inputs*, isto é, nas demandas e articulações de interesse. Dessa forma, antes que a análise de políticas públicas fosse reconhecida como uma subárea da ciência política, os estudos recaíam nos processos de formação de políticas públicas, “o que parece refletir o status privilegiado que os processos decisórios sempre desfrutaram junto aos profissionais da área” (FARIA, 2003, p. 21).

No Brasil, os estudos na área de políticas públicas surgem com a transição do regime militar (ditadura) para o regime democrático, entre o final dos anos 1970 e a primeira metade dos anos 1980 (ALMEIDA, 2007, p. 9). Trevisan e Bellen (2008) corrobora este ponto de vista ao afirmar que a análise de políticas públicas experimentou um *boom* na década de 1980, impulsionada pela transição democrática. Segundo Melo (1999), são três os motivos atribuídos a essa expansão:

(1). **O deslocamento na agenda pública.** Durante os anos 1970, a agenda pública se estruturou em torno de questões relativas ao modelo brasileiro de desenvolvimento, onde a discussão limitava-se aos impactos redistributivos da ação governamental e ao tipo de racionalidade que conduzia o projeto de modernização conservadora do regime ditatorial. Eram centrais para essa agenda as questões de arranjo institucional: descentralização, participação, transparência e redefinição do mix público-privado nas políticas. A essa transformação da agenda seguiu-se uma redescoberta na agenda de pesquisas das políticas municipais e descentralização.

(2) **O fim do período autoritário.** Constatou-se que os obstáculos à consecução de políticas sociais efetivas continuaram existindo, o que serviu para fortalecer os estudos sobre políticas. A perplexidade e o desencantamento em

relação ao Estado levaram a um maior interesse sobre as condições de efetividade da ação pública.

(3) **A difusão internacional da ideia de reforma do Estado e do aparelho de Estado.** Passou a ser o princípio organizador da agenda pública dos anos 1980-90, o que provocou uma proliferação de estudos de políticas públicas.

Neste cenário, as questões de arranjo institucional ganharam grande centralidade na agenda: "(...) ao tomar-se o modo e a qualidade da intervenção pública na economia e na sociedade como objeto de estudo, cria-se por extensão um programa de pesquisa de caráter empírico sobre questões relativas à eficiência de políticas e programas" (MELO, 1999, p. 81).

Apesar de todos esses esforços, até o final dos anos de 1990, o campo das políticas públicas ainda era apropriadamente descrito como de institucionalização bastante incipiente, marcado por uma fragmentação organizacional e temática e pela "prevalência de burocracias públicas na produção de análises sobre políticas" (MELO, 1999, p. 66).

Apenas recentemente, o campo das políticas públicas se expandiu de forma significativa. A mudança foi impulsionada, entre outras razões, pela crescente importância que a questão da promoção do desenvolvimento conjugado a políticas sociais passou a ocupar na agenda governamental (DRAIBE e RIESCO, 2009). Houve também expressivo aumento dos empregos na administração pública ou em organizações não governamentais e privadas, especialmente naquelas envolvidas na provisão de serviços sociais; em paralelo a expansão acelerada da formação graduada e pós-graduada na área de políticas públicas (FARIA, 2011).

Outra motivação para o ressurgimento desses estudos está relacionada às das organizações, regras e modelos que orientam a decisão, elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. Segundo Souza (2006, p. 20-21), vários fatores contribuíram para uma maior visibilidade desta área.

O **primeiro fator** foi a **adoção de políticas restritivas de gasto**, que passaram a sobressair na agenda da maioria dos países, em especial aqueles que se encontrava em processo de desenvolvimento, especialmente o Brasil. A partir destas políticas, a maneira e a execução de políticas públicas, tanto econômicas como as sociais, ganharam maior visibilidade. O **segundo fator** é que **novas percepções sobre o papel dos governos substituíram as políticas keynesianas do pós-guerra por políticas restritivas de gasto**. Assim, da perspectiva da política pública, o ajuste fiscal acarretou a adoção de orçamentos equilibrados entre a receita e a despesa e limitações à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais. Esta agenda passou a exercer o

domínio nos corações e nas mentes a partir dos anos [19]80, em especial em países com longas e recorrentes trajetórias inflacionárias como os da América Latina. O **terceiro fator**, mais direcionado a países em desenvolvimento e de democracia recente ou recém-democratizado, é que, na maioria desses países, em especial os da América Latina, **ainda não se conseguiu formar coalizões políticas capazes de encontrar uma solução minimamente para a questão de como projetar políticas públicas capazes de estimular o desenvolvimento econômico e de fomentar a inclusão social de grande parte de sua população.** (grifos nossos)

Há atualmente uma Babel de abordagens, teorizações incipientes e vertentes analíticas que buscam dar significação à diversificação dos processos de formação e gestão das políticas públicas, considerando um mundo cada vez mais caracterizado pela interdependência assimétrica, incerteza e complexidade das questões (FARIA, 2003).

Contudo, inovações e refinamentos teóricos com relação a metodologias de avaliação acompanharam e acompanham de perto as concepções e funções das políticas públicas. Deste modo, os esforços de pesquisa na avaliação de políticas apontam para uma maior estruturação e sistematização dos programas, tal como visto com a metodologia do marco lógico (TREVISAN, 2008).

Além disso, outro aspecto que vem recebendo destaque nos debates e estudos científicos são as avaliações sobre a eficiência das políticas públicas. Multiplicaram-se as dissertações e teses sobre temas relacionados às políticas governamentais; disciplinas de políticas públicas foram criadas ou inseridas nos programas de graduação e pós-graduação; criaram-se linhas de pesquisa especialmente voltadas para essa área; instituíram-se agências de fomento à pesquisa, assim como linhas especiais de financiamento para a área (ARRETCHE, 2003).

É ainda importante ressaltar que outros questionamentos sobre a avaliação de políticas públicas se colocam, lentamente, na agenda de pesquisas acadêmicas (TREVISAN, 2008). Assim como o movimento da nova administração pública vem sofrendo pressões sobre seu caráter democrático-participativo (ou falta dele) – está aberto o debate sobre novas formas de *accountability* e participação social sobre a avaliação de políticas públicas no contexto democrático brasileiro.

A presença cada vez mais ativa da sociedade civil nas questões de interesse geral torna a publicização fundamental. As políticas públicas tratam de recursos públicos diretamente ou através de renúncia fiscal (isenções), ou de regular as

relações que envolvem interesses públicos. Elas se realizam num campo extremamente contraditório onde se entrecruzam interesses e visões de mundo conflitantes e onde os limites entre público e privado são de difícil demarcação. Daí a necessidade do debate público, da transparência, da sua elaboração em espaços públicos e não nos gabinetes governamentais (TEIXEIRA, 2002).

Por fim, tomando como ótica a aplicação das Políticas Públicas no âmbito educacional, é inegável a importância social que esta alcança. Neste sentido, Freire (1998) expõe que o sistema educativo adotado e as Políticas Públicas direcionadas para a educação, são elementos que demonstram a preocupação do país com o seu futuro, pois somente, o ensino público gratuito, inclusivo e de qualidade pode construir uma sociedade em que as diferenças socioculturais e socioeconômicas não são tão díspares.

2.2 TRAJETÓRIA NACIONAL DE REGULAMENTAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

A educação, enquanto um direito fundamental do homem transforma-se por um processo de reconhecimento ao longo da construção da sociedade. No entanto, para OLIVEIRA(2010, p. 93), a conceituação da educação propriamente dita, assim como a delimitação do espaço da escola é algo relativamente novo na história da humanidade.

A escola como se conhece hoje, lugar de ensino para todos os grupos sociais, garantida em suas condições mínimas de existência pelo Estado, reprodutora da cultura universal acumulada pela experiência humana sobre a Terra, não possui mais do que 150 anos, ou seja, um século e meio. É uma experiência educacional do final do século XIX, momento em que as relações capitalistas de produção, amadurecidas pelo ritmo da industrialização (mecanização da produção) e visando a mais-valia, demandavam, por um lado, conhecimento técnico padronizado da mão-de-obra e, por outro, controle ideológico das massas de trabalhadores.

No entanto, historicamente, no Brasil, as famílias de baixa renda sempre tiveram dificuldades no acesso e na permanência à educação gratuita e conseqüentemente, no ingresso ao mercado de trabalho. Vargas (2011, p. 151), afirma que "se as probabilidades de acesso são menores para os estudantes oriundos das classes populares, por sua vez, o risco de evasão e reprovação é

maior para estes indivíduos do que para aqueles pertencentes às classes médias e altas". Assim, como mecanismo para diminuir esses entraves e no que diz respeito ao direito à efetivação da educação com garantia de acesso, à permanência e êxito as políticas públicas educacionais possuem relevante participação.

De acordo com Santos (2010, pag. 19),

As políticas públicas são disposições, medidas e procedimentos que traduzem a orientação política do Estado e regulam as atividades governamentais relacionadas às tarefas de interesse público. Elas refletem a ação intencional do Estado junto à sociedade.

Nesse ínterim, entende-se por políticas públicas educacionais aquelas que regulam e orientam os sistemas de ensino, instituindo a educação escolar.

Essa educação orientada (escolar) moderna, massificada, remonta à segunda metade do século XIX, que se desenvolveu acompanhando o desenvolvimento do próprio capitalismo, e chegou na era da globalização resguardando um caráter mais reprodutivo, haja vista a redução de recursos investidos nesse sistema que tendencialmente acontece nos países que implantam os ajustes neoliberais (OLIVEIRA, 2010). A maioria das políticas públicas voltadas à juventude, segundo Maraschin e Santos (2009), objetivam resolver problemas que se referem à inserção do jovem na ordem social vigente, relacionados à educação, à saúde e/ou ao trabalho, ou mesmo destinados a situações caracterizadas como conflito com a lei.

No ordenamento jurídico brasileiro, a começar pela Carta Magna (a Constituição Federal e seus dispositivos), a educação é concebida como um direito fundamental, universal, inalienável e um instrumento de formação do exercício da cidadania e pela emancipação social, tendo como compromisso prioritário a formação integral do ser humano.

Desde a Constituição de 1934 (BRASIL, 1934, art. 157, § 2º), a educação é apontada como um direito de todos, determinando inclusive que a assistência estudantil se tornasse elemento dos fundos de educação no Plano Nacional de Educação:

Art 157 - A União, os Estados e o Distrito Federal reservarão uma parte dos seus patrimônios territoriais para a formação dos respectivos fundos de educação.

[...]

§ 2º - Parte dos mesmos fundos se aplicará em auxílios a alunos necessitados, mediante fornecimento gratuito de material escolar, bolsas de estudo, assistência alimentar, dentária e médica, e para vilegiaturas.

Com o passar dos anos, as Constituições foram destacando a educação, com aprovações, também, de Leis e Decretos que trazem a questão da assistência estudantil vinculada a uma forma de ofertar igualdade de oportunidade a todos. Vale ressaltar que, na Constituição Federal de 1988 o acesso e a capacidade de permanência dos estudantes pobres no decorrer do período de estudos são elementos reconhecidos como direito, quando afirma que a educação é dever do Estado e da Família (art. 205, caput) e tem como princípio a igualdade de condições de acesso e permanência na escola (art. 206, I).

Segundo Saviani (2010) há registros de que desde a formação das primeiras universidades, já existiam algumas ações de assistência estudantil por meio de casas de estudantes, programas de bolsas, descontos ou isenção nos Restaurantes Universitários, entre outros. No entanto, é sabido que naquela época o ingresso ao ensino superior era restrito as classes mais favorecidas, assim as medidas de assistência estudantil ficavam restritas a uma pequena parcela de estudantes. A respeito desse recorte temporal, Kowalsky (2012, p. 84) sintetiza:

A primeira fase da Assistência Estudantil no Brasil conjuga um período em que o acesso à educação superior era um privilégio para poucos. A educação se concentrava nas mãos da elite do país, pessoas que tinham condição financeira de manter seus filhos no ensino superior, por isso, não raro, encaminhavam-nos para as IES consolidadas fora do país, as quais não mantinham apenas alto padrão de ensino-aprendizagem como também dispunham de qualidade de infraestrutura no atendimento ao aluno no aspecto da assistência estudantil.

É importante esclarecer que a trajetória histórica da Assistência Estudantil no Brasil está conectada com a trajetória da política de Assistência Social, pois ambas despontam a partir dos movimentos sociais que lutaram pelo fim do regime militar e a promulgação de uma nova Constituição Federal (VASCONCELOS, 2010). Além da expansão e do acesso diferenciado, as políticas de combate à evasão passam a compor a agenda do Estado.

No entanto, é apenas em 2001 que a necessidade de ações com vistas à manutenção do estudante na universidade pública impulsiona a apresentação de uma proposta redigida pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE)², em 2001, enviada à Associação

²O Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE - é órgão assessor da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior –

Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) (MACHADO, 2014). Essa proposta solicitava a elaboração de um programa nacional, tendo em vista que, segundo o documento, 40% dos estudantes que ingressavam em universidades abandonavam o curso devido a fatores categorizados como internos e externos (dentre os externos estariam, principalmente, as dificuldades socioeconômicas) e que os custos gerados pelo abandono dos estudantes eram de 486 milhões de reais por ano, 9% do orçamento das IFES.

Para o FONAPRACE este foi um momento de buscar visibilidade para a concretização de uma política de assistência estudantil. Para isso foi organizada a primeira pesquisa sobre o perfil discente das universidades públicas federais, arcando, as IFES, com os gastos gerados para este trabalho.

Diante da conjuntura nacional com a ofensiva neoliberal do Governo FHC, os encontros do FONAPRACE registraram a preocupação constante em conhecer o estudante das universidades públicas brasileiras. Nessa direção, definiu-se por traçar o perfil socioeconômico e cultural dos discentes de graduação das IFES. Ao apresentar o Relatório da I Pesquisa, o FONAPRACE esclareceu que o financiamento da mesma foi assegurado, inicialmente, pelas próprias IFES que custearam a participação de seus representantes em seminários e treinamentos. (FONAPRACE, 2012, p. 20).

Esses dois segmentos educacionais (FONAPRACE e ANDIFES) defendiam a integração regional e nacional das instituições de ensino superior, com o objetivo de: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IFES na perspectiva do direito social, além de proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência e conclusão do curso, contribuindo e prevenindo a erradicação, a retenção e a evasão escolar decorrentes das dificuldades socioeconômicas dos alunos de baixa condição socioeconômica (VASCONCELOS, 2010). Nesta nova configuração, a condição socioeconômica deixaria de ser uma variável negativa ou mesmo impeditiva do percurso universitário e, independentes dela, todos os

ANDIFES. Criado em 1987 com a finalidade de promover a integração regional e nacional das Instituições de Ensino Superior (IES) Públicas visando fortalecer as políticas de Assistência ao Estudante o FONAPRACE objetiva: garantir a igualdade de oportunidades aos estudantes das IES Públicas na perspectiva do direito social; proporcionar aos alunos as condições básicas para sua permanência na Instituição; assegurar aos estudantes os meios necessários ao pleno desempenho acadêmico; contribuir na melhoria do Sistema Universitário, prevenindo e erradicando a retenção e a evasão escolar, quando decorrentes de dificuldades sócio-econômicas.

estudantes deveriam ter igual acesso ao saber e à produção do conhecimento nas IFES.

A partir dessa nova concepção de Educação e Assistência Social, se iniciou um período de reflexões e mudanças, inaugurando um novo padrão de proteção social afirmativo de direitos superando as práticas assistencialistas e clientelistas. A educação passa a ser um direito público que deve ser dirigido a todas as classes sociais e a todos os níveis de idade, sem qualquer tipo de discriminação, devendo o Estado proporcionar condições para que todos tenham acesso de modo igualitário a esse direito (VASCONCELOS, 2010).

Em 2007, durante o governo Lula, visando à expansão da educação superior pública, é criado o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que visava "adotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior" (BRASIL, 2007, p. 4). Suas principais metas eram: a elevação da taxa de conclusão média dos cursos de graduação presenciais para 90%; a ocupação de vagas ociosas; e aumento de vagas, principalmente no período noturno. Compunha também o texto a previsão da revisão da estrutura acadêmica, a reorganização dos cursos de graduação e a atualização de metodologia de ensino-aprendizagem (com vistas a elevar a qualidade, ampliar políticas de inclusão e de assistência).

Frente às pressões advindas do FONAPRACE e das entidades ligadas ao movimento estudantil nas universidades públicas, e da implantação do REUNI, que prevê a Assistência Estudantil aos estudantes de baixa renda, o governo federal, por meio da Portaria Normativa nº. 39 de 12 de dezembro de 2007 instituiu o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil). No texto da Portaria, a Assistência Estudantil é considerada como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais e importante instrumento para a ampliação e a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no Ensino Superior Público Federal (ALVES, 2013).

A temática envolvendo inclusão social tem recebido destaque e sido foco de discussões de diferentes nuances no cenário educacional brasileiro (SANTANA, 2010). Assim, programas de governo foram criados com o objetivo de propiciar condições para a ampliação do acesso e permanência na educação superior, em nível de graduação e combater as desigualdades sociais e regionais, bem como

ampliar a democratização das condições de acesso e permanência dos jovens no Ensino Superior público federal por meio de ações de assistência estudantil (ARAÚJO, 2014).

O PNAES é uma das ações oriundas do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) elaborado e implantado no primeiro mandato do governo Lula, tendo como objetivo atender aos estudantes matriculados em cursos de graduação presencial. Nas IFES visa promover o apoio à permanência e conclusão dos alunos de baixa condição socioeconômica. O programa estabelece em seu Parágrafo único que: Compreendem-se como ações de assistência estudantil iniciativas desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - assistência à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; e IX - apoio pedagógico (BRASIL, 2007).

A referida portaria foi transformada no Decreto Presidencial nº 7.234 (BRASIL, 2010). Segundo Cislighi e Silva (2011) uma importante diferença entre a portaria original e o decreto é que apesar dos critérios de seleção dos beneficiados tenham se mantido, o decreto determina de forma mais detalhada o perfil dos estudantes que devem ter prioridade no atendimento. No atual contexto, o PNAES prioriza ações que visam à permanência e o êxito do estudante, as quais estão expressas no Art. 2º do referenciado Programa: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão, e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Por fim, o governo Lula, em seus dois mandatos, implantou algumas modificações na educação, dentre elas a intenção de implementar uma Reforma Universitária pautada nas diretrizes de organismos internacionais e pelo Governo Federal. No entanto, pela ação dos diversos movimentos sociais organizados pelos discentes, docentes e técnicos administrativos, essa reforma ainda não foi implantada em sua totalidade (VASCONCELOS, 2010).

Oliveira(2010) afirma que do ponto de vista da justiça social o seu financiamento deveria ser feito pelos estratos sociais de maior poder aquisitivo, de modo que se pudesse minimizar, portanto, as desigualdades sociais. No entanto, por conta do poder de organização e pressão desses estratos sociais, o

financiamento dessas políticas acaba sendo feito pelo orçamento geral do ente estatal (união, estado federado ou município).

Segundo Leite (2012), expande-se um contingente de alunos que não consegue se manter na universidade, seja pela democratização do acesso da classe trabalhadora à universidade, seja pelo processo de empobrecimento a que a população brasileira vem sendo submetida. Muitos destes jovens iniciam a sua vida laboral muito precocemente – para ajudarem na renda familiar ou para obterem alguma “liberdade econômica” – o que já os coloca em desvantagem na escolha de alguns cursos (prioritariamente aqueles que exigem tempo integral ou não são oferecidos no período noturno). O reflexo dos fatores subjacentes à emergência deste perfil rebate sobre as instituições formadoras, materializando o fenômeno da evasão.

Para Machado (2014), as ações de políticas voltadas à juventude podem contribuir para criar novos sentidos e práticas para e pelos jovens, assim como podem reforçar concepções dominantes. De acordo com Santos S. M. M. (2010), trata-se de igualar os indivíduos para que possam conquistar espaços institucionais como o acesso ao ensino, ao mercado de trabalho, uma vez que a necessidade de ações de “igualdades de oportunidades” só existe porque somos regidos por um sistema desigual.

A sociedade brasileira tem como desafio a construção de ações que possibilitem o acesso ao ensino, sem abrir mão da democracia, combater a secular desigualdade social e econômica que caracteriza o país. Nesta perspectiva, é fundamental que haja uma interação entre a sociedade e o poder público, por meio de uma administração planejada e participativa, voltada para o cumprimento de metas. Tendo como objetivo a obtenção de resultados que seja capaz de transformar a realidade atual por meio da prestação de serviços públicos que sejam eficientes a base de uma relação custo-benefício, eficazes no alcance dos objetivos propostos e efetivos no atendimento às necessidades e expectativas dos públicos-alvo (RAASCH, 2012).

Oliveira(2010) alerta que é imprescindível a existência de um ambiente próprio do fazer educacional, que é a escola, que funciona como uma comunidade, articulando partes distintas de um processo complexo: alunos, professores, servidores, pais, vizinhança e Estado, enquanto sociedade política que define o sistema através de políticas públicas. Nesse sentido, Sposati (2009) afirma

que iniciativas diversas, como programas de ação afirmativa em algumas universidades públicas, que prevêem a distribuição de bolsas tendo em vista critérios socioeconômicos, demonstram a atualidade e relevância social da questão da democratização do acesso, por um lado, e da garantia de permanência, por outro. Considerando esses aspectos, da exclusão dos jovens pobres no Ensino Superior, e mesmo seu acesso em as condições de permanência, compreende-se que a assistência ao estudante nessas condições se faz necessária.

A totalidade de IFES que possui alguma política de assistência estudantil vincula seus auxílios à comprovação de carência financeira. Leite (2012, p. 462), se posiciona a respeito desse assunto:

Para recebê-las, o estudante deve estar inserido em uma série de critérios e cumprir um sem número de condicionalidades. Esta demonstração de insuficiência de renda, por vezes, assume um caráter que pouco se distancia do antigo Atestado de Pobreza. O número de subauxílios, notadamente no que diz respeito à alimentação e moradia, é enorme. Uma vez que não se pode atender a uma demanda de forma universalizante, mesmo para aqueles mais carentes, a tipificação se multiplica. Além disso, as modalidades de bolsas também experimentam o milagre da diversidade. Há bolsas para quase tudo o que se faz na universidade. Entretanto, a maior parte delas não pode ser superposta. Ou seja, quem faz jus a uma modalidade, na maioria das vezes, não pode concorrer a outra, com raras exceções.

Por isso a autora defende que é necessário não perder de vista que uma Política de Assistência Estudantil não pode se limitar a criar e executar mecanismos destinados à população de baixa renda; ela deve, também, se preocupar com princípios de atendimento universal.

Nesse contexto, Cislighi e Silva (2011) demonstraram o expressivo aumento de recursos destinados à Assistência Estudantil após o PNAES: entre os anos de 2002 e 2009 os recursos passaram de 50.000,000,00 (cinquenta milhões) para 300.000.000,00 (trezentos milhões) divididos entre todas as IFES. No entanto, Alves (2013) afirma que os resultados efetivos do impacto do PNAES sobre a permanência dos estudantes atendidos nas IFES ainda não foram mensurados em todas as dimensões. Observa-se também, diante dos estudos apresentados, que em algumas universidades a política de Assistência Estudantil não se consolidou e depende ainda de mazelas políticas ou constituem mero assistencialismo. No entanto, mesmo com estes gargalos percebe-se o avanço desta importante política pública no sentido de garantir a

democratização do acesso e permanência do jovem pobre no ensino gratuito (Alves, 2013).

Nos últimos anos alguns estudos foram desenvolvidos sobre Assistência Estudantil. Entre estes podemos citar o de Eliana Alves de Oliveira (2011), intitulado "Assistência Estudantil: Percepção dos estudantes dos campi I e II do CEFET-MG" em que trouxe a discussão sobre a Assistência Estudantil para a esfera do Ensino Técnico.

Outra pesquisa analisada é o trabalho "Ensino Superior, Assistência Estudantil e Mercado de Trabalho: Um Estudo com Egressos da UFMG", de Vargas (2011), que apresenta os principais resultados de estudo que examinou as conexões entre as desigualdades de acesso e permanência no ensino superior, a assistência estudantil e a inserção profissional de uma amostra de egressos da UFMG.

Embora este último trabalho seja realizado no âmbito do ensino superior e cada um deles explore de formas distintas as contribuições dos programas assistenciais no âmbito de instituições federais de ensino ambos endossam a importância da Assistência estudantil, conforme expõe Vargas (2011): "A relevância do apoio socioeconômico ao estudante pobre não apenas como mecanismo de ampliação das oportunidades de permanência no terceiro grau, mas também e principalmente como meio de diminuição das desigualdades sociais".

Um dos estudos mais relevantes realizados a respeito do tema foi a tese de doutorado desenvolvida por Aline Viero Kowalski (2012), com o tema "Os (Des)Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos", em que o enfoque buscado pela autora busca investigar de que modo a política educacional de assistência estudantil se efetiva na garantia de direitos aos alunos que ingressam nas instituições de ensino federais de ensino superior do Rio Grande do Sul.

2.3 HISTÓRICO E CARACTERIZAÇÃO DO ENSINO TÉCNICO PROFISSIONALIZANTE NO BRASIL

O ensino técnico profissionalizante no Brasil tem por uma de suas características, a elaboração de políticas de formação pautada no objetivo de

atender as necessidades do mercado e da sociedade em seus mais diversos setores. Tais necessidades vêm se maleando ao longo do tempo, bem como também acompanha as mudanças político-administrativas dos governos das gestões governamentais. Assim, para um entendimento mais aprofundado do ensino técnico no país, faz-se necessária uma análise cronológica, observando o desenvolvimento e o impacto causado na política de gestão.

Em âmbito histórico, pode-se dizer que o marco inicial da formalização do ensino técnico profissional no Brasil foi a assinatura do Decreto nº 7.566 (BRASIL, 1909), pelo Presidente do país à época, Nilo Peçanha. Em tal documento, Peçanha criou dezenove “Escolas de Aprendizes Artífices” (sob jurisdição do Ministério dos Negócios da Agricultura, Indústria e Comércio), precursoras das atuais escolas técnicas, que tinham como meta oferecer ensino profissionalizante básico e gratuito à população mais “desafortunada” da época.

Porém, o surgimento de tais Escolas de Aprendizes Artífices tinha como principal função mais a inclusão social dos jovens de classe mais baixa do que a formação profissional qualificada propriamente dita, tendo como característica a política pública moralizadora da formação do caráter pelo trabalho (KUENZER, 2007, p. 27). Antes desse período apenas tinham formação profissional adequada os filhos de famílias mais ricas e providas de instrução, e não na área técnica, mas sim na formação em cursos superiores de ensino. Sousa reforça a diferenciação de conteúdo desses cursos: “instaurou-se como um ensino destinado às camadas subalternas distinguindo-se em forma e conteúdo do direcionado às elites” (2005, p.37).

As Escolas de Aprendizes e Artífices eram responsabilidade do Estado. Sobre essas escolas, Kuenzer (2007, p.27) informa que:

[...] com a criação de 19 escolas de artes e ofícios nas diferentes unidades da federação, precursora das escolas técnicas federais e estaduais. Essas escolas antes de pretender atender às demandas de um novo desenvolvimento industrial praticamente inexistente, obedeciam a uma finalidade moral de repressão: educar, pelo trabalho, os órfãos, pobres e desvalidos da sorte, retirando-os da rua. Assim, na primeira vez que aparece a formação profissional como política pública, ela o faz na perspectiva moralizadora da formação do caráter pelo trabalho.

A formação em tais escolas era basicamente na área de trabalhos manuais ligados à agropecuária e produção agrícola, visto que o desenvolvimento industrial

no Brasil nesse período era ínfimo, e mesmo nas metrópoles a industrialização se desenvolvia a passos lentos. O país havia abolido a escravidão há apenas duas décadas e ainda vinha caminhando na adequação da nova sistemática de trabalho para a sociedade recém-modificada. Por conseguinte, "houve um esforço público de organização da formação profissional, modificando a preocupação nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a preparação de operários para o exercício profissional(TAVARES, 2005. p. 23)".

Nas duas décadas seguintes, as políticas que tinham a formação de trabalhadores como meta esquematizavam suas trajetórias voltadas, após a formação básica, para a qualificação agrícola ou para a qualificação comercial. O que na época eram ambientadas nas atividades secundárias e terciárias, ainda incipientes e excludentes do ensino superior.

Em virtude dessa distinção bem clara entre o ensino profissional e o ensino superior da época, Kuenzer (2007, p. 27) explica que

[...] a formação de trabalhadores e cidadãos no Brasil, constituiu-se historicamente a partir da categórica dualidade estrutural, uma vez que havia uma nítida demarcação da trajetória educacional dos que desempenhariam funções intelectuais e instrumentais, em uma sociedade cujo desenvolvimento das forças produtivas delimitava claramente a divisão entre capital e trabalho traduzida no taylorismo fordismo como ruptura entre as atividades de - planejamento e supervisão de um lado, e de execução por outro.

Em 14 de novembro de 1930, dias após a posse do Governo Provisório de Getúlio Vargas, a educação técnica no país finalmente recebeu atenção significativa, quando foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública, cuja estrutura, contava com uma Inspeção de Educação do Ensino Profissional Técnico, que passou, a partir de então, a supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices.

Em 1934, a Inspeção foi modificada para a Superintendência do Ensino Profissional. Nesse período, acompanhando o desenvolvimento industrial da época, o governo passou a voltar suas atenções para a criação de escolas industriais e o enriquecimento curricular das escolas já existentes, aumentando às opções de cursos de formação profissional da época.

Em 1937 houve mais um marco para o ensino técnico profissionalizante, a saber, a promulgação da Constituição Brasileira, que tratou especificamente sobre o ensino técnico, profissional e industrial:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937a, art. 129).

Então, para regulamentar o dever descrito pelo art. 129, foi criada a Lei nº 378 (BRASIL, 1937b), que transformava as antigas Escolas de Aprendizes Artífices em Liceus Profissionais, com a responsabilidade do ensino profissional em todos os ramos e graus.

Em 1942, durante a Era Vargas, o Ministério da Educação e Saúde Pública, inicia a fase conhecida como Reforma Capanema (em alusão ao Ministro Gustavo Capanema), que tinha como fundamentos básicos a vertente de que a educação deveria estar, antes de tudo, a serviço da nação, realidade moral, política e econômica a ser constituída (MENEZES, 2002), sempre pautada no projeto político-ideológico do presidente, intitulado “Estado Novo”.

Essa Reforma, entre outras coisas, foi responsável pela promulgação da Lei Orgânica do Ensino Secundário (Decreto-Lei nº 4.244 - BRASIL, 1942a) e das bases da organização da rede federal de ensino industrial (Decreto-Lei nº 4.127 - BRASIL, 1942b), que trouxe diversos avanços no campo da educação, e conseqüentemente na formação técnica profissionalizante. Dentre eles, pode-se destacar:

- a. Transformação dos Liceus Profissionais em Escolas Industriais e Técnicas (EIT's);
- b. A educação profissional passa a ser equiparada aos ensinos secundários (atual nível médio), e não ao ensino primário como era antes;
- c. Exigência de exames de admissão para ingresso nas escolas industriais;
- d. Divisão dos cursos profissionalizantes em dois ciclos, sendo o primeiro mais básico nos ramos da indústria, artesanato, etc. e o segundo correspondente ao curso técnico industrial, acrescido de estágio supervisionado, nos vários ramos da aprendizagem;
- e. Os tipos de educação passaram a ser elencados da seguinte maneira: educação superior, educação secundária, educação primária, educação profissional,

educação feminina (ainda resquício da grande diferenciação de gêneros à época), educação da elite (influência da sociedade mais abastada daquele período), e a educação dos jovens militares componentes do exército (devido a preocupação com a defesa nacional, em plena Segunda Guerra Mundial naquele ano);

Ainda em 1942, houve a criação do SENAI (Sistema Nacional de Aprendizagem Industrial), (através do decreto-lei 4.048- BRASIL, 1942c), entidade de direito privado organizado pelo empresariado industrial, através da CNI (Confederação Nacional da Indústria) e pelas federações de indústrias nos Estados, cuja principal meta era a formação de profissionais qualificados para a indústria de base. Posteriormente, em 1946 foi criado o SENAC – Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial (pelo Decreto-Lei nº 8.621 - BRASIL, 1946), sob os cuidados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC). Ambas as instituições foram de suma importância para a ampliação na oferta de cursos profissionalizantes no país.

Em 1959, as EIT's tornam-se conhecidas como Escolas Técnicas Federais (ETF's), e recebem autonomia pedagógica e administrativa. Esse momento histórico é imprescindível na efetivação da independência adquirida por tais instituições, bem como para o fortalecimento da importância do ensino profissionalizante no país.

Pouco tempo depois, em 20 de dezembro de 1961, é promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 4.024 - BRASIL, 1961), avançando ainda mais a inserção da formação técnica e profissional no país, com um capítulo dedicado exclusivamente ao Ensino Técnico (Título VII - Capítulo III), aferindo equivalência entre a formação profissional à educação acadêmica, permitindo adequar o ensino técnico para que os egressos tenham acesso a formação superior.

A partir dessa Lei, o ensino profissionalizante e técnico antes considerado uma formação apenas para a sociedade de classe mais baixa, visando uma qualificação pontual para ingresso no mercado de trabalho, recebe um enquadramento do ensino superior ao currículo acadêmico e a procura por estes cursos cresceram exponencialmente em todas as classes socioeconômicas.

Em 1964, iniciou-se no país o Regime Militar, que buscava de maneira autoritária o denominado “milagre brasileiro”. Objetivando uma celeridade no desenvolvimento da economia, que exigia uma industrialização compulsoriamente crescente, o projeto exigia mão de obra qualificada em larga escala.

Esse novo cenário político culminou em uma reforma geral nas políticas de educação no Brasil, facilmente identificada a partir da Lei nº 5.692 (BRASIL, 1971). Entre as mudanças aprovadas, pode-se destacar a extinção do primário e do ginásial (transformados em 1º grau) e do colegial (transformado em 2º grau) e do caráter profissionalizante (de maneira obrigatória) da formação de ensino de 2º grau.

Porém, os planos da ditadura militar de tornar a formação de 2º grau em uma educação profissionalizante não foram bem-sucedidos na prática, pois a estrutura das escolas que ofertavam o antigo colegial não era adequada para a implantação de cursos técnicos nesses espaços. Em vista disso, as Escolas Técnicas passaram a ser modelo de educação técnica profissionalizante para as instituições educacionais, recebendo mais investimento e expandindo a oferta de vagas e ampliando a qualificação do corpo docente.

A evolução do debate sobre ensino profissionalizante no Brasil foi determinada pelo contexto econômico do país em cada período. Ao longo dos anos de 1970, a controvérsia entre ensino profissionalizante e ensino geral foi marcada por um ponto de vista dominante que atribuía papel fundamental ao ensino técnico na promoção do crescimento econômico (PIRES, 2001). Apesar de ressalvas quanto à capacidade reflexiva e crítica do trabalhador, o elemento central da qualificação profissional era o domínio da técnica.

Em seguida, é sancionada a Lei nº 6.545 (BRASIL, 1978), que transforma as Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca (RJ) em Centros Federais de Educação Tecnológica. Essas instituições passam a ofertar cursos superiores e tecnólogos, equiparando a formação técnica no patamar das formações de cursos além 2º grau.

Já de 1980 até o início dos anos 1990 foi um período marcado por uma longa estagnação quantitativa e qualitativa na formação técnica profissionalizante no país, coincidindo com a década de crescimentos econômicos mínimos dos países da América Latina. Entrementes, em 1982, o governo torna facultativo, às instituições de ensino, a adoção do 2º grau com caráter profissionalizante, devido experiências anteriores mostrarem que era inviável a obrigatoriedade dessa modalidade de educação (PIRES, 2001).

Ademais, neste período, a participação do Ensino Profissionalizante como alternativa ao Ensino Superior é visível, em virtude da

chegada de uma parcela cada vez maior da população ao ensino secundário provoca uma forte pressão por parte destes estudantes pelo acesso ao Ensino Superior, em busca de ascensão social. O Ensino Profissionalizante, muito mais do que qualificar mão-de-obra para a indústria, atua como válvula de escape, aliviando a pressão exercida pela sociedade por vagas nas universidades. Na Ditadura Militar, a ampliação do acesso à universidade pela população representava o risco de se agravar o movimento de contestação ao regime político. (TAVARES, 2012, p. 06).

Com a redemocratização do Brasil, na década de 1980, tem início o processo de Reforma do Estado, sob a forte influência da lógica neoliberal (PERONI, 2010). Nesse ínterim o país ingressa em uma nova fase política de adequação das necessidades educacionais, embasado na Nova Constituição de 1988, deixando para trás um período de ditadura militar com aplicações de gestão compulsória e autoritária.

A partir de então, a expansão da educação ocorre prioritariamente na rede privada (SGUISSARDI, 2011), enquanto a rede pública passa por um processo de estagnação, acompanhada pela terceirização de serviços e o pagamento de taxas em instituições de ensino públicas, além de algumas tentativas de privatização do ensino público.

Na década de 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso realiza mudanças profundas na legislação educacional que regulamenta o Ensino Profissionalizante, com objetivos claros de reduzir os gastos públicos e favorecer o empresariamento deste ramo de ensino pela rede privada (TAVARES, 2012).

No entanto, é importante citar a Lei 8.948 (BRASIL, 1992), que passou a adotar os CEFET's como unidades padrão da Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico, e passaram a absorver gradativamente as ETF's e as Escolas Agrotécnicas Federais, englobando assim uma gama maior de instituições sob sua égide. Isso colaborou para uma maior sintonia das metodologias de ensino profissionalizante no país. Com essa agregação de estabelecimentos, também, há uma nova fase de aumento dos alunos nessa modalidade de ensino.

Em seguida, é sancionada outra lei, que é considerada novo marco dos rumos do ensino técnico profissionalizante no Brasil: a Lei de Diretrizes Básicas da Educação Nacional (LDB -BRASIL, 1996), que traz em seu texto um capítulo próprio para tratar da educação profissional, demonstrando maior preocupação nesse âmbito. Em um de seus trechos, cita:

Integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida

produtiva. Parágrafo único: O aluno matriculado ou egresso do ensino fundamental, médio e superior, bem como o trabalhador em geral, jovem ou adulto, contará com a possibilidade de acesso à educação profissional (Art. 39).

E também esclarece sobre o dever das instituições sobre esse direito:

A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (Art. 2º).

Nesse sentido, a Lei cita que, concomitantemente ao dever da instituição familiar de ingressar o jovem nas instituições educacionais, deve ser garantido o acesso às vagas disponíveis. Há um compartilhamento de direitos e deveres, a fim de propiciar aos indivíduos o acesso as formações educacionais e técnico-profissionais.

Um ano depois é publicado o Decreto nº 2.208 (BRASIL, 1997) que institui todo um sistema de ensino profissional, com três níveis: o básico, o técnico e o tecnológico. O ensino técnico foi definido como sendo independente do ensino médio. Isso significava que um aluno poderia cursar o ensino técnico ao mesmo tempo em que cursava o ensino médio, depois deste e até mesmo isoladamente. Os cursos chamados integrados, que ofereciam num mesmo currículo a educação geral de nível médio e a educação técnico-profissional, foram literalmente proibidos–tolerados, apenas, no caso das escolas agrotécnicas.

Para alguns pesquisadores, a independência, também chamada de desvinculação, entre o ensino médio e o ensino técnico, permitiria resolver aquela distorção, pois este último somente seria procurado pelos jovens que tivessem efetivo interesse na profissionalização, para emprego imediato (CUNHA, 2000).

Nesse contexto, Ferretti (1997, p. 230-231) aponta os fatores de conexão entre a formação profissional e as demandas de mercado:

a. dar respostas rápidas e flexíveis a situações de mudança também rápida, quer no referente às disputas no mercado internacional, quer no que diz respeito à inovação tecnológica, quer no tocante ao mercado de trabalho;

b. considerar que, em decorrência das mudanças no conteúdo do trabalho, impõe-se rever e dimensionar, em outras bases, as relações entre o sistema de formação profissional e o sistema educacional, especialmente se considerar a enorme “valorização” de que os recursos humanos vêm sendo alvo;

c. dimensionar, com acuidade, as formas heterogêneas pelas quais os sistemas nacionais de produção e de serviços incorporam as sinalizações/imposições geradas pelas transformações, seja na economia globalizada, seja nas tecnologias, seja nos processos específicos de trabalho;

d. levar em conta que as transformações que se operam na economia, na utilização de tecnologia, na qualificação dos recursos humanos não afetam da mesma forma, com o mesmo nível de intensidade e no mesmo tempo, empresas transnacionais de grande porte e pequenas e médias empresas; ou seja, a necessidade de lidar com o heterogêneo e o não-coetâneo nas relações entre formação profissional e transformações nas empresas;

e. rever as formas e responsabilidades do financiamento da formação profissional, em virtude da multiplicidade de agências e sistemas que passam a desenvolvê-la e da pressão por revisão e adequação de custos.

Na primeira década do século XXI, o Estado brasileiro assume uma postura mais progressista no campo da educação, tendo em vista a composição de um governo democrático-popular. Algumas medidas adotadas seguem na contramão das políticas neoliberais do período anterior, com destaque para a retomada do investimento público nas instituições de ensino federais. Mas a despeito da implantação de novas escolas técnicas e universidades federais pelo Brasil, a ampliação do atendimento continua ocorrendo predominantemente na rede privada (BRASIL/MEC/INEP, 2011).

Então, em seguida, ocorreu uma significativa reformulação da Rede Federal, através da Lei 11.892 (BRASIL, 2008) que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, ao mesmo tempo em que cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), muitos dos quais provenientes da junção de Escolas Técnicas Federais pré-existent dentro dos estados, que juntas passam a integrar uma única autarquia. Sobre essas novas Instituições, Tavares cita que:

Apesar de manterem, por força desta Lei, a oferta de Ensino Técnico-Profissionalizante, estas novas instituições passam a concorrer com as universidades federais na oferta de Ensino Superior público e gratuito. O diferencial em relação às universidades, segundo a SETEC, é a priorização da oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de professores) e cursos de bacharelado e de tecnologia em áreas consideradas estratégicas, do ponto de vista econômico (2012, p. 09).

A educação profissional e tecnológica assume valor estratégico para o desenvolvimento nacional resultante das transformações ao longo das últimas décadas na Rede Federal. Na economia contemporânea, as novas tendências tecnológicas condicionam um novo entendimento a respeito do papel da educação,

no qual o ensino geral – e seus objetivos de desenvolvimento da personalidade, da cidadania e do senso crítico – passou a ter grande importância frente à meta de inserção produtiva no mercado de trabalho.

Outro aspecto muito importante é a confiança e consequente aproveitamento da mão de obra qualificada pelas unidades educacionais da Rede, como estagiários e/ou, posteriormente, funcionários, em empresas de grande, médio ou pequeno porte. Isso reflete a busca de parcerias frutíferas entre a Rede e o setor produtivo e a comunidade. Mas, para que isso aconteça, o aluno deve ter condições de alcançar o êxito escolar em sua proposta de ensino, conforme será abordado no tópico a seguir.

2.4 ASPECTOS RELACIONADOS AO ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO ESCOLAR.

O acesso à educação está amparado em inúmeros dispositivos legais e documentos de caráter internacional, que reconhecem e garantem esse direito precípuo à sociedade. Tal é o caso do art. XXVI da Declaração Universal dos Direitos do Homem, de 1948, que propõe a universalidade e gratuidade da educação, valorização do ensino técnico-profissionalizante e democratização do ensino superior, dentre outros dispositivos.

No entanto, tão importante quanto o acesso à educação, a permanência dos ingressos se torna um elemento preponderante para o aproveitamento e o êxito escolar. As decisões dos poderes públicos foram centradas em garantir as condições de acesso e de frequência da escola pública, instituindo a gratuidade do ensino e, posteriormente, a sua obrigatoriedade. Ou seja, a primeira preocupação não foi propriamente a de criar condições para a igualdade de oportunidades, mas a de garantir o acesso de todos à instrução elementar (SEABRA, 2009).

Para que os estudantes tenham seu direito à educação garantida, faz-se necessário que o estudante tenha condições que favoreçam a sua ida e permanência na escola. A ausência dessas condições acarretam o abandono escolar - problema histórico que está atrelado à luta pela sobrevivência dos estudantes e de suas famílias. Conforme expõe Cury (2002, p. 253), "direito à

educação, como direito declarado em lei, é recente e remonta ao final do século XIX e início do século XX. Mas seria pouco realista considerá-lo independente do jogo das forças sociais em conflito".

A desigualdade de oportunidades de acesso ao ensino é construída de forma contínua e durante toda a história escolar dos discentes. Um dos maiores problemas que enfrentam os estudantes em questão reside na qualidade do ensino público, do qual dependem para prosseguir sua escolaridade. Sabemos que a ampliação do número de vagas nos níveis fundamental e médio não eliminou os problemas relacionados à qualidade do ensino (ZAGO, 2006).

Quanto ao acesso ao ensino, são notórios os avanços que o sistema educacional alavancou nas últimas décadas, com abertura e expansão de muitas unidades de ensino, especialmente na esfera federal, que em 2002 contava com 140 unidades e em 2014 alcançou a marca de 562 unidades de ensino espalhadas por todo o país³. Sobre esse assunto, Seabra (2009, p. 85) alerta sobre a influência das diferenciações internas no sistema de ensino:

Resumindo, houve sem dúvida uma democratização do sistema educativo no sentido de maior acesso aos diferentes níveis de ensino por parte dos mais desfavorecidos, ou seja, as distâncias sociais reduziram-se no acesso, mas produziram-se novas diferenciações internas, mais subtis, que produziram mesmo um aumento das clivagens sociais no acesso a certos ramos e fileiras do sistema de ensino.

Além disso, é notório que a vida acadêmica do aluno está entremeada à sua vida familiar, pessoal e profissional. Assim, a relevância da condição socioeconômica dos alunos, de sua saúde física e mental, além do apoio familiar e pedagógico na escola vem sendo historicamente apontados como elementos desencadeadores do êxito ou fracasso escolar, nas mais diversas pesquisas que têm demonstrado os benefícios da integração família e escola, particularmente, quando o projeto pedagógico da escola abre espaço para a participação familiar e reconhece os papéis diferenciados de ambas no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos (POLÔNIA & DESSEN, 2005).

A crescente saliência da importância dos fatores culturais relativamente aos de ordem econômica, vulgarmente aferidos, respectivamente, pela situação socioprofissional e pelo nível de instrução do(s) progenitor(es), no desempenho

³ Segundo dados do MEC (2015).

escolar dos seus descendentes, foi outro aspecto detectado nos estudos mais recentes, conforme aponta Seabra (2009).

Um dos reflexos mais graves dessas disparidades de condições diz respeito à evasão escolar. A evasão é, certamente, um dos problemas que afligem as instituições de ensino em geral e a busca de suas causas tem sido objeto de muitos trabalhos e pesquisas educacionais. Silva Filho (2007, p. 642), apresenta os conceitos de evasão anual e evasão total e os exemplifica:

1. A evasão anual média mede qual a percentagem de alunos matriculados em um sistema de ensino, em uma IES, ou em um curso que, não tendo se formado, também não se matriculou no ano seguinte (ou no semestre seguinte, se o objetivo for acompanhar o que acontece em cursos semestrais). Por exemplo, se uma IES tivesse 100 alunos matriculados em certo curso que poderiam renovar suas matrículas no ano seguinte, mas somente 80 o fizessem, a evasão anual média no curso seria de 20%.

2. A evasão total mede o número de alunos que, tendo entrado num determinado curso, IES ou sistema de ensino, não obteve o diploma ao final de um certo número de anos. É o complemento do que se chama índice de titulação. Por exemplo, se 100 estudantes entraram em um curso em um determinado ano e 54 se formaram, o índice de titulação é de 54% e a evasão nesse curso é de 46%.

A evasão escolar é um problema que se perpetua há décadas na educação brasileira. Reprovação e evasão são fenômenos muito antigos, e persistem desde a década de trinta, sendo uma das mais graves consequências da falta de uma política educacional eficiente no país (PATTO, 1996).

Muitos fatores são associados à evasão e normalmente estão associados ao abandono da escola: para trabalhar; as condições de acesso e segurança precárias; aos horários que são incompatíveis com as responsabilidades que se viram obrigados a assumir; por motivo de vaga, de falta de professor, da falta de material didático; e também por considerarem que a formação que recebem não se dá de forma significativa para eles (PERRENOUD, 2001; PATTO, 1996).

Nesse ínterim, Santos (2007), em sua pesquisa, traz dados sobre os fatores que causam evasão nas turmas de EJA Distrito Federal: a distância da escola; o cansaço do alfabetizando que trabalha o dia inteiro; a inadequação da sala de aula para jovens e adultos/idoso, que muitas vezes não tem iluminação adequada; a ausência de um lanche a ser distribuído ao aluno que vem direto do trabalho para a escola; e o despreparo do corpo docente para trabalhar com a especificidade da EJA, pois, muitas vezes o professor não valoriza a experiência de vida que este

aluno já traz consigo, como trabalhador, como adulto inserido num processo de produção.

Um estudo desenvolvido por Meksenas (1992, p. 98) sobre a evasão escolar dos alunos dos cursos noturnos aponta por sua vez que a evasão escolar destes alunos se dá em virtude de estes serem "obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, exaustos da maratona diária e desmotivados pela baixa qualidade do ensino, muitos adolescentes desistem dos estudos sem completar o curso secundário".

Além da evasão, outro fenômeno usualmente associado ao êxito escolar é o rendimento do aluno. Traduzido em resultados satisfatórios na aprendizagem e aproveitamento das disciplinas, que acarretaram a aprovação do aluno e a diminuição dos índices de retenção escolar.

O rendimento escolar está ligado à avaliação do conhecimento adquirido no âmbito escolar. Desse modo, é uma avaliação das capacidades do aluno, que proclama o que este tem aprendido ao longo do processo de formação acadêmica ou escolar. Também abarca a capacidade do aluno em responder aos estímulos educativos (CHUEIRI, 2008).

Na literatura, encontramos especulações a respeito das causas para o baixo rendimento escolar, como: condição socioeconômica desfavorável, falta de perspectiva profissional, apoio social, desenvolvimento emocional e interpessoal do estudante, criatividade do indivíduo em relação ao ambiente, além de fatores fisiológicos e nutricionais, como a adequabilidade de uma dieta própria que venha garantir um desenvolvimento cerebral e cognitivo (LA ROSA, 1995; GARDNER, 2000).

Vale destacar que além dos fatores intrínsecos ao aluno, o baixo rendimento escolar também pode ser atribuído à própria escola, devido ao molde do currículo ao qual o aluno tem de se adaptar, fazendo com que ele adquira na maioria das vezes um caráter elitista, aumentando, assim, o atrito na relação aluno-instituição escolar. Além disso, uma outra questão diz respeito à responsabilidade apontada pela instituição e seus docentes, também, apenas destinada a alguns alunos, para que atinjam o ápice do ensino-aprendizagem-formação cultural, desconsiderando a condição social, econômica, psicológica e pedagógica em que alguns outros (os possíveis "excluídos") se encontram na dinâmica da busca do saber; por fim, outro

fator é destacado quanto ao critério e modo avaliativo, o qual enfatiza, ainda, a hierarquização aluno-saber (PERRENOUD, 2001).

Quanto à frequência dos alunos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 1996) regulamenta que o aluno da educação básica deve apresentar um mínimo de setenta e cinco por cento de frequência do total de aulas previstas para aquele ano letivo para sua promoção para a série seguinte. Além disso, no Brasil, programas de transferência de renda, como o Bolsa Família condicionam o repasse do benefício à matrícula e frequência dos alunos no ensino básico.

É notório, que em uma sociedade em que a cada dia mais se valoriza a cultura da avaliação e que se pauta em números e indicadores para qualquer tomada de decisão, certamente a frequência do aluno ocupa papel de destaque no contexto frente aos mais variados componentes curriculares.

Todos esses aspectos (rendimento, frequência e evasão) devem ser considerados, uma vez que o fracasso escolar não é um fenômeno unifatorial (DAYRELL, 2001). Não se podem atribuir o êxito do aluno unicamente causas internas relativas aos fatores pessoais ou externas considerando fatores situacionais e muito menos se concentrar nas dimensões da saúde física ou nos problemas familiares (BERRIOS, GARCIA e MARTÍN, 2000 citados por FORMIGA, 2004).

Faz-se necessário ainda abordar a problemática do rendimento escolar, chamando atenção para a influência bidirecional dos aspectos psicossociais e de socialização. O êxito ou o fracasso escolar, na medida em que influem no autoconceito do indivíduo, podem repercutir nos mais diversos aspectos da sua vida, como nas atitudes perante as drogas, na escolha profissional, na motivação para o estudo, entre outros (LA ROSA, 1995).

Neste sentido, cabe ao Estado subsidiar e garantir a equidade na escola, proporcionando a todos os alunos condições iguais para a prática do ensino. Coleman (1975) citado por Seabra (2009) assevera que a acepção dominante da igualdade de oportunidades começa por ser a de garantir o acesso de todos à escola e a exposição dos alunos às mesmas condições de ensino, ou mais simplesmente, tudo igual para todos. É obrigação do estado proporcionar essas condições de paridade e passa a ser obrigação das famílias e das crianças usarem a oportunidade que lhes é oferecida.

Assim, é pungente a necessidade de que seja direcionada a atenção e esforços dos agentes de ensino para as particularidades e necessidades dos alunos que ingressam, assim como dos alunos que abandonam, diariamente, os mais diversos cursos, para que estes possam ser reconduzidos e amparados adequadamente em suas vidas acadêmicas.

3 O PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E A SUA GESTÃO PELO INSTITUTO FEDERAL DO TOCANTINS

O Decreto nº 7.234 (BRASIL, 2010), que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, direciona as ações do Programa, em diversos artigos, para a educação superior pública federal. No entanto, em seu Artigo 4º, o Decreto ressalva a participação dos Institutos Federais no referido programa, da seguinte maneira:

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente. (BRASIL, 2010).

Assim, ao considerar as especificidades e diversidades inerentes aos Institutos Federais, o Decreto propicia o aproveitamento do PNAES para atender as outras modalidades de ensino que são atendidas nessas unidades de ensino, incluindo o ensino técnico.

O público prioritário a ser atendido são os alunos que cursaram a educação básica na rede pública ou com baixa condição socioeconômica, definidos, pela política, como aqueles com renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, além de outros requisitos que podem ser estipulados pelas instituições de ensino. Além disso, a política preconizou a adoção, por cada instituição, de mecanismos de acompanhamento e avaliação das ações advindas pelo PNAES, bem como o repasse de verba federal para implementação das estratégias (BRASIL, 2010).

Dentre os princípios orientadores da Assistência Estudantil no âmbito do IFTO, conforme disposições do Plano de Desenvolvimento Institucional 2015-2019, destacamos:

- Igualdade de condições para o acesso, a permanência e a conclusão com êxito;
- Formação baseada no desenvolvimento integral dos estudantes;
- Garantia de democratização e da qualidade dos serviços prestados à comunidade escolar;
- Estímulo à aprendizagem, ao ensino, à pesquisa, à cultura, ao pensamento crítico, à arte e ao esporte;
- Compromisso com a inclusão, acessibilidade e diversidade;
- Apoio às formas de participação e organização estudantil;
- Socialização das ações da Assistência Estudantil;
- Valorização das ações inter-transdisciplinar e transversalidades;
- Incentivo ao debate coletivo das classes profissionais nas áreas de atuação e legitimação representativa das mesmas nas decisões ligadas à Assistência Estudantil.
- Democratização das condições de permanência dos estudantes em todos cursos ofertados pelo IFTO;
- Minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão em todas as modalidades, níveis e formas de articulação;
- Redução das taxas de retenção e evasão; e
- Promoção da inclusão social pela educação.

As ações de Assistência Estudantil do IFTO são coordenadas pela Pró-reitoria de Extensão, por meio da Diretoria de Assuntos Estudantis, responsável por promover a democratização, equidade e pela elaboração e implementação de políticas de assistência ao estudante. São desenvolvidos programas e serviços com equipes multiprofissionais, composta por assistentes sociais, bibliotecários, médicos, nutricionistas, pedagogos, psicólogos, odontólogos, enfermeiros e técnicos de enfermagem, buscando o bom desenvolvimento da vida escolar de todos os estudantes, oferecendo tanto apoio financeiro para as despesas sócio educacionais quanto atendimento profissional especializado para as suas demandas sociais (PDI - IFTO, 2015).

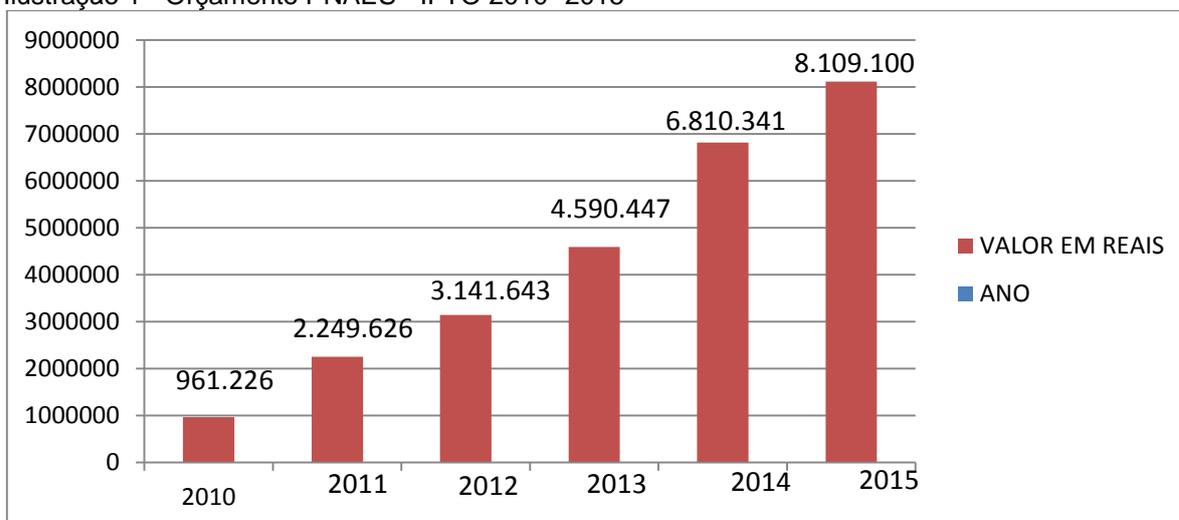
As diretrizes preconizadas por esses setores baseiam-se na descentralização político-administrativa; no atendimento multiprofissional aos estudantes,

considerando as necessidades individuais; na ampliação dos programas e serviços de assistência ao estudante, buscando desenvolvê-los em todos os *campi*; na expansão do número de estudantes contemplados; na promoção de novos programas e reformulação dos programas existentes e na ampla divulgação de informações referentes à assistência estudantil.

Além disso, o IFTO estimula a formação de entidades representativas dos discentes, como o Grêmio Estudantil que representa os discentes do ensino técnico (médio integrado, subsequente, concomitante) e Proeja de cada campus; o Diretório Acadêmico (DA) ou Centro Acadêmico (CA) que representa os discentes de curso superior de cada campus e o Diretório Central dos Estudantes (DCE) que representa todos os discentes do IFTO.

Desde a instituição do PNAES o IFTO recebeu o repasse do governo federal superior a R\$ 21.000.000,00 entre os anos 2010 e 2015, e veio ascendendo entre um e dois milhões de reais a cada ano, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Ilustração 1 - Orçamento PNAES - IFTO 2010- 2015



Fonte: Lei Orçamentária Anual LOA - IFTO (2010-2015)⁴.

A expansão do IFTO tem contribuído para o aumento da oferta de vagas na Educação Profissional e Tecnológica e, conseqüentemente, a procura pelos programas vinculados à Assistência Estudantil, sendo que cada unidade do IFTO possui autonomia para gerenciar o seu recurso, considerando suas especificidades e o montante de recursos disponíveis.

⁴ Disponível no site da Instituição, <http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/proad.php#>

É inegável a importância e amplitude que o PNAES atingiu dentro das instituições de ensino, configurando-se, atualmente, como uma das principais ferramentas de combate à evasão e retenção dos alunos, conforme enunciado pelo Diretor de Assuntos Estudantis do IFTO, Higor Arruda Lira em entrevista preliminar realizada pela autora:

A Diretoria de Assuntos Estudantis percebe que o PNAES é um grande pilar dentro da Política de Assistência Estudantil da instituição, principalmente porque busca minimizar os efeitos das desigualdades e assegurar a permanência do estudante da escola, fortalecendo o visão da educação como um direito social que precisa ser assegurada a todos, independente das condições financeiras ou das lacunas de aprendizagem oriundas da vida escolar anterior do estudante. Graças ao crescimento do montante orçamentário, ano após ano, vimos que o PNAES tem alcançado cada vez mais estudantes e seus efeitos são significativos, apesar da dificuldade que a instituição enfrenta para mensurar esse impacto. O PNAES está alinhado às diretrizes da Constituição Federal, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação e ao Plano Nacional de Educação no sentido de promover a educação com qualidade social e justiça social. Assim, o Programa firma-se hoje como estratégico para toda a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

3.1 REGULAMENTO DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

O documento normativo que orienta as ações da Assistência Estudantil no âmbito do IFTO é Regulamento de Assistência Estudantil (ANEXO II), aprovado em 30 de julho de 2011, pelo Conselho Superior do IFTO, conforme Resolução nº 04/2011/IFTO/Conselho Superior (IFTO, 2011). Este documento foi construído a partir de discussões entre os representantes dos discentes e servidores envolvidos na assistência estudantil, sendo divulgado no site institucional do IFTO.

Destaca-se ainda que, a Política de Assistência Estudantil (PAE) se destina aos estudantes regularmente matriculados no IFTO, tendo prioridade os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A PAE está dividida em dois eixos, segundo Artigo 4º do Regulamento:

A Política de Assistência Estudantil do IFTO está dividida em dois eixos:
I – Eixo Universal: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFTO, de forma universal ou por meritocracia;
II – Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante: destina-se prioritariamente a estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio com comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatoriedade a participação em processo de seleção socioeconômica. (IFTO, 2011, p. 3).

Em seguida, o documento detalha e caracteriza todas as ações pertencentes a cada eixo. No eixo universal pode-se destacar os programas de acompanhamento pedagógico, social e psicológico, programa de assistência à viagens e os programas de incentivo ao esporte, lazer, arte e cultura. Assim são ações que podem ser contempladas por todo aluno, com o objetivo de oferecer apoio e inclusão nas atividades acadêmicas.

No Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante, vale descrever os auxílios que foram ofertados aos alunos do Campus Avançado Pedro Afonso - *locus* desta pesquisa, no ano de 2015:

Art. 33. Auxílio-Transporte caracteriza-se no repasse mensal de auxílio financeiro para ajudar o estudante com as despesas de transporte urbano ou rural entre sua residência e a instituição.

Art. 34. Auxílio-Alimentação consiste na concessão de auxílio financeiro para a refeição diária, preferencialmente no refeitório do *campus*, durante o semestre letivo, com o objetivo de oferecer alimentação aos estudantes de forma saudável e balanceada, a fim de melhorar a qualidade de vida e elevar o desempenho cognitivo.

Art. 35. Auxílio-Moradia destina-se a despesas com aluguel de imóvel quando nos *Campi* não houver alojamento ou quando não houver alojamento suficiente para todos.

[...]

Art. 40. O Auxílio aos Pais Estudantes consiste em auxílio financeiro aos pais-estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com crianças de zero a doze anos incompletos, visando minimizar situações estressoras e de desgaste emocional dos estudantes que, durante o horário de aula, necessitam deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas. (IFTO, 2011).

Como as ações do eixo de Assistência e Apoio são prioritariamente destinadas aos alunos de baixa renda, as bolsas provenientes desse eixo devem ser disponibilizadas aos alunos via edital de seleção. De acordo com as necessidades específicas dos seus estudantes, cada campus publicará seus editais, contendo os tipos de benefícios, valores das bolsas e exigências mínimas.

Busca-se nessa seleção determinar quais alunos possuem maior grau de vulnerabilidade social, sendo que critério que estabelecido é o valor de renda *per capita*, que poderá ser alterado mediante análise técnica da renda e do contexto socioeconômico familiar. Para fins de realização da análise da vulnerabilidade social, o aluno deverá responder o questionário socioeconômico.

Sobre a seleção e acompanhamento do programa, o Regulamento dispõe

alguns condicionantes que devem ser cumpridos pelos beneficiados:

Art. 43. O estudante selecionado para o benefício de assistência estudantil deverá cumprir junto ao IFTO condicionalidades e regras descritas a seguir:

- I - Estar regularmente matriculado em curso oferecido pelo IFTO;
- II - Assinar Termo de Compromisso com as penalidades em caso de omissão de informações ou uso indevido do recurso;
- III - Comprovação da condição de vulnerabilidade socioeconômica;
- IV - Frequência mínima de 85 % (oitenta e cinco) em sala de aula por bimestre ou período;
- V - Desempenho acadêmico satisfatório;
- VI - Não infringir o Regimento Interno do IFTO.

Por fim, o Regulamento dispõe sobre a Gestão e Supervisão do Programa de Assistência Estudantil do IFTO a ser realizada pelo Comitê Gestor. Além disso, elenca o rol de profissionais ligados à assistência e por fim, determina a designação, por meio de portaria, da comissão local de Assistência Estudantil.

4 LOCUS DA PESQUISA - INSTITUIÇÃO FEDERAL: AMBIENTE DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL?

De forma abrangente, este trabalho promove a análise e a avaliação do Programa Nacional de Assistência e Estudantil e o perfil dos estudantes em estado de vulnerabilidade econômica e como estes são assistidos pela instituição pública federal de ensino em que ingressam. Com o intuito de delimitar de forma mais inerente a temática a ser abordada, este capítulo se dedicará ao recorte espacial em que a pesquisa está inserida.

A Lei nº 11.892 (BRASIL, 2008) criou em todo o país 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, formados a partir da união entre os Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas vinculadas a Universidades. Em seu Art. 5º determina que “ficam criados os seguintes Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: ... XXXVIII - Instituto Federal do Tocantins, mediante integração da Escola Técnica Federal de Palmas e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins.”

Na ocasião, a Escola Técnica Federal de Palmas possuía cinco anos de fundação e a Escola Agrotécnica Federal de Araguatins, vinte anos de funcionamento. Em 2009, foram inaugurados os campi de Paraíso do Tocantins e Araguaína. Já em 2010 foram inaugurados os campi Porto Nacional e Gurupi. Dando continuidade ao plano de expansão da rede federal em Ensino, em 2013, foi inaugurado o *campus* Dianópolis e finalmente, em 2014, foi autorizado o funcionamento dos Campi Colinas do Tocantins, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso - *Locus* desta pesquisa.

Como pessoa jurídica o IFTO é classificado como uma autarquia. Desta maneira, é uma instituição de direito público com natureza administrativa e criada por uma lei específica, no intuito de realizar alguma atividade descentralizada da entidade estatal que as criou, inclusive podendo desempenhar atividades educacionais, previdenciárias e quaisquer outras outorgadas pela entidade do Estado matriz, sem poder ter subordinação, mas podendo ser fiscalizada (MEIRELLES, 2005, p. 66).

O Estatuto do IFTO afirma:

O IFTO é uma instituição de educação básica, profissional e superior, pluricurricular, multi campi e descentralizada, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos na sua prática pedagógica. (IFTO, 2009, art.1º, § 2º).

Ou seja, o perfil profissionalizante, natureza herdada das Escolas Técnicas que originaram os Institutos, configuram-se de forma destacada no perfil e nas propostas Institucionais desses Órgãos.

Aproximando o *locus* da pesquisa para o *Campus* Avançado Pedro Afonso, cabe ressaltar o histórico e as peculiaridades desta unidade de ensino que foi criada a partir da cessão do Colégio Estadual Agrícola Dr. José de Souza Porto, sendo que este já funcionava como Unidade Escolar desde 1973. Após o período de negociações, em maio de 2014 o Governo do Estado do Tocantins cedeu o área e as instalações do Colégio Estadual Agrícola Dr. de Souza Porto para o Instituto Federal do Tocantins, através Decreto nº 5037 de 09 de maio de 2014, a partir de então nomeado *Campus* Avançado Pedro Afonso, conforme a Portaria nº 505/2014 do Ministério da Educação, de autorização de funcionamento deste *campus*.

Assim, o ano de implantação do *campus*, 2014, foi caracterizado pelo período de transição entre a estrutura acadêmica e administrativa do estado para o IFTO. Neste sentido, destacamos que os alunos que encontravam-se em curso no momento da transição, foram transferidos para o Instituto, através de processo administrativo que revalidou no âmbito do IFTO, os documentos relacionados ao ensino desses discentes.

Atualmente, esta unidade oferta vagas nos cursos de Técnico Subsequente em Informática, Técnico Concomitante em Agropecuária, Técnico Subsequente em Agropecuária e Técnico Subsequente em Açúcar e Álcool⁵. Além dos cursos

⁵ Definição de modalidade de ensino conforme o Decreto nº 5.154 (BRASIL, 2004, Art.4º, §1º):

§ 1º A articulação entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio dar-se-á:

I - integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno;

II - concomitante, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso, podendo ocorrer:

a) na mesma instituição de ensino, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis;
b) em instituições de ensino distintas, aproveitando-se as oportunidades educacionais disponíveis; ou
c) em instituições de ensino distintas, mediante convênios de intercomplementaridade, visando o planejamento e o desenvolvimento de projetos pedagógicos unificados;

III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio.

regulares são ofertados semestralmente vagas para cursos de Formação Inicial e Continuada em diversas áreas, como Escrita Técnico Científica, Matemática Básica e Raciocínio Lógico, Almojarife e Informática Básica.

O ambiente selecionado para a pesquisa, o estudantil, entende-se como um espaço em que a qualidade de vida humana proporciona meios para torná-lo qualificado profissionalmente e moralmente. A despeito da diversidade de ambientes estudantis existentes, o estudo foi concentrado nos cursos técnicos devido a propostas acadêmicas destes cursos em formarem profissionais prontos para o mercado de trabalho e por isso, há uma grande procura das classes menos favorecidas ou mais vulneráveis economicamente em busca de uma resposta mais rápida do mercado de trabalho.

Os institutos federais proporcionam ensino técnico gratuito, esse é um dos principais motivos da procura por educação nessas instituições. Além disso, permite aos jovens que tem menor possibilidade de se manter estudando no ambiente acadêmico, alguns benefícios assistenciais que o auxiliam na manutenção do estudo.

Para o melhor entendimento da escolha dos ambientes escolares dos institutos federais como espaço de assistência estudantil, serão apresentados alguns argumentos pertinentes a esta discussão. Esse ambiente acadêmico, como o conhecemos hoje, está assim constituído desde Janeiro de 2015, período em que o processo de transição deu-se por terminado e iniciaram-se as atividades nesta unidade com pessoal e preceitos exclusivos do IFTO. Ou seja, trata-se de um ambiente de pesquisa relativamente novo e em fase de implantação e estruturação.

Antes do Programa Nacional de Assistência Estudantil ter tido início neste *campus*, o que aconteceu através do Edital nº 08/2015 (IFTO, 2015), as ações de assistência estudantil ao quais os estudantes então matriculados tiveram acesso, resumiram-se ao auxílio alimentação, através da oferta de merenda escolar, característica regular do ensino estadual e municipal, de onde estes alunos se originaram.

Entre os elementos que influem nestes ambientes é possível citar o desestímulo provocado pela falta de condições financeiras para dedicar-se exclusivamente aos estudos, a exemplo dos cursos Técnicos Subsequentes, que são aqueles em que o ingresso se dá após a conclusão do Ensino Médio, fase em que normalmente os alunos passam a dedicar-se também ao trabalho e outras

atividades. Buscam, neste estágio a independência financeira, além de ajudarem nas obrigações pecuniárias junto à sua família, ou seja, para estes, é preciso que ocorra a conciliação entre estudo e trabalho o que favorece o crescimento da desistência e corrobora com a elevação dos índices de evasão e retenção.

Outro aspecto que deve ser considerado a este ambiente está relacionado ao baixo rendimento e dificuldade de aprendizado dos ingressos, normalmente herança proveniente de uma educação deficitária no ensino fundamental e médio. Situações que incidem diretamente no processo de aprendizagem e aproveitamento destes alunos.

Os estudos realizados no ambiente dos Institutos Federais, a serem abordados no referencial teórico, têm influenciado em aprofundar as pesquisas para determinar a assistência recebida pelos estudantes em instituições federais de ensino. É possível perceber que a carência (a concentração) desses estudos na região Norte do país, também oportunizou o enfoque desse estudo neste *locus*.

Além disso, o *locus* da pesquisa apresentado permite também a coleta de uma ampla gama de dados quantitativos e por fim, dados qualitativos do sobre a assistência prestada a classe estudantil. É importante destacar essa pesquisa tem como base uma variedade de informações advindas de estudantes de diferentes realidades, o que permite um ambiente variado, construído a partir dessas diversos grupamentos subsidiados em uma mesma conjuntura.

5 METODOLOGIA

A investigação científica depende de um “conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos” (GIL, 1999, p.26) para que seus objetivos sejam atingidos: os métodos científicos.

Nos itens a seguir, serão descritos o tipo de pesquisa bem como, os diferentes elementos e ferramentas que foram utilizados neste trabalho.

5.1 TIPO DE PESQUISA

Na escolha do tipo de pesquisa consideramos não apenas o objeto de estudo, mas também, os instrumentos e processos mais adequados para a investigação científica. Segundo Richardson (1999), "o método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação de fenômenos". Deste modo, em sentido amplo, possui dois grandes métodos de pesquisa conhecidos: o quantitativo e o qualitativo.

A presente pesquisa terá abordagem quantitativa. Esse tipo de abordagem, para Terence e Filho (2006, p. 3) "Permite a mensuração de opiniões, reações, hábitos e atitudes em um universo, por meio de uma amostra que o represente estatisticamente". Neste íterim, a abordagem quantitativa foi aplicada neste trabalho através do levantamento de dados relativos à frequência, rendimento e abandono escolar, além da, quantidade de alunos assistidos pelo programa de assistência estudantil e o percentual assistido em relação ao número global de alunos do Instituto Federal do Tocantins – *Campus* Avançado Pedro Afonso.

Quanto à natureza foi realizada uma pesquisa aplicada, a qual poderá ocasionar aspectos práticos para continuidade e melhoria do programa de assistência estudantil, no âmbito local do IFTO- *Campus* Avançado Pedro Afonso. Espera-se que a metodologia utilizada possa ser estendida às outras unidades do Instituto Federal do Tocantins. Nas palavras de Marconi e Lakatos (2010), a pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para a aplicação prática, dirigidos à solução de problemas dirigidos. Envolve verdades e interesses locais. Para outro

autor Gil (1999, p. 43) “a pesquisa aplicada possui muitos pontos de contato com a pesquisa pura, pois depende de suas descobertas e se enriquece com o seu desenvolvimento.”

Essa pesquisa pode ser classificada como descritiva. Na pesquisa descritiva o pesquisador apenas registra e relata os fatos observados sem interferir neles, visando descrever as características de determinada população ou fenômeno, ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Esta perspectiva corrobora com a abordagem eleita para o desenvolvimento deste trabalho, em virtude não apenas de ser um objeto de pesquisa relativamente recente, aplicado a um *locus* hodierno, mas também, pela carência de pesquisas em revistas academicamente qualificadas sobre evasão nos Institutos Federais. Este tipo de pesquisa, envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática e, de forma geral, assume a forma de Levantamento (PRODANOV E FREITAS, 2013).

Fonseca (2002) aponta que para este tipo de pesquisa é utilizada em estudos exploratórios e descritivos, o levantamento pode ser de dois tipos: levantamento de uma amostra ou levantamento de uma população (também designado censo). Neste sentido, para a realização desta pesquisa foi realizado um levantamento em forma de censo, com a finalidade de apresentar o quantitativo de alunos assistidos pelo programa de assistência estudantil e avaliar a correlação entre a assistência estudantil e o êxito escolar, assim, destaca a necessidade da pesquisa na forma descritiva.

A escolha deste tipo de ferramenta de pesquisa está embasada em Gerhardt e Silveira (2009) que afirma que "Entre as vantagens dos levantamentos, temos o conhecimento direto da realidade, economia e rapidez, e obtenção de dados agrupados em tabelas que possibilitam uma riqueza na análise estatística."

Por fim, vale atentar que esta pesquisa, de acordo com o método empregado é classificada como pesquisa documental. Segundo Gil (2010, p. 30),

A pesquisa documental é utilizada em praticamente todas as ciências sociais e constitui um dos delineamentos mais importantes no campo da História e da Economia. Como delineamento, apresenta muitos pontos de semelhança com a pesquisa bibliográfica, posto que nas duas modalidades utilizam-se dados já existentes. A principal diferença está na natureza das fontes. A pesquisa bibliográfica fundamenta-se em material elaborado por autores com o propósito específico de ser lido por públicos específicos. Já a pesquisa documental vale-se de toda sorte de documentos, elaborados com finalidade diversa, tais como assentamento, autorização, comunicação, etc. [...] A modalidade mais comum é a escrita em papel, mas estão se tornando

cada vez mais frequentes os documentos eletrônicos, disponíveis sob os mais diversos formatos. [...] Dentre os mais utilizados nas pesquisas estão: Documentos institucionais, mantidos em arquivos de empresas, órgãos públicos e outras organizações.

A pesquisa documental, neste trabalho, se apresenta na utilização dos dados escolares desta unidade de Ensino. Como foi dito foi realizado um censo escolar de todos os alunos matriculados nos semestres letivos 2015.1 e 2015.2. Entrementes, foi essencial para a realização deste trabalho o acesso as informações documentais relativas à frequência, rendimento e taxa de abandono escolar da população pesquisada.

5.2 UNIVERSO DA PESQUISA

É essencial, em qualquer trabalho realizado com este perfil, a delimitação do universo da pesquisa. Para tanto, é necessário esclarecer que se entende por população (ou universo da pesquisa) a totalidade de indivíduos que possuem as mesmas características definidas para um determinado estudo (SILVA; MENEZES, 2001, p. 32). Reforçando esse conceito, Marconi e Lakatos (2013) afirma que "Universo ou população é o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum."

Em vista disso, a população ou universo dessa pesquisa contemplou todos os alunos matriculados nos cursos técnicos profissionalizantes do *Campus Avançado Pedro Afonso*, durante os semestres letivos 2015.1 e 2015.2. Como já esclarecido anteriormente, refere-se a uma pesquisa censitária, e, em vista disso, abrange a totalidade dos componentes do universo.

A preferência por esse universo sucedeu por tratar-se de um *campus* em implantação. O quantitativo de alunos, que é relativamente menor em comparação a outro com maior tempo de funcionamento, permitindo, dessa maneira, a realização do censo.

Vale reforçar que o recorte temporal se limitou aos semestres 2015.1 e 2015.2 por serem estes os únicos semestres em que o PNAES foi utilizado nesta unidade.

5.3 PROCEDIMENTOS DE COLETAS DE DADOS

A importância da etapa de coleta de dados está associada à obtenção de informações ou dados que possibilitem a comprovação das questões inicialmente levantadas. De acordo com Prodanov (2013, p. 113):

Assim, essa etapa representa o momento em que o pesquisador obtém os dados coletados por meio da aplicação de técnicas de pesquisa, usando instrumentos específicos para o tipo de informação que deseja obter, de acordo com o objeto de pesquisa em análise. Esses dados, após seu registro, são organizados e classificados de forma sistemática, passando pelas fases de seleção, codificação e tabulação, para o caso de pesquisas quantitativas.

A primeira etapa realizada foi a divisão do universo da pesquisa em dois grupos: Alunos participantes e não-participantes do PNAE. Essa divisão foi realizada conforme o documento de divulgação dos resultados finais das seleções para bolsas do programa.

Os editais de assistência estudantil são publicados a cada semestre, em virtude da realização de duas seleções anuais para este *campus* que possibilita a entrada semestral de novos estudantes. Cada seleção gerou um quantitativo de alunos, que somados, configuraram o número total de participantes da pesquisa.

É imprescindível ressaltar que os dados não foram nominais, para cada aluno foi atribuído um número para coleta de dados, no intuito de preservar a privacidade dos indivíduos pertencentes ao universo da pesquisa.

Os dados coletados dentro de em cada grupo são: Coeficiente de frequência, Coeficiente de rendimento, Taxa de reprovação e Taxa de abandono escolar. Esses coeficientes serão calculados, conforme segue:

a. **Coeficiente de frequência:** Inicialmente foi obtida a carga horária máxima que o aluno deveria cursar no semestre, posteriormente, através dos diários de classe, obteve-se o quantitativo de presenças e de faltas em cada disciplina cursada pelo aluno e a partir disso calculado qual foi a presença média do aluno em sala.

b. **Coeficiente de rendimento:** Foi obtido dividindo-se o somatório da notas finais do aluno em todas as disciplinas cursadas pelo número total de disciplinas.

c. **Taxa de reprovação:** Percentual de alunos que reprovaram em alguma disciplina.

d. **Taxa de abandono:** Percentual de alunos que evadiram ou trancaram o curso no semestre.

Além destes dados, para caracterizar o perfil do grupo de alunos assistidos pelo programa, foram coletadas as seguintes informações, conforme declarações nas fichas de matrículas dos alunos e na ficha socioeconômica autodeclarada pelo aluno no ato de inscrição para a seleção de bolsas do PNAES:

e. **Faixa etária:** Serão consideradas as seguintes faixas:

- Menor de 18 anos;
- Entre 18 e 24 anos;
- Entre 25 e 30 anos;
- Entre 31 e 40 anos;
- Acima de 40.

f. **Gênero:** Se masculino ou feminino.

g. **Raça:** Conforme auto declaração do aluno.

h. **Renda per capita da família:** Obtida através dos comprovantes de rendimento da família do aluno. Esses rendimentos são somados e divididos pelo número de membros da família. Serão consideradas as seguintes faixas:

- Sem rendimento;
- Até 1/2 salário mínimo (R\$ 394,00)
- Até 1 1/2 salário mínimo (R\$ 1182,00)
- Acima de R\$ 1182,00.

i. **Número de filhos:** Considerando-se a partir de zero filhos.

j. **Ocupação:** Pretende-se definir se o aluno dedica-se exclusivamente as atividades acadêmicas ou se possui algum tipo de trabalho formal ou informal.

Esse levantamento foi realizado através da consulta aos registros escolares obtidos nos seguintes documentos: ficha de matrícula, diários de classe, históricos escolares e questionário socioeconômico (autodeclarada pelo aluno), sendo que não foi possível realizar esta parte do levantamento através do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica da Educação Profissional e Tecnológica (SIGA-Edu), pois este ainda estava sendo implantado no *campus* na ocasião da realização da pesquisa, assim, toda a coleta foi feita através da transcrição e armazenado dos dados em uma planilha Excel 2007.

5.4 PROCEDIMENTOS PARA ANÁLISE DE DADOS

Após a coleta de dados sobre a investigação, procedemos à análise quantitativa dos dados com o propósito de formular as possíveis conclusões. A análise tem como objetivo organizar os dados de forma que fique possível o fornecimento de respostas para o problema proposto (GERHARDT E SILVEIRA, 2009). Em relação às formas que os processos de análise de dados quantitativos podem assumir, tomando como referência Gil (2006), observam-se em boa parte das pesquisas os seguintes passos:

- a. estabelecimento de categorias;
- b. codificação e tabulação;
- c. análise estatística dos dados.

Consideramos, nesta pesquisa, como categoria cada um dos itens investigados: Coeficiente de frequência, Coeficiente de rendimento, Taxa de reprovação, Taxa de abandono, Sexo, Idade, Raça, Renda per capita, Ocupação, Número de filho e Estado civil e após a tabulação e análise estatística tentaremos identificar as diferenças e similaridades dos resultados entre os dois grupos investigados (Alunos participantes do PNAES e alunos não-participantes do PNAES). Neste momento pretendemos identificar se o PNAES promove melhorias nos indicadores explorados. Além disso, a partir da caracterização do perfil do aluno assistido pelo programa foi possível analisar se e quais grupos são mais vulneráveis e susceptíveis ao abandono e ao desempenho insatisfatório.

A construção do banco de dados e a análise estatística foi realizada usando o Excel e o programa *Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS) versão 18.0 (SPSS Inc., Chicago, IL, EUA), respectivamente. Através do software foi possível elaborar testes estatísticos para associação de variáveis (Quiquadrado, Fisher), bem como identificar através de gráficos de correspondências as possíveis associações, como perfil socioeconômico e escolar dos bolsistas.

Para facilitar a visualização de possíveis diferenças entre os níveis dos grupos, foi utilizado a ferramenta de gráficos de caixa ou *boxplot*. Segundo Santos (2010) esse tipo de gráfico é útil para visualizar medidas de dispersão e de tendência central das variáveis em estudo.

Os gráficos do tipo *boxplot* apresentam um resumo completo dos dados de forma simples. Cada grupo é representado por uma caixa que indica onde estão concentradas 50% das observações. A linha inferior da caixa indica onde é o limite do primeiro quartil ou quartil inferior (25%), a linha horizontal dentro da caixa mostra o limite do segundo quartil, que coincide com a mediana, e a linha superior da caixa indica o limite do terceiro quartil, ou quartil superior. A dispersão dos dados é representada pelas linhas verticais. Quando há alguma observação com comportamento muito diferenciado do padrão do grupo, ela será representada com círculos ou asteriscos com números localizados fora do grupo. (SANTOS, 2010, pag. 133).

Por conseguinte a ferramenta utilizada para comparar o rendimento, frequência, abandono escolar e reprovação entre os participantes e não participantes do PNAES foi a tabela de Análise de Variância – ANOVA. A partir dela foi possível identificar qual grupo de variáveis apresentaram diferenças significativas e, portanto, identificar índices significantes. Dentro dos grupos de bolsista cujo aquela variável apresentaram-se fatores com mais de dois níveis (faixa etária, renda per capita, raça/cor, quantidade de filhos, ocupação, etc), foi utilizado o teste de Tukey HSD para comparações múltiplas. Para confecção de gráficos, foi utilizado o editor de planilhas eletrônicas do Pacote Office Excel 2010. Para obter a significância dos testes foi determinado um nível de erro aceitável α de 5%.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

6.1 ALCANCE DO PROGRAMA

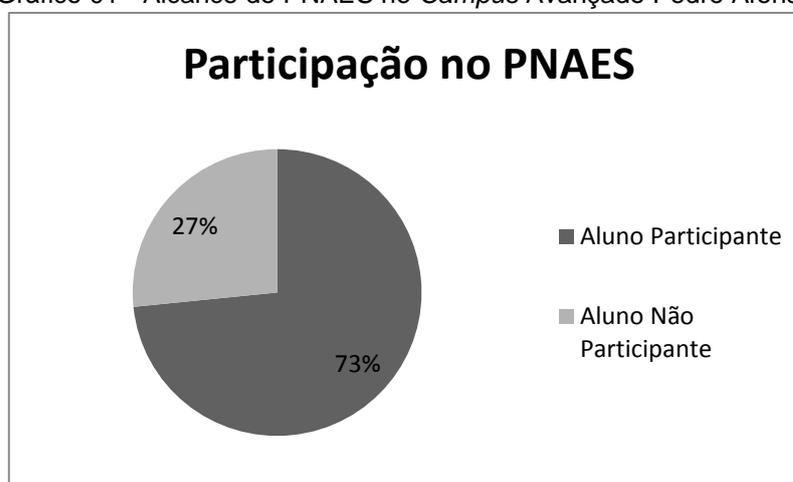
Iniciaremos a abordagem deste tópico, com a apresentação dos resultados referentes ao alcance numérico do Programa Nacional de Assistência Estudantil, no âmbito do *Campus* Avançado Pedro Afonso, no período de referência:

TABELA 01 - Alunos matriculados no *Campus* Avançado Pedro Afonso, nos semestres 2015.1 e 2015.2.

Alunos - Campus Avançado Pedro Afonso	Freq.	%
Aluno Participante do PNAES	246	73,4
Aluno Não Participante	89	26,6
Total	335	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 01 - Alcance do PNAES no *Campus* Avançado Pedro Afonso.



Fonte: Elaboração da autora

Conforme demonstrado, essa unidade atingiu no período de referência, 73% de alcance do PNAES. Ou seja, 73% dos alunos matriculados nos semestres 2015.1 e 2015.2 foram selecionados em pelo menos uma modalidade de auxílio ofertada nos editais: auxílio alimentação, auxílio transporte, auxílio transporte intermunicipal ou auxílio a pais estudantes.

O Decreto que instituiu o PNAES não dispõe ou aplica meta sobre o percentual de alunos que o Programa deve atingir dentro das Instituições de Ensino. Assim, é a partir da disponibilidade orçamentária da unidade para este programa, conforme disposto na Lei Orçamentária Anual e do diálogo entre a Comissão Local de Assistência Estudantil e dos gestores dos campi que a distribuição dos recursos é definida e aplicada, conforme previsões do Regulamento de Assistência Estudantil.

Através de consulta ao Orçamento 2015 do Instituto Federal do Tocantins⁶, encontramos a disponibilidade de receita para esta unidade, fixada em R\$ 220.050,48. Aplicando esse valor ao número de alunos beneficiados alcançou-se uma média de despesa de R\$ 849,50 por aluno beneficiado. Registro aqui a preocupação da autora em declarar esse valor, haja visto, não ter sido encontrado, em outras pesquisas sobre o tema, essa média de gastos com bolsistas do PNAES. Assim, pretende-se gerar uma referência para futuras pesquisas e para as outras unidades de ensino.

Em pesquisa realizada por RAMALHO (2013), que realizou um levantamento do percentual de alunos assistidos pelo PNAES no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, o programa alcançou, nesse estudo, 30,4% dos alunos em curso. Em outra pesquisa de Dissertação de SILVA (2013), que buscou avaliar os impactos e contribuições do Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos discentes do Campus Araguatins do IFTO, a autora levantou o quantitativo de 280 alunos atendidos pelo PNAES no ano de 2012 nessa Instituição. Assim, consideraremos como satisfatório o alcance do Programa no *Campus Avançado Pedro Afonso*, no período de referência.

6.2 COMPARATIVO ENTRE ALUNOS PARTICIPANTES DO PNAES E ALUNOS NÃO-PARTICIPANTES

6.2.1. Análise de Abandono Escolar

⁶ Disponível no site da Instituição: http://www.ifto.edu.br/portal/docs/proad/orcamento_ifto_2015.pdf , Acesso em 08 de abril de 2016.

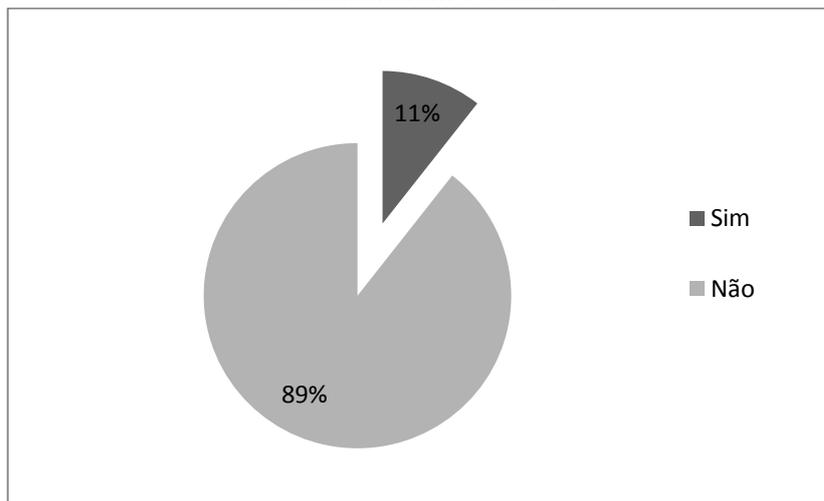
A análise comparativa entre o grupo de alunos participantes do PNAES e alunos não-participantes buscou inicialmente identificar as diferenças entre as taxas de abandono escolar, conforme demonstrado nas tabelas e gráficos seguintes:

Tabela 02 - Percentual de abandono escolar dos alunos participantes do PNAES.

Abandono Escolar - Alunos Participantes do PNAES	Freq.	%
Sim	26	10,6
Não	220	89,4
Total	246	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 02- Percentual de alunos participantes do PNAES que abandonaram o curso.



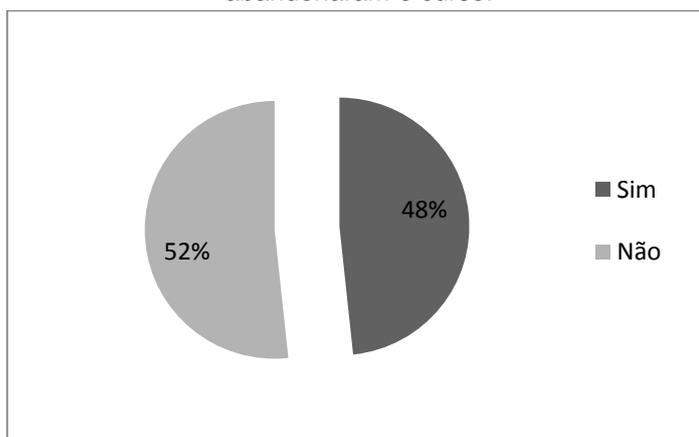
Fonte: Elaboração da autora

Tabela 03 - Percentual de abandono escolar dos alunos não participantes do PNAES

Abandono Escolar - Alunos Não Participantes do PNAES	Freq.	%
Sim	43	48,3
Não	46	51,7
Total	89	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 03 - Percentual de alunos não participantes do PNAES que abandonaram o curso.



Fonte: Elaboração da autora

Os resultados obtidos, mostraram a disparidade das taxas de abandono escolar entre os dois grupos. Enquanto a taxa de abandono dos alunos que receberam algum tipo de auxílio ficou em aproximadamente 11% a taxa do grupo que não recebeu nenhum tipo de auxílio ultrapassou os 48% de abandono escolar.

Resultados semelhantes foram encontrados por RAMALHO (2013), que em sua pesquisa determinou a taxa de abandono escolar entre alunos bolsistas do CEFET - MG de 8% *versus* taxa de 23% para alunos que não receberam auxílio financeiro.

6.2.2. Análise de Reprovação

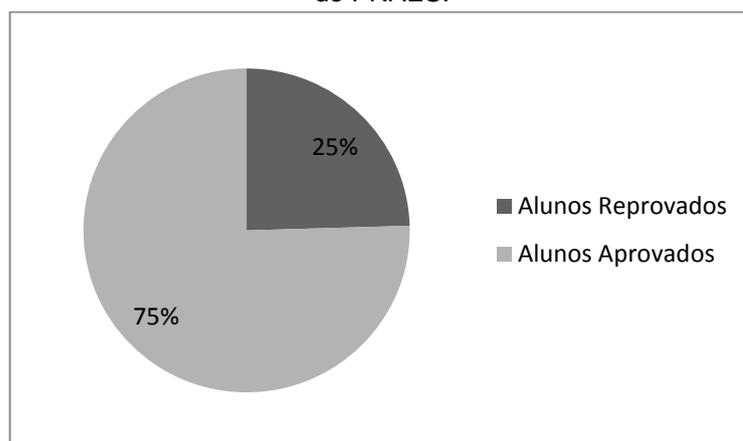
Para a análise de reprovação, subtraiu-se o total de alunos que abandonaram o curso em cada grupo, tal medida foi necessária visto que o aluno evadido ou que trancou o curso ao longo do semestre, por não dar continuidade às suas atividades acadêmicas torna irrealizável a mensuração de índices de reprovação e rendimento dos mesmos. A partir disso, chegamos aos seguintes resultados:

Tabela 04 - Taxa de reprovação/aprovação dos alunos participantes do PNAES.

Taxa de Reprovação - Alunos Participantes do PNAES	Freq.	%
Alunos Reprovados	54	24,5
Alunos Aprovados	166	75,5
Total	220	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 04 - Taxa de reprovação/aprovação dos alunos participantes do PNAES.



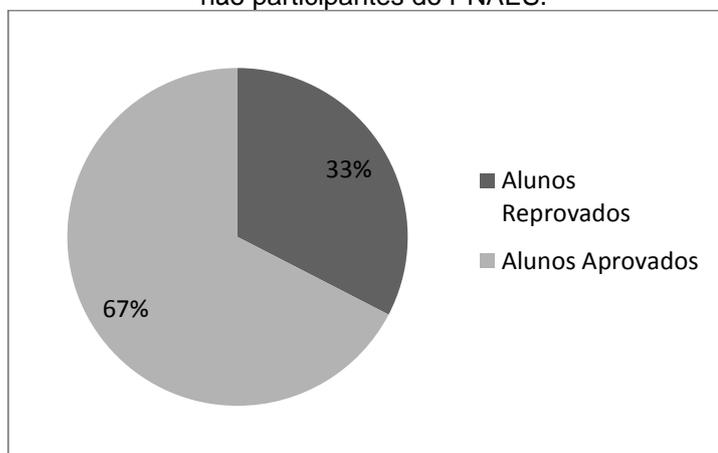
Fonte: Elaboração da autora

Tabela 05 - Taxa de reprovação/aprovação dos alunos não participantes do PNAES.

Taxa de Reprovação - Alunos Não Participantes do PNAES	Freq.	%
Alunos Reprovados	15	32,6
Alunos Aprovados	31	67,4
Total	46	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 05 - Taxa de reprovação/aprovação dos alunos não participantes do PNAES.



Fonte: Elaboração da autora

No que diz respeito à reprovação, os dois grupos apresentaram taxas menos discrepantes do que na avaliação de abandono escolar. Para alunos bolsistas o índice de reprovação alcançou a margem dos 25% ao passo que para alunos não bolsistas esse mesmo índice atingiu 33% de reprovação. Contrariando este resultado, RAMALHO (2013) identificou em sua pesquisa, taxa de reprovação inferior no grupo de alunos que não receberam auxílios, estes alcançaram o índice de reprovação de 25,2%, enquanto que os alunos bolsistas ultrapassaram a marca dos 34% de reprovação.

Apesar da diferença não ser tão significativa, a pesquisa acena para o papel do PNAES também na diminuição dos índices de reprovação e retenção escolar, visto que o grupo de alunos bolsistas, que nesta pesquisa é significativamente maior que o de não bolsistas, conseguiu um índice 8% menor de reprovação.

6.2.3. Análise de Frequência e Rendimento Escolar

Esta pesquisa buscou identificar entre os grupos de alunos analisados se existiriam diferenças significativas entre o coeficiente de rendimento e a assiduidade do aluno, através do número de faltas e presenças às aulas. O resultado descritivo, conforme visto na Tabela 05, mostra o mínimo, máximo e a média alcançada em cada indicativo (Presenças, Faltas e Rendimento Escolar), além do desvio padrão e o coeficiente de variação, ficando demonstrado que alunos participantes do PNAES possuem maior média de presenças, menor média de faltas e melhor coeficiente de rendimento do que os alunos não participantes.

Além disso, a variação dos índices de presença e rendimentos mostraram-se menores no grupo de alunos que recebeu alguma modalidade de auxílio, inclusive, que diz respeito ao rendimento, apenas este grupo conseguiu atingir à média 6,0 que é exigida para fins de comprovação de aprovação do aluno nas respectivas disciplinas⁷. Ficando o grupo de alunos não bolsistas com um coeficiente de rendimento médio inferior a 4,0 pontos, que seria insuficiente para a aprovação dos mesmos.

⁷ Conforme disposições dos Planos Pedagógicos de Curso, da referida Instituição.

Tabela 06 - Análise descritiva dos dados - quantitativo de presenças, faltas e coeficiente de rendimento escolar.

Descritiva dos Alunos Participantes do PNAES	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
Presenças	0	433	267,81	112,73	0,42
Faltas	0	385	78,26	96,69	1,24
Coeficiente Rendimento	0,00	9,70	6,38	2,31	0,36
Descritiva dos Alunos Não Participantes do PNAES	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão	Coeficiente de Variação
Presenças	0	425	192,88	142,00	0,74
Faltas	0	440	127,54	141,73	1,11
Coeficiente Rendimento	0,00	9,53	3,65	3,47	0,95

Fonte: Elaboração da autora

Como forma de comparação estatística entre os dados, foi utilizada a Análise de Variância - ANOVA, em que os dados foram considerados estatisticamente significativos quando o nível de significância foi menor que 0,05. Nos três parâmetros testados o teste mostrou que a diferença entre os grupos é significativa, conforme afigurado a seguir:

Tabela 07 - Análise de variância entre grupos - Rendimento, Presenças e Faltas

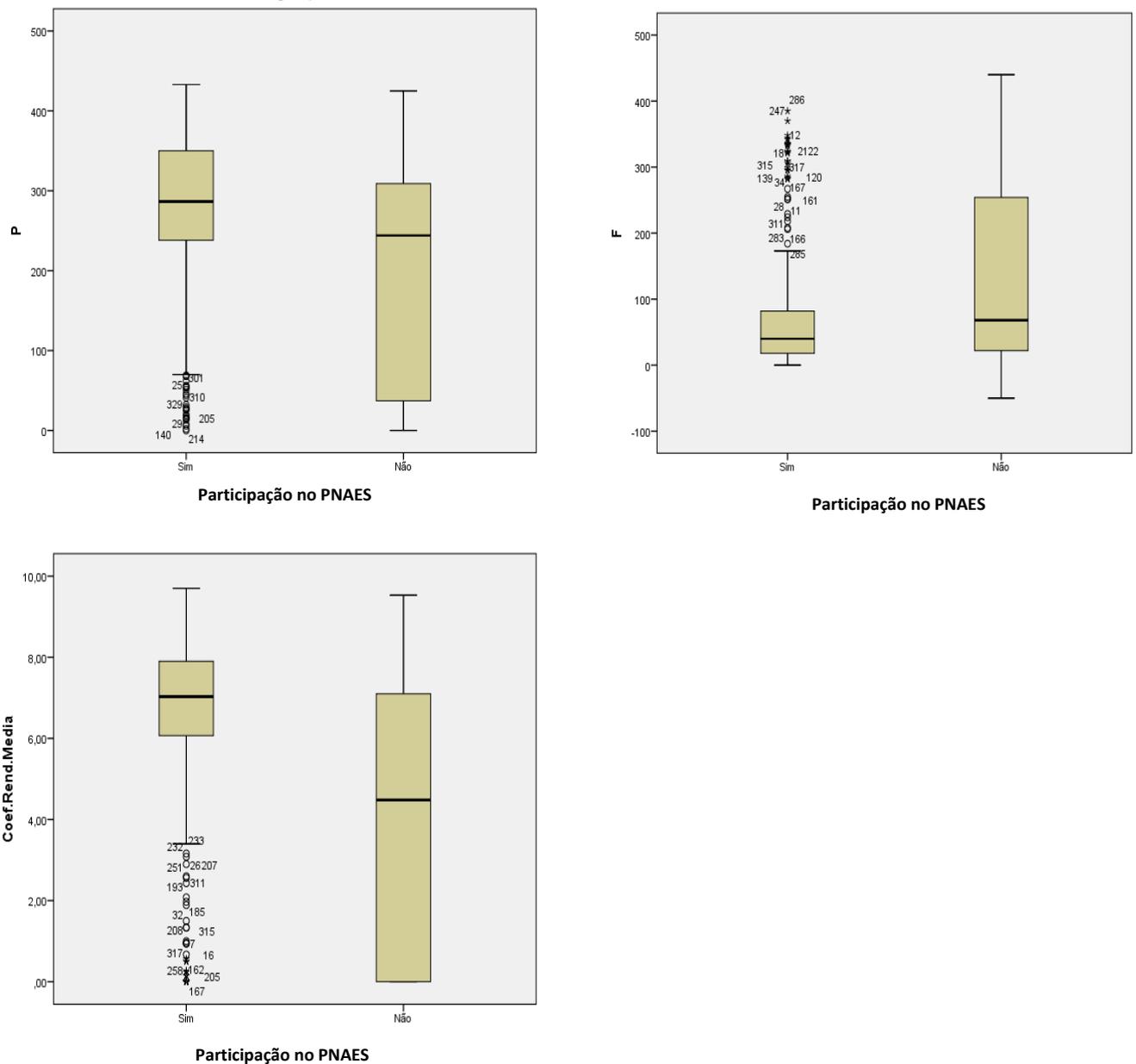
ANOVA		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
Rendimento Escolar	Between Groups	486,704	1	486,704	68,460	,000
	Within Groups	2367,391	333	7,109		
	Total	2854,095	334			
Presenças	Between Groups	367001,904	1	367001,904	25,003	,000
	Within Groups	4887823,039	333	14678,147		
	Total	5254824,943	334			
Faltas	Between Groups	158684,791	1	158684,791	13,021	,000
	Within Groups	4058235,938	333	12186,895		
	Total	4216920,728	334			

Fonte: Elaboração da autora

Por fim, a situação de cada grupos dentro dos parâmetros aplicados foi ilustrada através de *Boxplots*, onde a tendência central para presenças e rendimento se mostrou mais elevada no grupo de alunos participantes do PNAES, sendo o inverso na avaliação de faltas, onde o grupo de não participantes apresentou

tendência central maior do que o grupo de bolsistas. Outro aspecto, notadamente ilustrado foi a amplitude de variação entre os dois grupos, neste caso, em todos os parâmetros o grupo de alunos que não participaram do PNAES apresentou maior variação de resultados, ou seja, os alunos bolsistas apresentam menor disparidade no que diz respeito à assiduidade e ao rendimento escolar.

Ilustração 02 - Representação *boxplot* de comparativo de Presenças (P), Faltas (F) e Coeficiente de Rendimento entre os grupos de alunos.



Fonte: Elaboração da autora

Não foram encontrados, em pesquisas anteriores sobre o tema (SILVA, 2013; RAMALHO, 2013; KOWALSKY, 2012; OLIVEIRA, 2011), resultados comparativos para os índices de rendimento médio ou frequência escolar entre bolsistas e não bolsistas do PNAES. Contudo, os resultados alcançados respaldam a premissa de que a assistência estudantil cumpre o seu objetivo primordial de diminuir as taxas de evasão e reprovação escolar. Neste estudo, em todos os aspectos analisados - abandono escolar, reprovação, aprovação, rendimento médio, presenças e faltas - os alunos que participaram do Programa atingiram melhores índices, resultados estes que corroboram com o êxito escolar deste grupo e contribui para a promoção da inclusão social pela educação.

6.3 ANÁLISE SOCIOECONÔMICA DOS ALUNOS PARTICIPANTES DO PNAES

6.3.1 Caracterização do perfil do Aluno Participante do PNAES

Neste tópico, apresentaremos os resultados referentes a sexo, faixa etária, estado civil, número de filhos, raça, ocupação e renda *per capita* dos alunos que receberam pelo menos uma modalidade de auxílio durante os semestres 2015.1 e 2015.2 no *Campus Avançado Pedro Afonso*. Para facilitar a entendimento dos resultados, apresentaremos os dados relacionados à cada item da análise socioeconômica dos bolsistas separadamente e ao final do tópico explanaremos os apontamentos pertinentes a estes levantamentos.

- **Sexo**

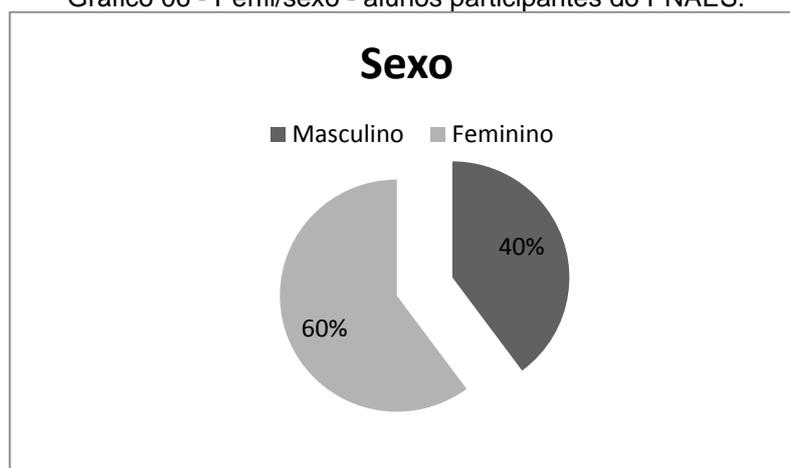
A população de bolsistas mostrou-se majoritariamente feminina, conforme demonstrado na Tabela 08:

Tabela 08 - Percentual de alunos bolsistas, conforme sexo.

Sexo	Freq.	%
Masculino	98	39,8
Feminino	148	60,2
Total	246	100,0

Fonte: Elaboração da autora

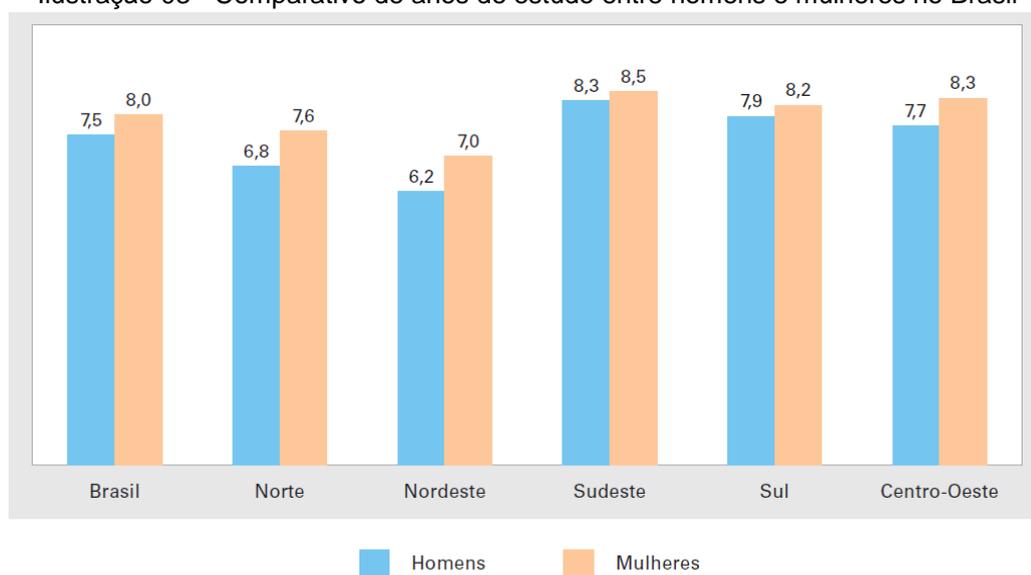
Gráfico 06 - Perfil/sexo - alunos participantes do PNAES.



Fonte: Elaboração da autora

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio - PNAD, realizada pelo Instituto de Geografia e Estatística - IBGE, em todas as Regiões, as mulheres apresentaram médias maiores de anos de estudo, frequentam mais a escola e por isso possuem maior representatividade.

Ilustração 03 - Comparativo de anos de estudo entre homens e mulheres no Brasil



Fonte: PNAD - IBGE (2011)

Em pesquisas semelhantes, onde o levantamento sobre o sexo dos ingressos em cursos técnicos foi realizado, foram encontrados resultados diversos. Em trabalho realizado por Oliveira et. al (2007), que analisou o perfil do ingressos no Curso Técnico em Enfermagem do PROFAE - RJ a autora constatou que naquele curso 85,7% dos ingressos eram do sexo feminino e em pesquisa realizada no *Campus Araguatins* do IFTO por SILVA (2013), o perfil do alunado mostrou a presença de 42,1% de mulheres naquela amostra. Ou seja, é um índice que pode sofrer elevada variação, principalmente de acordo com o curso ofertado. Vale salientar que para fins de assistência estudantil, não existe dispositivo previsto em Regulamento que vincule os benefícios ao gênero do aluno.

- **Faixa etária**

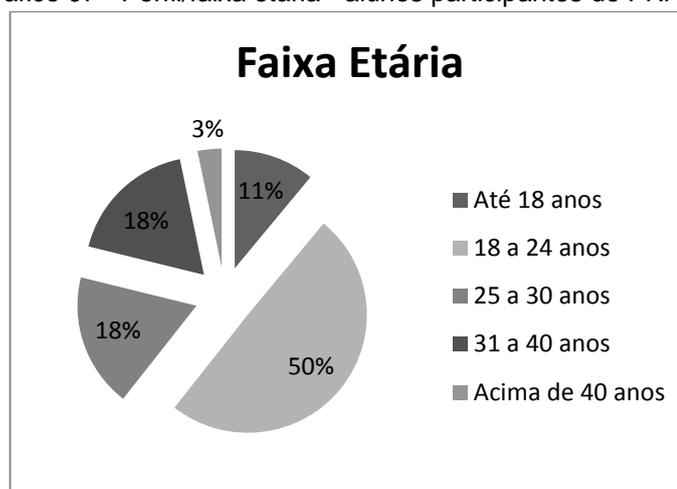
Os dados coletados para idades, foram agrupados em cinco grupos de Faixa Etária, gerando os seguintes resultados:

Tabela 09 - Percentual de alunos bolsistas, conforme faixa etária.

Faixa Etária	Freq.	%
Até 18 anos	27	11,0
18 a 24 anos	122	49,6
25 a 30 anos	45	18,3
31 a 40 anos	44	17,9
Acima de 40 anos	8	3,3
Total	246	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 07 - Perfil/faixa etária - alunos participantes do PNAES.



Fonte: Elaboração da autora

Quanto à Faixa Etária, a população da amostra mostrou-se jovem, visto que mais de 60% dos estudantes possuem até 24 anos. Desse percentual, apenas 11 % possuem até 18 anos, esse dado pode estar diretamente relacionado à modalidade de oferta do ensino técnico. Na ocasião de coleta de dados, das 8 turmas em curso, apenas 1 turma era concomitante, ou seja, o aluno ainda cursava o Ensino Médio, apresentando menor idade em relação à outra modalidade ofertada que é o Técnico Subsequente ao Ensino Médio.

Em levantamento semelhante, SILVA (2013) encontrou índices ainda maiores da população jovem entre os bolsistas de sua pesquisa, onde apenas 5% de sua amostra possuía mais de 24 anos na ocasião do período de coleta dos dados.

- **Estado Civil**

Para estado civil, consideramos os discentes casados civilmente e os que declararam viver com o/a companheiro (a), como "casado", mesmo assim, o grupo de autodeclarados solteiros mostrou-se notadamente maior:

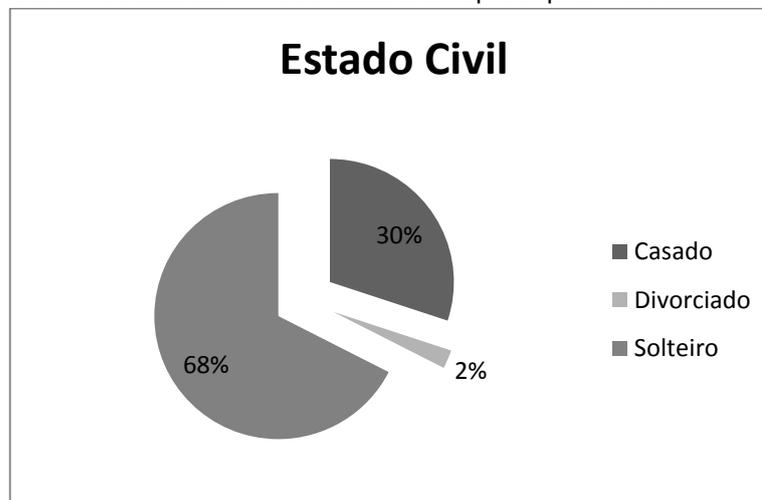
Tabela 10 - Percentual de alunos bolsistas, conforme estado civil.

Estado Civil	Freq.	%
Casado	74	30,1
Divorciado	6	2,4
Solteiro	166	67,5

Total	246	100,0
-------	-----	-------

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 08 - Perfil/estado civil - alunos participantes do PNAES.



Fonte: Elaboração da autora

Este resultado pode ser atribuído à faixa etária predominante de até 24 anos entre os discentes desta unidade. Resultado semelhante foi encontrado por SILVA (2013), que em sua amostra detectou um percentual superior a 80% de solteiros, onde a autora também atribui essa ampla diferença à faixa etária dos alunos.

Uma divergência ainda mais ampla foi encontrada por Oliveira (2011) que, em sua pesquisa de campo, detectou o percentual de 98% de solteiros *versus* 2% de casados entre alunos do ensino técnico do CEFET-MG.

• Número de Filhos

Esta pesquisa buscou determinar a ocorrência de pais estudantes dentro da população amostral. Além disso, para os que comprovaram possuir, foi-se levantando o quantitativo de filhos:

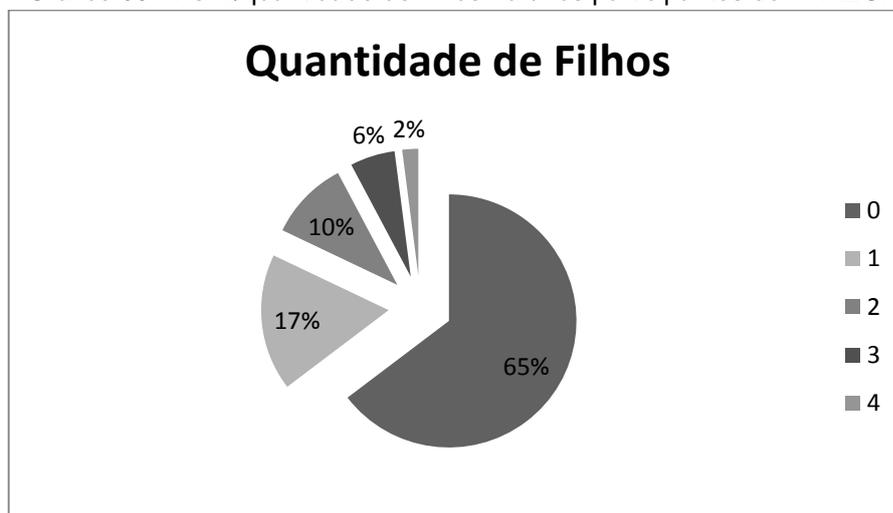
Tabela 11 - Percentual de alunos bolsistas, conforme quantidade de filhos.

Quantidade de Filhos	Freq.	%
0	159	64,6
1	43	17,5
2	25	10,2
3	14	5,7

4	5	2,0
Total	246	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 09 - Perfil/quantidade de filhos - alunos participantes do PNAES.



Fonte: Elaboração da autora

Nesta pesquisa, 65% dos estudantes declararam não possuir filhos. Os demais comprovaram, através das certidões de nascimento, possuir pelo menos 1 filho. Destes, o quantitativo de filhos foi-se apurado e percebe-se que o mesmo é inversamente proporcional: quanto menor o número de filhos, maior o grupo de alunos, onde 17 % declararam possuir apenas um filho.

A participação de pais estudantes está prevista no Regulamento de Assistência Estudantil, existindo um benefício específico para alunos que comprovem possuir pelo menos um filho de 0 a 12 anos. A importância deste benefício reside no fato de que muitas estudantes não possuem meios para prover os cuidados de seus filhos nos horários das aulas, assim, não raramente são encontradas no ambiente escolar, crianças acompanhadas de suas mães que se dividem entre a atividade acadêmica e os cuidados maternos.

Em busca à outras pesquisas do gênero não encontramos associações da assistência estudantil ao quantitativo de filhos dos alunos bolsistas.

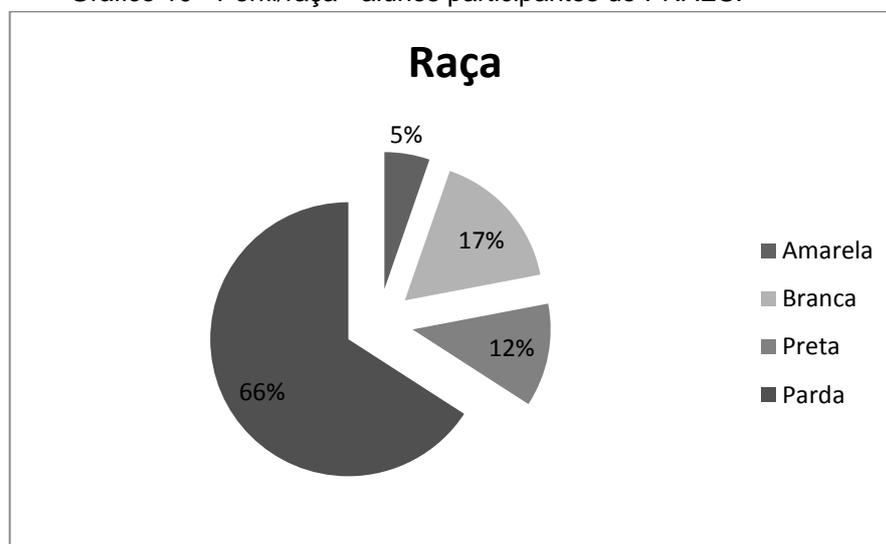
- **Raça**

Para determinar as características étnicas raciais dos discentes, foi-se pesquisado, conforme declaração da Ficha de Matrícula, como os mesmos auto declaravam a sua raça: branca, parda, amarela, preta, ou indígena. Nenhum estudante se declarou indígena. A demais raças foram declaradas conforme divisão demonstrada na Tabela 12:

Tabela 12- Percentual de alunos bolsistas, conforme raça.

Raça	Freq.	%
Amarela	13	5,3
Branca	41	16,7
Preta	30	12,2
Parda	162	65,9
Indígena	0	0
Total	246	100,0

Gráfico 10 - Perfil/raça - alunos participantes do PNAES.



Fonte: Elaboração da autora

No que concerne à Raça, 78% dos estudantes se auto declararam pardos ou pretos. A educação no Brasil tem sido apontada pelos estudos, assim como pelos movimentos sociais, como um espaço onde persistem históricas desigualdades sociais e raciais, exigindo que o Estado estabeleça políticas e práticas específicas de superação desse quadro, políticas estas chamadas de Ações Afirmativas (GOMES, 2011).

No que diz respeito ao ingresso do aluno, a Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012, regulamentada pelo Decreto Federal nº. 7.824, de 11 de outubro de 2012, apresenta a obrigatoriedade de reserva de vagas a ser disponibilizada nos processos seletivos das escolas públicas. Sendo, o fator raça contemplado como um dos parâmetros de reserva, nesta política afirmativa.

Contudo, o PNAES, quanto política para permanência e êxito escolar não dispõe sobre a obrigatoriedade de reserva de recursos para alunos pretos, pardos e indígenas e o Regulamento de Assistência Estudantil também é omissivo à reserva de bolsas de auxílio estudantil, provenientes de critérios raciais, no âmbito do IFTO.

- **Ocupação**

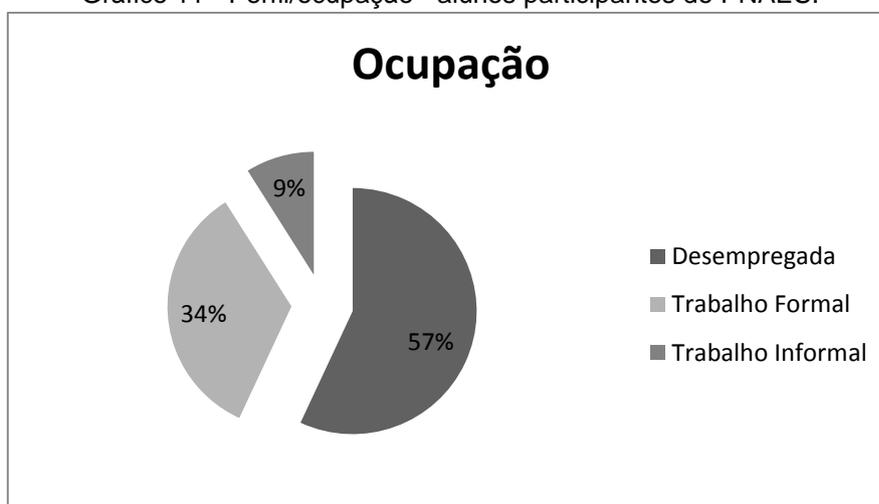
Com o intuito de determinar qual a parcela da população possuía outras fontes de renda além do PNAES, pesquisamos, nas fichas socioeconômicas dos bolsistas se estes possuíam trabalho formal, informal ou estavam desempregados no momento da seleção para o programa:

Tabela 13 - Percentual de alunos bolsistas, conforme ocupação.

Ocupação	Freq.	%
Desempregada	140	56,9
Trabalho Formal	84	34,1
Trabalho Informal	22	8,9
Total	246	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 11 - Perfil/ocupação - alunos participantes do PNAES.



Fonte: Elaboração da autora

A maior parcela dos participantes do PNAES (57%), declararam estar desempregados, no momento de seleção das bolsas. Esse valor denota a importância do PNAES em auxiliar financeiramente esses alunos que não possuem outra fonte de renda além da Assistência Estudantil. Em consonância com o perfil de faixa etária, que demonstrou que a maioria dos estudantes possuem idade de até 24 anos, sendo notável que nesta idade, boa parte dos discentes ainda dependem dos pais e buscam meios de se estabilizarem financeiramente.

SILVA (2013), em sua pesquisa de campo, identificou que 65% dos alunos do Campus Araguatins dependiam financeiramente de recursos do IFTO, dos pais ou de outros parentes, resultados estes, bastante semelhantes ao encontrados nesta pesquisa.

Esses resultados reforçam a necessidade de acompanhamento do aluno que, muitas vezes, precisa optar entre permanecer na escolar ou assumir alguma atividade laboral, estabelecendo assim uma concorrência entre as duas atividades, conforme expõe Dick (2006, p. 76):

O emprego, assim como os estudos, estão extremamente presentes no imaginário juvenil e a relação com que eles estabelecem com cada uma dessas dimensões, está **provavelmente relacionada ao medo do jovem de ficar desconectado com a sociedade e o medo de sobrar, ou seja, de não conseguir um emprego no mercado de trabalho.**

- **Renda *per capita***

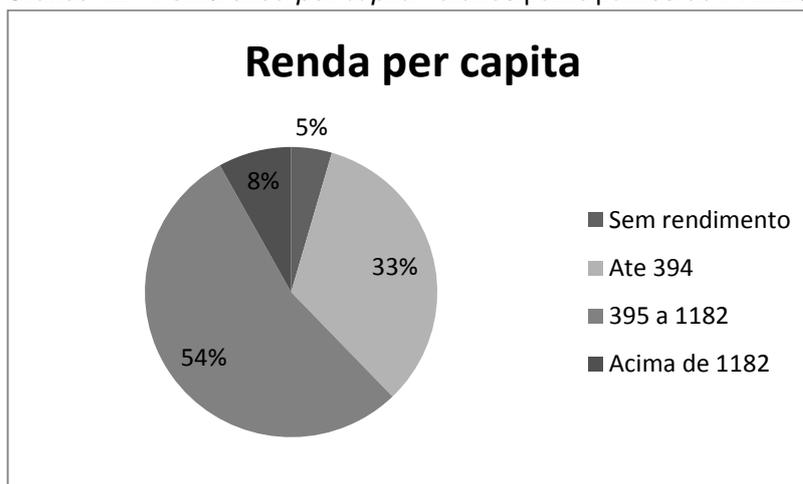
O Decreto nº 7.234, que institui o PNAES, dispõe em seu Artigo 5º que "Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica **ou** com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio". Tomando como base o valor do salário mínimo vigente em 2015 de R\$ 788,00⁸, consideramos três faixas que estariam incluídas neste limite: sem rendimento - para alunos que comprovaram não possuir renda familiar mensal *per capita*, até R\$ 394,00 (1/2 salário mínimo), de R\$ 395 a R\$ 1182 (1 1/2 salário) e acima de até R\$ 1.182,00 (Tabela 14).

⁸ Ministério do Trabalho e Previdência Social, disponível em <http://www.mtps.gov.br/salario-minimo>, acesso em 08 de abril de 2016.

Tabela 14 - Percentual de alunos bolsistas, conforme renda *per capita*.

Renda Per Capita	Freq.	%
Sem rendimento	11	4,5
Ate 394	82	33,3
395 a 1182	133	54,1
Acima de 1182	20	8,1
Total	246	100,0

Fonte: Elaboração da autora

Gráfico 12 - Perfil/renda *per capita* - alunos participantes do PNAES.

Fonte: Elaboração da autora

Assim, neste levantamento, reforçando um dos critérios de seleção, 92% dos alunos atendidos pelo PNAES no *Campus Avançado Pedro Afonso*, atendem à disposição legal para limite de renda familiar *per capita*. Os demais (8%) ingressaram no programa por serem alunos oriundos de rede pública de educação básica.

O conceito de vulnerabilidade social adotado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2013)⁹, aponta a ausência ou insuficiência de alguns ativos, recursos ou estruturas (como fluxo de renda; condições adequadas de moradia;

⁹ Extraído da Série Atlas do Desenvolvimento Humano, disponível em http://www.atlasbrasil.org.br/2013/data/rawData/publicacao_atlas_municipal.pdf, acesso em 09 de abril de 2016.

acesso a serviços de educação, dentre outros) que deveriam estar à disposição de todo cidadão, promovendo condições de vida e de inserção social favoráveis. Para o item Renda e Trabalho o Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, considera a proporção de pessoas com renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo.

Levando em consideração este parâmetro de renda, identificamos nesta pesquisa, 106 estudantes em condições de vulnerabilidade social, o que equivale a 43% do grupo de alunos bolsistas. Esse dado reforça a importância de um dos objetivos do PNAES que é minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência escolar.

Vale destacar, que as demais pesquisas encontradas sobre o tema, optaram por levantar a renda familiar mensal bruta do estudante. Nesta pesquisa, a autora definiu o critério de renda familiar *per capita*, em consonância com a disposição do Decreto que institui o PNAES que usa esse parâmetro para determinação de prioridade na seleção de alunos.

Por fim, tomando como base os resultados expostos acima, podemos caracterizar o perfil do aluno assistido pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil no Campus Avançado Pedro Afonso, como sendo majoritariamente: Feminino; Jovem; Solteiro; Preto ou Pardo; Sem filhos; Desempregado e com renda familiar *per capita* de até 1 salário mínimo e meio.

A partir destes resultados buscaremos identificar, no próximo tópico, a associação destas características socioeconômicas dos estudantes bolsistas com os resultados obtidos por estes, no que diz respeito ao índice de abandono, reprovação, frequência e rendimento escolar.

6.4 ANÁLISE DE ASSOCIAÇÃO ENTRE AS CARACTERÍSTICAS SOCIOECONÔMICAS E O ÊXITO ESCOLAR.

6.4.1 Quanto à Frequência, Faltas e Rendimento Escolar

Com o intuito de determinarmos se dentro dos perfis socioeconômicos os grupos possuíam associação aos critérios vinculados ao êxito escolar (ocorrência de

frequência ou falta e coeficiente de rendimento médio), submetemos os resultados a um teste de análise da variância (ANOVA), para buscarmos indicativos de significância entre os grupos.

A análise de variância foi utilizada para comparar médias de grupos de variáveis. Diante do cenário em que tratamos uma variável com dois níveis, a exemplo do sexo (masculino e feminino), este identifica se os escores do sexo masculino é maior ou menor que a do sexo feminino, por exemplo.

De maneira análoga, todo o perfil socioeconômico foi tratada na tabela de análise de variância com o intuito de identificar diferenças nos escores quanto a presença e falta do aluno bolsista e o coeficiente de rendimento escolar médio, este obtido por meio das médias finais do aluno matriculado, conforme tabela a seguir:

Tabela 15 - Análise de Variância entre características do perfil socioeconômico do bolsistas e quantitativo de presenças, faltas e rendimento escolar.

ANOVA		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
SEXO	Presença	Between Groups	1	1185,017	,093	,761
		Within Groups	244	12754,584		
		Total	245			
	Falta	Between Groups	1	5017,373	,536	,465
		Within Groups	244	9367,125		
		Total	245			
	Coef.Rend.Media	Between Groups	1	15,693	2,966	,086
		Within Groups	244	5,290		
		Total	245			
FAIXA ETÁRIA	Presença	Between Groups	4	11537,295	,907	,461
		Within Groups	241	12726,781		
		Total	245			
	Falta	Between Groups	4	3551,282	,376	,826
		Within Groups	241	9445,605		
		Total	245			
	Coef.Rend.Media	Between Groups	4	3,839	0,717	,581
		Within Groups	241	5,358		
		Total	245			
RAÇA	Presença	Between Groups	3	47487,451	3,868	,010
		Within Groups	242	12276,203		
		Total	245			
	Falta	Between Groups	3	14154,547	1,524	,209
		Within Groups				

	Within Groups	2248132,185	242	9289,802		
	Total	2290595,825	245			
Coef.Rend.Media	Between Groups	56,173	3	18,724	3,624	,014
	Within Groups	1250,367	242	5,167		
	Total	1306,540	245			
RENDA PER CAPTA	Presença	Between Groups	4	25993,583	2,082	,084
		Within Groups	241	12486,843		
		Total	245			
	Falta	Between Groups	4	19385,003	2,111	,080
		Within Groups	241	9182,804		
		Total	245			
	Coef.Rend.Media	Between Groups	4	9,580	1,820	,126
		Within Groups	241	5,262		
		Total	245			
QNTª DE FILHOS	Presença	Between Groups	4	16787,891	1,328	,260
		Within Groups	241	12639,634		
		Total	245			
	Falta	Between Groups	4	9318,069	,997	,410
		Within Groups	241	9349,890		
		Total	245			
	Coef.Rend.Media	Between Groups	4	4,267	0,798	,528
		Within Groups	241	5,351		
		Total	245			
OCUPAÇÃO	Presença	Between Groups	2	23340,725	1,850	,160
		Within Groups	243	12619,843		
		Total	245			
	Falta	Between Groups	2	4916,107	,524	,593
		Within Groups	243	9385,858		
		Total	245			
	Coef.Rend.Media	Between Groups	2	2,668	0,498	,608
		Within Groups	243	5,355		
		Total	245			
ESTADO CIVIL	Presença	Between Groups	2	70867,250	5,795	,003
		Within Groups	243	12228,679		
		Total	245			
	Falta	Between Groups	2	30294,224	3,301	,039
		Within Groups	243	9176,985		
		Total	245			
	Coef.Rend.Media	Between Groups	2	7,850	1,478	,230

Within Groups	1290,840	243	5,312		
Total	1306,540	245			

Fonte: Elaboração da autora

Percebe-se que, dentro do nível de significância pré-estabelecido na metodologia, ou erro aceitável, de 5%, apenas o Estado Civil e a Raça, dentre os outros perfis socioeconômicos, sinalizaram como significativo, indicando, portanto, a existência de pelo menos um nível do fator diferente de outro.

Como essas duas características (Estado Civil e Raça) possuíam mais de dois níveis, realizamos o teste de TukeyHSD para comparação múltipla, apresentado nas Tabelas 16 e 17:

Tabela 16 - Teste de Tukey para comparações múltiplas – Raça

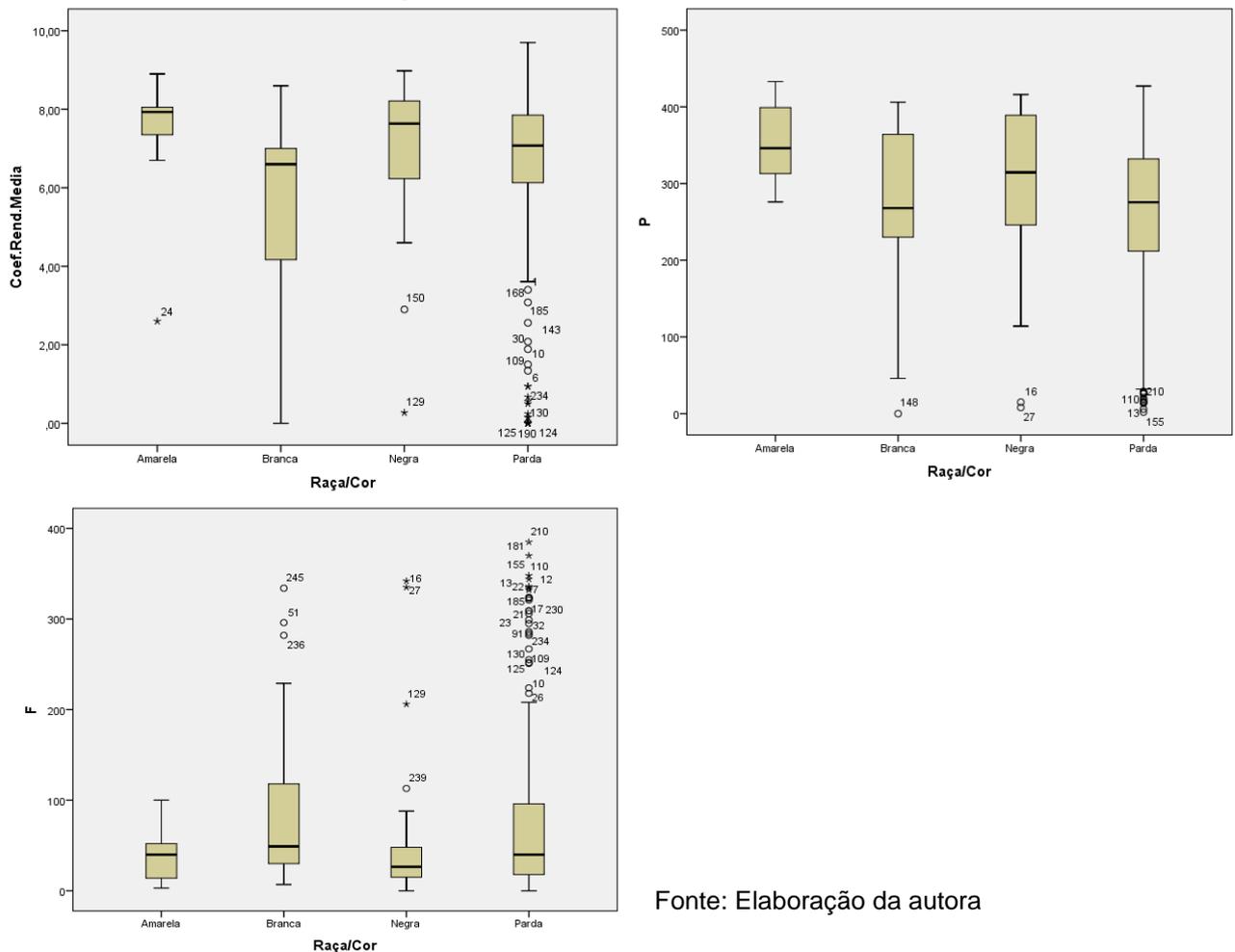
Dependent Variable		Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval		
					Lower Bound	Upper Bound	
Presenças	Amarela	Branca	79,548	35,267	,112	-11,69	170,78
		Preta	60,331	36,790	,358	-34,84	155,51
		Parda	98,404*	31,939	,012	15,78	181,03
	Branca	Amarela	-79,548	35,267	,112	-170,78	11,69
		Preta	-19,217	26,620	,888	-88,08	49,65
		Parda	18,856	19,370	,765	-31,25	68,97
	Preta	Amarela	-60,331	36,790	,358	-155,51	34,84
		Branca	19,217	26,620	,888	-49,65	88,08
		Parda	38,073	22,022	,311	-18,90	95,04
	Parda	Amarela	-98,404*	31,939	,012	-181,03	-15,78
		Branca	-18,856	19,370	,765	-68,97	31,25
		Preta	-38,073	22,022	,311	-95,04	18,90
Faltas	Amarela	Branca	-44,096	30,679	,477	-123,46	35,27
		Preta	-19,262	32,004	,931	-102,06	63,53
		Parda	-47,116	27,784	,328	-118,99	24,76
	Branca	Amarela	44,096	30,679	,477	-35,27	123,46
		Preta	24,834	23,157	,707	-35,07	84,74
		Parda	-3,020	16,850	,998	-46,61	40,57
	Preta	Amarela	19,262	32,004	,931	-63,53	102,06
		Branca	-24,834	23,157	,707	-84,74	35,07
		Parda	-27,854	19,157	,467	-77,41	21,71
	Parda	Amarela	47,116	27,784	,328	-24,76	118,99
		Branca	3,020	16,850	,998	-40,57	46,61
		Preta	27,854	19,157	,467	-21,71	77,41
Amarela	Branca	1,91666*	,72351	,042	,0450	3,7884	
	Preta	,44054	,75477	,937	-1,5120	2,3931	

Coef.Rendimento Media		Parda	1,06092	,65524	,370	-,6342	2,7560
	Branca	Amarela	-1,91666*	,72351	,042	-3,7884	-,0450
		Preta	-1,47612*	,54612	,037	-2,8889	-,0633
		Parda	-,85574	,39738	,139	-1,8838	,1723
	Preta	Amarela	-,44054	,75477	,937	-2,3931	1,5120
		Branca	1,47612*	,54612	,037	,0633	2,8889
		Parda	,62038	,45180	,517	-,5484	1,7892
	Parda	Amarela	-1,06092	,65524	,370	-2,7560	,6342
		Branca	,85574	,39738	,139	-,1723	1,8838
		Preta	-,62038	,45180	,517	-1,7892	,5484

Fonte: Elaboração da autora

O teste de Tukey demonstrou que dentro do perfil Raça, amarelos e pardos se diferenciam no critério Presença. No critério Rendimento escolar o teste indicou um comportamento díspar entre brancos e pretos e entre brancos e amarelos. Assim, aplicamos o *bloxplot* seguinte, para visualizar-se essas desigualdades.

Ilustração 4 - Representação *Boxplot* de comparativo de Presenças (P), Faltas (F) e Coeficiente de Rendimento dentro do Perfil Raça.



Fonte: Elaboração da autora

Através do gráfico *bloxplot* podemos visualizar que pretos e amarelos possuem rendimento escolar superior aos autodeclarados brancos. No critério Presença, percebe-se que os amarelos possuem número de presença superior aos demais grupos.

Encontramos na literatura, alguns trabalhos que afirmam que o fracasso escolar atinge de formas diferentes estudantes que fazem parte de grupos distintos, quando observados aspectos étnico-raciais. Em um deles, a pesquisadora Louzano (2013, pag.01), afirma que

Embora a diferença no acesso à escola entre brancos e negros (pretos e pardos) tenha diminuído drasticamente nos últimos anos, e hoje, brancos e negros tenham igual acesso à educação, não se pode dizer que estes dois grupos têm as mesmas oportunidades educacionais. Enquanto 7% dos brancos têm mais de dois anos de atraso escolar, entre os negros este indicador chega a 14% (PNAD, 2011). Ou seja, o processo de exclusão ocorre depois da entrada no sistema educacional. Portanto, podemos argumentar que o processo de escolarização de algumas crianças brasileiras é mais tortuoso que de outras.

Contudo, contrariando estes indicadores, nesta pesquisa específica, com alunos do Ensino Técnico, o grupo autodeclarado preto apresentou rendimento e frequência escolar superior à brancos e pardos. Assim, em face do diferencial aplicado nesta pesquisa, que é a ocorrência da assistência estudantil lograda à estes alunos, podemos concluir, que em comparação aos indicativos de outras pesquisas que apontam para o menor rendimento do aluno preto, o PNAES surtiu efeito positivo no sentido de elevar os índices de frequência e rendimento deste grupo no *Campus Avançado Pedro Afonso*.

Para o perfil Estado Civil, o Teste de Tukey, apresentou diferenças significativas entre grupos de Casados e de Solteiros:

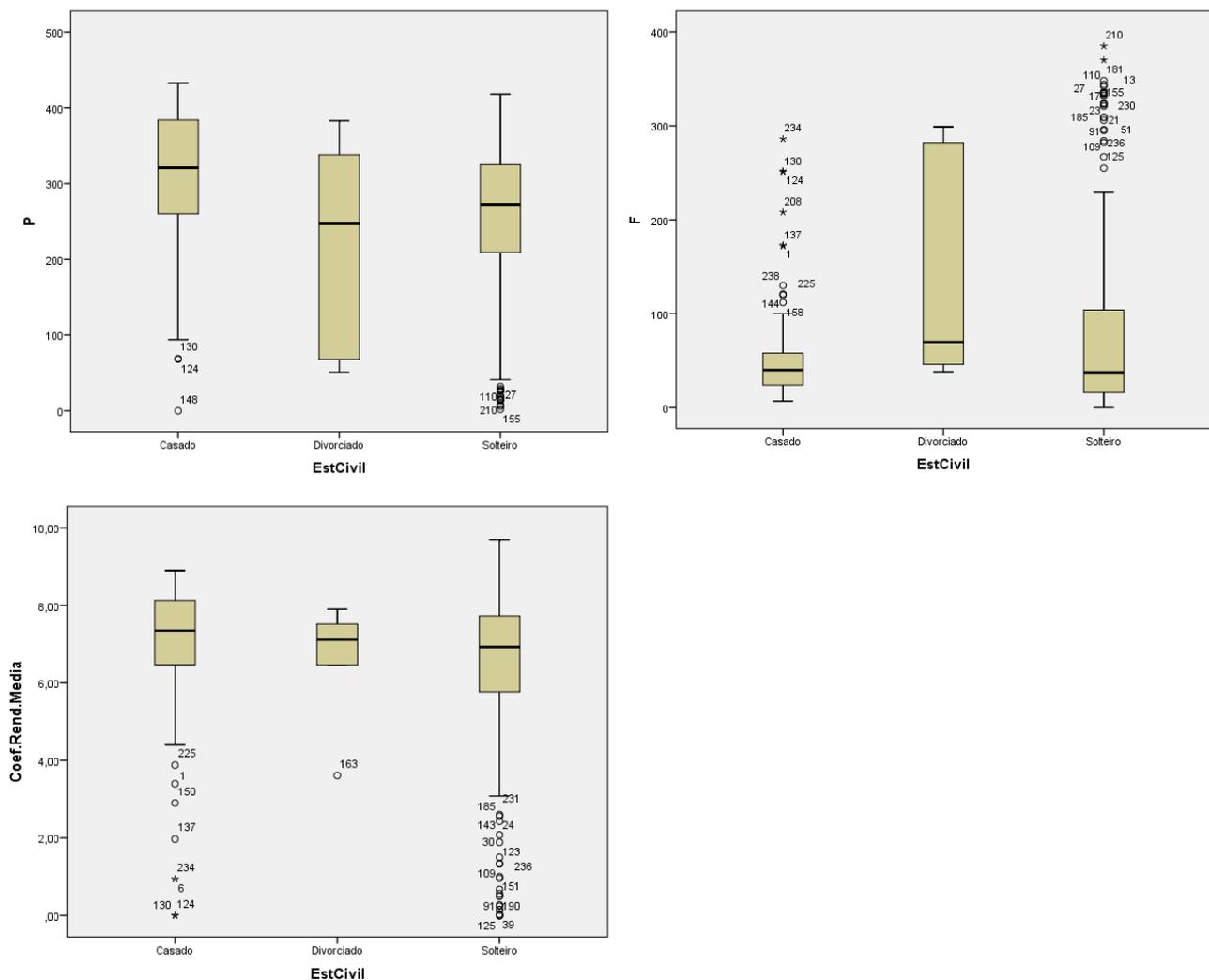
Tabela 17 - Teste de Tukey para comparações múltiplas – Estado civil

DependentVariable		Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% ConfidenceInterval		
					LowerBound	UpperBound	
Presenças	Casado	Divorc.	81,342	46,940	,195	-29,35	192,03
		Solteiro	50,206*	15,457	,004	13,76	86,66
	Divorc.	Casado	-81,342	46,940	,195	-192,03	29,35
		Solteiro	-31,137	45,954	,777	-139,50	77,23
	Solteiro	Casado	-50,206*	15,457	,004	-86,66	-13,76
		Divorc.	31,137	45,954	,777	-77,23	139,50

Faltas	Casado	Divorc.	-76,964	40,663	,143	-172,85	18,93
		Solteiro	-28,430	13,390	,087	-60,01	3,15
	Divorc.	Casado	76,964	40,663	,143	-18,93	172,85
		Solteiro	48,534	39,809	,443	-45,34	142,41
	Solteiro	Casado	28,430	13,390	,087	-3,15	60,01
		Divorc.	-48,534	39,809	,443	-142,41	45,34
Coef.Rend. Media	Casado	Divorc.	,13243	,97833	,990	-2,1746	2,4395
		Solteiro	,54755	,32216	,207	-,2121	1,3073
	Divorc.	Casado	-,13243	,97833	,990	-2,4395	2,1746
		Solteiro	,41512	,95778	,902	-1,8435	2,6737
	Solteiro	Casado	-,54755	,32216	,207	-1,3073	,2121
		Divorciado	-,41512	,95778	,902	-2,6737	1,8435

Fonte: Elaboração da autora

Ilustração 5 - Representação *Boxplot* de comparativo de Presenças (P), Faltas (F) e Coeficiente de Rendimento dentro do Perfil Estado Civil



Fonte: Elaboração da autora

Percebe-se, através da análise do *bloxplot* (Ilustração 5), que pessoas casadas apresentam maiores índices de presença e menores índices de faltas. Com relação ao coeficiente médio de rendimento escolar, os mesmos apresentam-se inalterados para os três grupos de estado civil: solteiro, casado e divorciado.

Este resultado pode estar associado ao próprio comportamento do aluno, mais amadurecido, frente às responsabilidades que já tenha assumido em sua vida pessoal e profissional.

Não encontramos em outras pesquisas associações entre estado civil e frequência escolar. Contudo, esses resultados demonstram que alunos solteiros devem receber um acompanhamento mais próximos dos docentes e demais profissionais do ensino, no intuito de cercear a ocorrência de faltas e elevar a frequência e rendimento deste grupo.

6.4.2 Quanto ao Abandono Escolar e Reprovação.

Inicialmente calculamos os índices de Abandono Escolar dentro do grupo de bolsistas, conforme o perfil socioeconômico destes. Em seguida foi-se aplicando o teste qui-quadrado, para analisarmos a associação entre as variáveis e conseqüentemente a dispersão nos resultados de alguma característica socioeconômica dentro do perfil analisado. Foi considerado significativo quando o índice do teste qui-quadrado foi menor que 0,05. Os resultados encontram-se expostos nas tabelas 18 - 25, elencadas abaixo:

Tabela 18 - Análise de associação de abandono escolar e sexo.

Sexo	Abandono Escolar		Total
	Sim	Não	
Masculino	2,8%	37,0%	39,8%
Feminino	7,7%	52,4%	60,2%
Total	10,6%	89,4%	100,0%

Chisq. Test: 0,15

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 19 - Análise de associação de abandono escolar e faixa etária.

Faixa Etária	Abandono Escolar		Total
	Sim	Não	
Até 18	0,8%	10,2%	11,0%
18 a 24	5,3%	44,3%	49,6%
25 a 30	2,0%	16,3%	18,3%
31 a 40	1,6%	16,3%	17,9%
Acima de 40	0,8%	2,4%	3,3%
Total	10,6%	89,4%	100,0%

Chisq. Test: 0,75

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 20 - Análise de associação de abandono escolar e raça.

Raça	Abandono Escolar		Total
	Sim	Não	
Amarela	0	5,3%	5,3%
Branca	2,4%	14,2%	16,7%
Preta	0,4%	11,8%	12,2%
Parda	7,7%	58,1%	65,9%
Total	10,6%	89,4%	100,0%

Chisq. Test: 0,24

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 21 - Análise de associação de abandono escolar e renda per capita.

Renda per capita	Evadido Bolsista		Total
	Sim	Não	
Sem Rendimento	1,2%	3,3%	4,5%
ate 394	3,3%	30,1%	33,3%
de 394 a 1182	5,7%	48,4%	54,1%
Acima de 1182	0,4%	7,7%	8,1%
Total	10,6%	89,4%	100,0%

Chisq. Test: 0,26

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 22 - Análise de associação de abandono escolar e quantidade de filhos.

Quantidade de filhos	Abandono Escolar		Total
	Sim	Não	
0	6,9%	57,7%	64,6%
1	1,6%	15,9%	17,5%
2	1,6%	8,5%	10,2%
3	0,4%	5,3%	5,7%
4	0	2,0%	2,0%
Total	10,6%	89,4%	100,0%

Chisq. Test: 0,80

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 23 - Análise de associação de abandono escolar e paternidade.

Filhos	Abandono Escolar Bolsista		Total
	Sim	Não	
Sem Filhos	6,9%	57,7%	64,6%
Com Filhos	3,7%	31,7%	35,4%
Total	10,6%	89,4%	100,0%

Chisq. Test: 0,93

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 24 - Análise de associação de abandono escolar e ocupação.

Ocupação	Abandono Escolar		Total
	Sim	Não	
Desempregada	5,3%	51,6%	56,9%
Trabalho Formal	3,7%	30,5%	34,1%
Trabalho Informal	1,6%	7,3%	8,9%
Total	10,6%	89,4%	100,0%

Chisq. Test: 0,45

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 25 - Análise de associação de abandono escolar e estado civil.

Estado Civil	Abandono Escolar		Total
	Sim	Não	
Casado	3,3%	26,8%	30,1%

Divorciado	0	2,4%	2,4%
Solteiro	7,3%	60,2%	67,5%
Total	10,6%	89,4%	100,0%

Chisq. Test: 0,69

Fonte: Elaboração da autora

A partir dos resultados encontrados, podemos concluir que não identificamos associações significativas no que diz respeito ao abandono escolar e as características socioeconômicas pesquisadas, visto que para nenhuma variável o teste qui quadrado foi menor do que 0,05.

Em outras palavras, podemos afirmar que independentemente do sexo, raça, idade e demais perfis, o comportamento do aluno mostra-se similar em relação ao abandono escolar .

Aplicamos esta mesma metodologia nos índices de reprovação, porém, neste caso, excluímos os alunos que abandonaram os estudos ao longo do semestre. Os resultados abaixo referem-se aos alunos que de fato concluíram as disciplinas, podendo assim serem classificados como aprovados ou reprovados (Tabelas 26 - 32).

Tabela 26 - Análise de associação de reprovação e sexo.

Sexo	Reprovado		Total
	Sim	Não	
Masculino	11,0%	30,6%	41,6%
Feminino	13,7%	44,7%	58,4%
Total	24,7%	75,3%	75,3%

Chisq.Test:0,36

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 27 - Análise de associação de reprovação e faixa etária.

Faixa Etária	Reprovado		Total
	Sim	Não	
Até 18	5,0%	6,4%	11,4%
18 a 24	10,5%	38,8%	49,3%
25 a 30	3,7%	14,6%	18,3%
31 a 40	4,6%	13,7%	18,3%

Acima de 40	,9%	1,8%	2,7%
Total	24,7%	75,3%	100,0%

Chisq.Test:0,17

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 28 - Análise de associação de reprovação e raça

Raça	Reprovado		Total
	Sim	Não	
Amarela	,5%	5,5%	5,9%
Branca	6,4%	9,6%	16,0%
Preta	3,2%	10,0%	13,2%
Parda	14,6%	50,2%	64,8%
Total	24,7%	75,3%	100,0%

Chisq.Test:0,079

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 29 - Análise de associação de reprovação e renda per capita

Renda Per capita	Reprovado		Total
	Sim	Não	
Sem Rendimento	,9%	3,2%	4,1%
ate R\$ 394	11,9%	21,9%	33,8%
de R\$ 394 a R\$ 1182	11,0%	42,5%	53,4%
Acima de R\$ 1182	,9%	7,8%	8,7%
Total	24,7%	75,3%	100,0%

Chisq.Test:0,057

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 30 - Análise de associação de reprovação e paternidade.

Filhos	Reprovado		Total
	Sim	Não	
Sem Filhos	16,0%	48,4%	64,4%
Com Filhos	8,7%	26,9%	35,6%
Total	24,7%	75,3%	100,0%

Chisq.Test:0,53

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 31 - Análise de associação de reprovação e ocupação.

Ocupação	Reprovado		Total
	Sim	Não	
Desempregada	16,0%	41,6%	57,5%
Trabalho Formal	7,3%	26,9%	34,2%
Trabalho Informal	1,4%	6,8%	8,2%
Total	24,7%	75,3%	100,0%

Chisq.Test:0,42

Fonte: Elaboração da autora

Tabela 32 - Análise de associação de reprovação e estado civil.

Estado Civil	Reprovado		Total
	Sim	Não	
Casado	3,7%	26,5%	30,1%
Divorciado	1,4%	1,4%	2,7%
Solteiro	19,6%	47,5%	67,1%
Total	24,7%	75,3%	100,0%

Chisq.Test:0,009

Fonte: Elaboração da autora

No que concerne à reprovação, os resultados acima expostos, demonstram existir significativa associação entre a variável estado civil dos bolsistas PNAES e a reprovação escolar. Para as demais variáveis socioeconômicas o teste qui quadrado não identificou associação relevante.

É possível constatar que o grupo de alunos autodeclarados como "casados" reprovam significativamente menos do que o grupo dos solteiros. Tal fenômeno corrobora com os resultados identificados anteriormente, que indicaram que este grupo possui frequência e rendimento significativamente superiores ao grupo de solteiros, assim, acreditamos que seja uma natural consequência que o índice de aprovação dos alunos bolsistas casados seja maior. Além disso, também é válida a atribuição deste resultado ao próprio comportamento do aluno que uma vez casado, assume maiores responsabilidades em sua vida pessoal e conseqüentemente, maior preocupação em relação ao seu futuro profissional.

No que tange ao perfil socioeconômico do aluno e o êxito escolar, que aqui foi avaliado através dos índices de abandono, reprovação, frequência e rendimento escolar, os resultados nos permite afirmar que não encontramos indicativos que o sexo, raça, idade, ocupação, existência de filhos e renda per capita provoquem reflexos nos desempenhos do alunos que receberam alguma modalidade de auxílio da Assistência Estudantil durante o ano de 2015.

A contribuição desta pesquisa reside na constatação clara e concisa que a Assistência Estudantil promove a elevação do índice de permanência e êxito escolar dos discentes do Ensino Técnico do *Campus* Avançado Pedro Afonso, quando feita a comparação entre alunos participantes do PNAES e alunos não participantes.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possibilitar o ingresso do cidadão em uma Instituição de Ensino foi por muito tempo o eixo central das discussões sobre a importância da educação quanto catalisadora da inclusão social. No entanto, após passarmos por uma reforma que elevou consideravelmente o número de instituições federais de ensino, e conseqüentemente de vagas disponíveis para provimento acadêmico, nos deparamos com uma questão tão importante quanto a possibilidade de ingresso aos cursos: a permanência e o êxito escolar dos estudantes.

Inicialmente, buscando compreender o PNAES quanto Política Pública, fizemos uso da revisão bibliográfica sobre o tema o que, elucidou a importância da Assistência Estudantil como um mecanismo de combate às desigualdades sociais dentro do ambiente escolar, e a partir desta premissa buscamos associar o êxito escolar como indicativo de inclusão social através da educação.

Esta dissertação, quanto instrumento de investigação, buscou em seu objetivo geral avaliar se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tem atingido os seus objetivos de prevenção da reprovação, diminuição do abandono escolar, maior permanência e melhor rendimento dos alunos do ensino técnico, no caso do Instituto Federal do Tocantins (IFTO) – *Campus Avançado Pedro Afonso*.

A metodologia aplicada e os resultados alcançados me permitem dizer que o objetivo geral foi alcançado e que sim, o PNAES tem atingido os seus objetivos dentro do *locus* estudado. Apresentando menores taxas de abandono escolar, de reprovação, melhor frequência e melhor rendimento entre os alunos que receberam alguma modalidade de auxílio no período pesquisado, com resultados significativos, especialmente no que diz respeito ao abandono escolar.

Por acatamento, devemos considerar que existem muitas outras variáveis não quantificáveis que podem estar associadas ao comportamento do aluno e sua relação com a escola, como o apoio familiar, dedicação pessoal, afinidade com o curso, dentre muitas outras. Porém a divergência entre os resultados comparativos foi tão significativa que nos permitem atribuir ao PNAES a devida importância em sua atuação quanto fomentador da permanência e êxito escolar neste *locus* de pesquisa.

No que concerne aos objetivos específicos pleiteados nesta pesquisa, podemos concluir que os mesmos foram alcançados em sua totalidade. O primeiro

objetivo específico foi quantificar os alunos que receberam algum tipo de auxílio durante o período de referência da pesquisa, para determinar o alcance do PNAES no *locus* de pesquisa. Para atendimento a este objetivo determinamos o percentual de alunos que conseguiram ingressar no Programa e com isso receber pelo menos uma modalidade de auxílio no período de referencia. Além disso, demonstramos quais auxílios foram ofertados, a quantidade média de auxílios por estudante e o valor médio gasto por cada aluno que foi atendido pelo PNAES.

O segundo objetivo específico exposto foi a realização de um censo escolar para avaliar se a participação ou não participação dos alunos no Programa Nacional de Assistência Estudantil apresenta relação com a permanência, a prevenção da reprovação, diminuição do abandono escolar e melhor rendimento. Este censo, realizado através de minuciosa pesquisa documental foi fundamental para visualizar as disparidades entre os dois grupos de alunos estudados: os participantes e não participantes do PNAES, conforme resultados alcançados por cada grupo.

A caracterização do perfil socioeconômico do aluno assistido pelo PNAES no *Campus* Avançado Pedro Afonso do Instituto Federal do Tocantins foi o terceiro objetivo específico demandado. Aqui buscamos verificar quais características eram mais recorrentes aos estudantes que solicitaram o apoio financeiro ofertado pelo Programa. É notório que o Regulamento de Assistência Estudantil do IFTO não impõe critérios de seleção ou reserva de vagas no que diz respeito à sexo, idade, raça ou estado civil. No entanto os resultados nos permite fazer uma reflexão sobre a importância de associar os recursos disponibilizados pelo Programa e as necessidades especiais escolares dos alunos. Além disso definir critérios de seleção que estejam em consonância com as políticas afirmativas, especialmente no critério raça e/ou deficiência física.

A continuidade da pesquisa seguiu-se buscando investigar se e quais características do perfil socioeconômico dos alunos bolsistas interferem no abandono escolar, reprovação, frequência e rendimento escolar - quarto objetivo específico definido. Os resultados mostraram não haver distinção significativa, dentro dos critérios levantados. Esse resultado nos permite afirmar que dentro do grupo de bolsistas a variação dos índices de frequência, rendimento e reprovação são menos discrepantes, proporcionando a estes alunos escores mais próximos do desejável, independentemente do perfil socioeconômico que estejam incluídos.

O quinto e último objetivo específico foi apresentar um diagnóstico do detalhamento dos procedimentos administrativos de gestão do PNAES no âmbito do *Campus Avançado Pedro Afonso*, em forma de apêndice, contendo a apresentação de propostas para manutenção e melhorias da gestão do programa, sendo este o produto desta dissertação. Espera-se que este diagnóstico, auxilie os profissionais que executam o PNAES a visualizar cada etapa da seleção, execução e controle do programa, permitindo reavaliar a metodologia que está sendo empregada e quais os riscos que ela envolve. Além disso, apresentamos sugestões para que a forma de execução possa ser atualizada, buscando priorizar a celeridade e lisura no processo.

Durante todo o processo de realização desta pesquisa nos deparamos com limitações e imprevistos que culminaram na readequação do cronograma, mas que felizmente não acarretaram perdas significativas de conteúdo e tempo. Um imprevisto relevante foi a ocorrência de deflagração de greve dos servidores do IFTO no período da pesquisa. Este movimento grevista teve reflexo no calendário acadêmico da unidade, onde o término do semestre 2015.2 que estava previsto para ser findado em dezembro de 2015, somente pode ser concluído em fevereiro de 2016, gerando assim, um atraso de mais de dois meses na fase de coleta de dados.

Como a pesquisa necessitava dos diários de classe para levantamento das informações acadêmicas concernentes aos alunos, foi necessário aguardar o retorno do recesso escolar e a entrega, por parte dos professores e coordenadores de curso, dos respectivos diários para que os dados pudessem ser extraídos, o que delongou ainda mais esta fase. Além disso, algumas divergências encontradas nos diários de classe acarretaram a necessidade de correção de alguns documentos, influenciando também no fator temporal desta pesquisa.

Outra limitação que deve ser aqui registrada é a ausência do Sistema Integrado de Gestão Acadêmica (SIGA-Edu) na unidade pesquisada no período de extração de dados, o que ocasionou a coleta 100% manual dos dados de interesse. Tal sistema encontrava-se em fase de instalação e as limitações de ordem técnica não permitiram que o mesmo estivesse em funcionamento pleno durante o trabalho de campo.

Quanto a pesquisa bibliográfica uma grande limitação encontrada foi a pouca disponibilidade de trabalhos que abordassem a assistência estudantil dentro de instituições de ensino profissionalizante. A maior parte dos trabalhos aborda a evasão nas instituições de Ensino Superior, conforme dispõe o decreto que instituiu

o PNAES, no entanto é notório que as Instituições Federais de Ensino ofertam não somente esta modalidade de ensino, especialmente nos Institutos Federais que possuem como característica marcante a variedade de formas de articulação e níveis de ensino ofertados, indo do ensino médio até a pós-graduação. Além disso, o PNAES, como conhecemos hoje, foi instituído apenas em 2010, assim, percebi uma carência de estudos investigativos sobre a eficiência deste programa e alcance dos objetivos, inclusive no Órgão escolhido, o Instituto Federal do Tocantins.

Para pesquisas futuras sugere-se que os pesquisadores ampliem o alcance de investigação para as outras modalidades de ensino, especialmente quando o *locus* de pesquisa oferecer o programa para alunos que não estejam apenas cursando o Ensino Superior. Além disso, buscar explorar os resultados do PNAES de maneira mais objetiva e quantificável, percebi que as pesquisas anteriores exploram o tema mais sobre a percepção do aluno e profissionais relacionados à assistência estudantil. É inegável que a temática apresentada incorpora diversos aspectos pedagógicos, psicológicos e sociais que em sua grande maioria não representa ou produz números, no entanto, é indiscutível que os Órgãos de Controle solicitam dados quantificáveis em seus mecanismos de monitoramento e controle.

É preciso preparar as instituições para a chamada "prestação de contas" deste Programa, especialmente levando em consideração os aportes consideráveis e crescentes de recursos que o mesmo vem recebendo ao longo dos anos. Neste sentido, considero extremamente relevante que os gestores e os profissionais ligados à Assistência Estudantil se atentem aos alcances numéricos desempenhados pelo PNAES. Informações relacionadas à diminuição das taxas de evasão e retenção, por exemplo, precisam ser incluídas nos relatórios anuais de prestação de conta desses setores, para que a interpretação do papel da Assistência Estudantil se torne mais clara e concisa tanto para os controladores, como para a comunidade em geral.

Quanto aos demais procedimentos relacionados ao PNAES, no que diz respeito à seleção de bolsistas, vale ponderar, a importância de que o processo em si não desestimule ou torne inviável a participação dos estudantes. Como principal sugestão para este ponto, acredito que uma pré-seleção usando como base a Isenção do Imposto de Renda, concedida aos alunos ou responsáveis por estes, já

promoveria a triagem de classificação de grande parte dos alunos aptos a receber algum tipo de benefício.

Quanto a execução financeira e efetivo repasse do recurso para o aluno, encontramos uma limitação que é a ausência de conta corrente com titularidade do beneficiário. Para sanar essa ocorrência é preciso disponibilizar ao aluno que foi selecionado para o PNAES a possibilidade de pagamento via ordem bancária. Assim, faz-se necessário que esta disposição esteja prevista nos editais de seleção.

Ao longo da pesquisa e observando de maneira muito próxima o efeito da Assistência Estudantil no *locus* de pesquisa, tornou-se evidente para mim, quanto pesquisadora e servidora do IFTO, que a PNAES é um instrumento eficiente para a permanência do aluno e conseqüente êxito escolar. Ao exigir a contrapartida do aluno que diz respeito à frequência e ao bom comportamento, fica instituída uma possibilidade de acompanhar o estudante ponderando a responsabilidade que este assume ao ingressar no Programa. Além disso percebe-se, pela baixa taxa de abandono escolar deste grupo, que o aluno ao conduzir o curso até o final do semestre melhora o seu desempenho e comprometimento em busca da aprovação.

Por fim, no que diz respeito a importância da conclusão deste trabalho, a expectativa é que este estudo contribua com conhecimentos que levem a discussões sobre formas de gestão dos recursos assistenciais estudantis a serem registrados em artigos científicos a nível nacional e internacional tendo como principais enfoques a mensuração e uma discussão prática do Programa de Assistência Estudantil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, S. S. (org.) **Violência de gênero e políticas públicas**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2007.

ALVES, E. J. **Políticas Sociais de Assistência Estudantil para Estudantes Pobres nas Universidades Públicas Brasileiras**. VI Jornada Internacional de Políticas Públicas. Anais. São Luís, MA, 2013.

ARAÚJO, J. C. F. de L. **Avaliação da política de apoio ao estudante desenvolvida pela UNIRIO: o Projeto de Bolsa Permanência**. Ensaio: aval. Pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v.22, n. 84, p. 777-806, jul./set. 2014

ARRETCHE, M. **Dossiê agenda de pesquisa em políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-9, fev. 2003.

BAPTISTA, N.; PEIXOTO, E. Gestão de políticas públicas. In: **PROGRAMA de formação de lideranças e técnicos em desenvolvimento local sustentável**. Brasília: CONTAG, 1999.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 4. Ed. Revista e atualizada. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, 2009, 282p.

BERRIOS MARTOS, M. P.; GARCIA MARTÍNEZ, J. M. A.; MARTÍN CHAPARRO, M. **P.Influencia de la104estratégia104 previa y de la atribuciónen el104estratégia académico**.In: Ovejero, Anastasio e cols. (Ed.). **Aplicaciones en psicología social**. Bibliotecanueva, Madrid, 2000.

BRASIL. Instituto Federal do Tocantins. **Portaria nº 195, de 19 de agosto de 2009. Aprova e publica o Estatuto do IFTO**. Disponível em http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php

BRASIL. Instituto Federal do Tocantins. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2015 -2019**. 2015. Disponível em http://www.ifto.edu.br/ifto_cms/docs/arquivos/191220141505PLANODEDESENVOLVIMENTOINSTITUCIONAL.pdf

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais**. 2007. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/diretrizesreuni.pdf>.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil –PNAES. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf>.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Promulgada em 16 de julho de 1934. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. Disponível em http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/decreto_7566_1909.pdf

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7234.htm>.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942**. Lei orgânica do ensino secundário. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4244-9-abril-1942-414155-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 4.127, de 25 de fevereiro de 1942**. Estabelece as bases de organização da rede federal de estabelecimentos de ensino industrial. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4127-25-fevereiro-1942-414123-publicacaooriginal-1-pe.html>

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 8.621, de 10 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del8621.htm

BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942**. Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI). Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del4048.htm

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências..

Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.** Dá nova, organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. Disponível em <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102716>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/LEIS/L5692.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978.** Dispõe sobre a transformação das Escolas Técnicas Federais de Minas Gerais, do Paraná e Celso Suckow da Fonseca em Centros Federais de Educação Tecnológica e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6545.htm. Acesso em 07 de setembro de 2015.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971.** Fixa Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCiViL_03/LEIS/L5692.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L9394.htm

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm

BOTELHO, I. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.** São Paulo. Perspec. Vol. 15 no.2 São Paula, abril/junho, 2001.

BUCCI, M. P. D. **Direito administrativo e políticas públicas.** São Paulo: Saraiva. 2002, 298 p.

CHUEIRI, M. S. F. **Concepções sobre a Avaliação Escolar.** Estudos em Avaliação Educacional, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008

CISLAGHI, J. F.; SILVA, M. T.da. **Plano Nacional de Assistência Estudantil e expansão de vagas nas universidades federais: Abrindo o debate.** In: V Encontro Brasileiro de Educação em Marxismo. Anais. Florianópolis, SC, 2011.

COLEMAN, J. S. **“The concept of equality of educational opportunity”**, em I. R. Dale e outros (orgs.), *School and Society*, Cambridge, MA, MIT, Open University Press, 1975.

CUNHA, L. A. **Ensino Médio e Ensino Técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile**. Cadernos de Pesquisa. Nº 111, Brasília, dezembro, 2000.

CUNHA, C. G. S.da. **Avaliação de Políticas Públicas e Programas Governamentais: tendências recentes e experiências no Brasil**. Trabalho foi elaborado durante o curso “The Theory and Operation of a Modern National Economy”, ministrado na George Washington University, em 2006, disponível em <http://www.ufpa.br/epdir/images/docs/paper06.pdf>

CURY, C. R. J. **Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença**. Caderno de Pesquisa. 2002, n.116, pp. 245-262. ISSN 1980-5314.

DAYRELL, J. **Múltiplos olhares sobre a educação e cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

DICK, H. **Discursos à beira do Rio dos Sinos: a emergência de novos valores na juventude: o caso de São Leopoldo**. Cadernos IHG, São Leopoldo, Ano 04, nº 18, 2016.

DRAIBE, S. M.; RIESCO, M. **El Estado de bien estar social en América latina: una nueva 107 estratégia de desarrollo**. Madrid: Fundación Carolina, 2009.

FARIA, C. A. P. **A política da avaliação de políticas públicas**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v. 20, n. 59, p. 97-109, out. 2005.

FARIA, C. A. P. **Ideias, conhecimento e políticas públicas: um inventário sucinto das principais vertentes analíticas recentes**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 18, n.51, pp.21-30, fev., 2003.

FARIA, C. A. P. **“Implementação: ainda o ‘elo perdido’ da análise de políticas públicas no Brasil?”**. Trabalho apresentado no GT de Políticas Públicas do 35º Encontro Anual da Anpocs. Caxambu, 2011.

FERRETI. C. J. **Formação profissional e reforma do ensino técnico no Brasil: Anos 90**. Educação & Sociedade, ano XVIII, nº 59, agosto/97

FONSECA, J. J. S. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007

FORMIGA, N. S. **O tipo de orientação cultural e sua influência sobre os indicadores do rendimento escolar**. Revista Psicologia: Teoria e Prática – 2004, 6(1): 13-29.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

FREZZA, M.; MARASCHIN, C.; SANTOS, N. S. **Juventude como problema de políticas públicas**. Psicologia & Sociedade; v. 21, n. 3, p. 313-323, 2009.

GARDNER, H. **Inteligência: um conceito reformulado**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

GAZOTTO, M. A. **Políticas Públicas Educacionais: Um análise sobre a Política Nacional de Assistência Estudantil no contexto da Universidade Federal do Triângulo Mineiro**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Julio de Mesquita Filho, Franca - MG, 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. [organizado por]. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª Edição, São Paulo: Atlas, 2006.

GOMES, N. L. **Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas**. RBPAAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011.

HOFLING, E. M. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais**. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55, novembro/2001

KOWALSKI, A. V. **Os (Des)Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. Tese de Doutorado –Pontifícia Universidade Católica Do Rio Grande Do Sul, Porto Alegre, 2012.

KUENZER, A. (org.). **Ensino médio: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 5ª ed. S. Paulo: Cortez, 2007.

LA ROSA, J. **Efeitos de um programa de intervenção na autoconceito e rendimento escolar de alunos do 2º grau**. Revista Psico, v. 26 (1), p. 107-120, 1995

LEITE, J. L. **Política de Assistência Estudantil: direito da carência ou carência de direitos?**. Revista Ser Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, jul./dez. 2012.

LOPES, B.; AMARAL, J. N. [supervisão]. **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Cartilha, Sebrae/MG – Belo Horizonte, 2008. 48 p.

LOUZANO, P. **Fracasso Escolar: Evolução das Oportunidades Educacionais de Estudantes de Diferentes Grupos Étnico-Raciais**. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt14_trabalhos_pdfs/gt14_3152_texto.pdf

MACHADO, J. P. **Política Pública e Subjetividade: a assistência estudantil na universidade**. Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 13, n. 1, p. 184 – 198, jan./jun. 2014.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2010.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M.. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7ª Edição. São Paulo: Atlas, 2013.

MAREN, J. V. **Méthodes de recherche pour l'éducation**. Montreal: Lés Presses de l'Université de Montreal, 1995. 506 p.

MEIRELLES, H. L. **Direito Administrativo Brasileiro**. 30ª edição. São Paulo: PC Editorial Ltda, 2005.

MELO, M. A. **Estado, governo e políticas públicas**. In: MICELI, S. (org.). O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Sumaré; v.3, 1999, pp.59-100.

MELO, M. A. **As sete vidas da agenda pública brasileira**. In: RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1998. P. 11-28.

MEKSENAS, P. **Sociologia da Educação: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 1992.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **"Reforma Capanema"**(verbetes). Dicionário Interativo da Educação Brasileira –EducaBrasil. São Paulo: Midiamix Editora, 2002.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. 8ª Edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2009. 128p.

MULLER, P. **Les politiques publiques**. 5ª Edição. Paris: Presses Universitaires de France, 2003. 127 p.

OLIVEIRA, M. M. de. **Como fazer projetos, relatórios, monografias, dissertações e teses**. 5ª Edição. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

OLIVEIRA, A. F. de. **Políticas Públicas Educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. Texto publicado no livro "Fronteiras da Educação: desigualdades, tecnologias e políticas", organizado por Adão F. de Oliveira, Alex Pizzio e George França, Editora da PUC Goiás, 2010, páginas 93 -99.

OLIVEIRA, B. G. R.B., PORTO, I. S, FERREIRA, A. M. **Perfil dos Alunos Ingressos nos Cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem do Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (PROFAE) no Rio De Janeiro – Brasil**. Revista Latino-am Enfermagem, janeiro-fevereiro, Nº 15, 2007.

OLIVEIRA, E. A. de. **ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: Percepção dos estudantes dos campi I e II do CEFET-MG**. Dissertação de Mestrado. Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, 2011.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos do Homem**. Proclamada em 10 de Dezembro de 1948. Disponível em <http://www.dudh.org.br/wp-content/uploads/2014/12/dudh.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2015.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. Rio de Janeiro: T.A. Queiroz, 1996.

PERONI, V. **Breves Considerações sobre a redefinição do papel do Estado. Política educacional e papel do Estado no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2003. P.21-134.

PERRENOUD, P. **A pedagogia na escola das diferenças: fragmentos de uma sociologia do fracasso**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

PIRES, J. M. **Ensino técnico e básico: A controvérsia dos anos 70 e as demandas contemporâneas do mercado de trabalho**. In Kon, A., editor, Estudos em Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia, páginas 130–150. PUC-SP/Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política /Núcleo de Pesquisas EITT-Economia Industrial, Trabalho e Tecnologia, São Paulo.

POLÔNIA, A da C; DESSEN, M. A. **Em Busca de uma Compreensão das Relações entre Família e Escola**. Psicologia Escolar e Educacional, 2005 Volume 9, Número 2, Páginas 303-312.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2ª Edição. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAASCH, R. **A Gestão da Política de Assistência Estudantil em uma Universidade Pública Na Perspectiva de Seus Estudantes**. XV Simpósio de Administração da Produção, Logística e Operações Internacionais. Anais. São Paulo, SP, 2012.

RAMALHO, L. E. G. **Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma Instituição de Ensino Profissional**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Juiz de Fora - MG, 2013.

SANTANA, E. B. **As políticas públicas de ação afirmativa na educação e sua compatibilidade com o princípio da isonomia: acesso às universidades por meio de cotas para afrodescendentes**. Ensaio: Avaliação e políticas públicas em educação, Rio de Janeiro, v. 18, n. 69, p. 736-760, out./dez. 2010.

SANTOS, M. A. M. T., **A produção do sucesso na educação de jovens e adultos: o caso de uma escola pública em Brazilândia**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) –Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

SANTOS, S. M. M. **Política Social e diversidade humana: crítica à noção de igualdade de oportunidade.** In: BOSCHETTI, Ivanete. *Capitalismo em crise, política social e direitos.* São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, R.C.L. F. **Plano Plurianual e Orçamento Público.** Florianópolis. Departamento de Ciências da Administração/UFSC. Brasília: CAPES:UAB, 2010. 154p.

SANTOS, S. M. dos. **Perfil dos periódicos científicos de Ciências Sociais e de Humanidades.** Dissertação de Mestrado. Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, 2010.

SEABRA, T. **Desigualdades Escolares e Desigualdades Sociais.** Revista Sociologia, Problemas e Práticas, n.º 59, 2009, pp. 75-106

SGUISSARDI, V. **Modelo de expansão da educação superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária.** *Educ. Soc.*, Campinas, v. 29, n. 105, dez. 2008. ISSN 0101-7330

SILVA, A. M. P da. **Educação e Políticas Públicas: Impactos e Contribuições do Programa de Assistência Estudantil no desenvolvimento dos discente do IFTO - Campus Araguatins.** Dissertação de Mestrado, Universidade de Taubaté - SP, 2013.

SILVA, E. L. MENEZES, E. M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. Ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA FILHO, R. L. L. e; MOTEJUNAS, P. R. **A Evasão no Ensino Superior Brasileiro.** Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. 132, set./dez. 2007

SOUZA, C. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura.** Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUSA, J. R. F. **Implicações Pedagógicas da Reforma da Educação Profissional nos Cursos Técnicos do CEFET-MG.** Dissertação de Mestrado, Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte – MG, 2005.

SPOSATI, A. **Modelo brasileiro de proteção social não contributiva: Concepções fundantes.** In: *Concepção e gestão da proteção social não contributiva no Brasil.* Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; UNESCO, 2009.

TAVARES, M. G. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: As Etapas Históricas da Educação Profissional no Brasil.** Anais IX ANPED SUL – Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>

TEIXEIRA, E. C. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade**. Informe, AATR-BA – Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia, 2002.

TERENCE, A.C.F.; ESCRIVÃO FILHO, E. **Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais**. In: XXVI ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO - ENEGEP, 9 a 11 de 2006, Fortaleza - CE. Anais. Fortaleza - CE: ABEPRO; UFCE. 1 CD-ROM.
TREVISAN, A.P.; BELLEN, H.M.V.

Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. Revista de Administração Pública. 2008. Maio/jun. nº 42. P.529-550.

VARGAS, M. L. F. **Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar. 2011.

VASCONCELOS, N. B. **Programa Nacional de Assistência Estudantil: Uma Análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil**. Revista da Católica, v. 2, n. 3, p. 399-411, Uberlândia, 2010.

VERGARA, S. C. **Métodos de pesquisa na administração**. São Paulo: Atlas, 2005, 287p.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares**. Revista Brasileira de Educação v. 11 n. 32 maio/ago. 2006

APÊNDICE

DIAGNÓSTICO DOS PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS DE
OPERACIONALIZAÇÃO DO PNAES NO ÂMBITO DO IFTO - *CAMPUS* AVANÇADO
PEDRO AFONSO

1 APRESENTAÇÃO

A motivação para elaboração deste diagnóstico partiu da necessidade de entendimento dos ritos administrativos utilizados na efetivação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, dentro do *locus* estudado.

O objetivo deste é apresentar a caracterização da operacionalização do PNAES por esse órgão, através do detalhamento das ações expostas em fluxogramas, a fim de conhecer os procedimentos administrativos e a partir disto elaborar uma proposta de melhorias na gestão do programa, levando em consideração a viabilidade de implantação nesta Instituição.

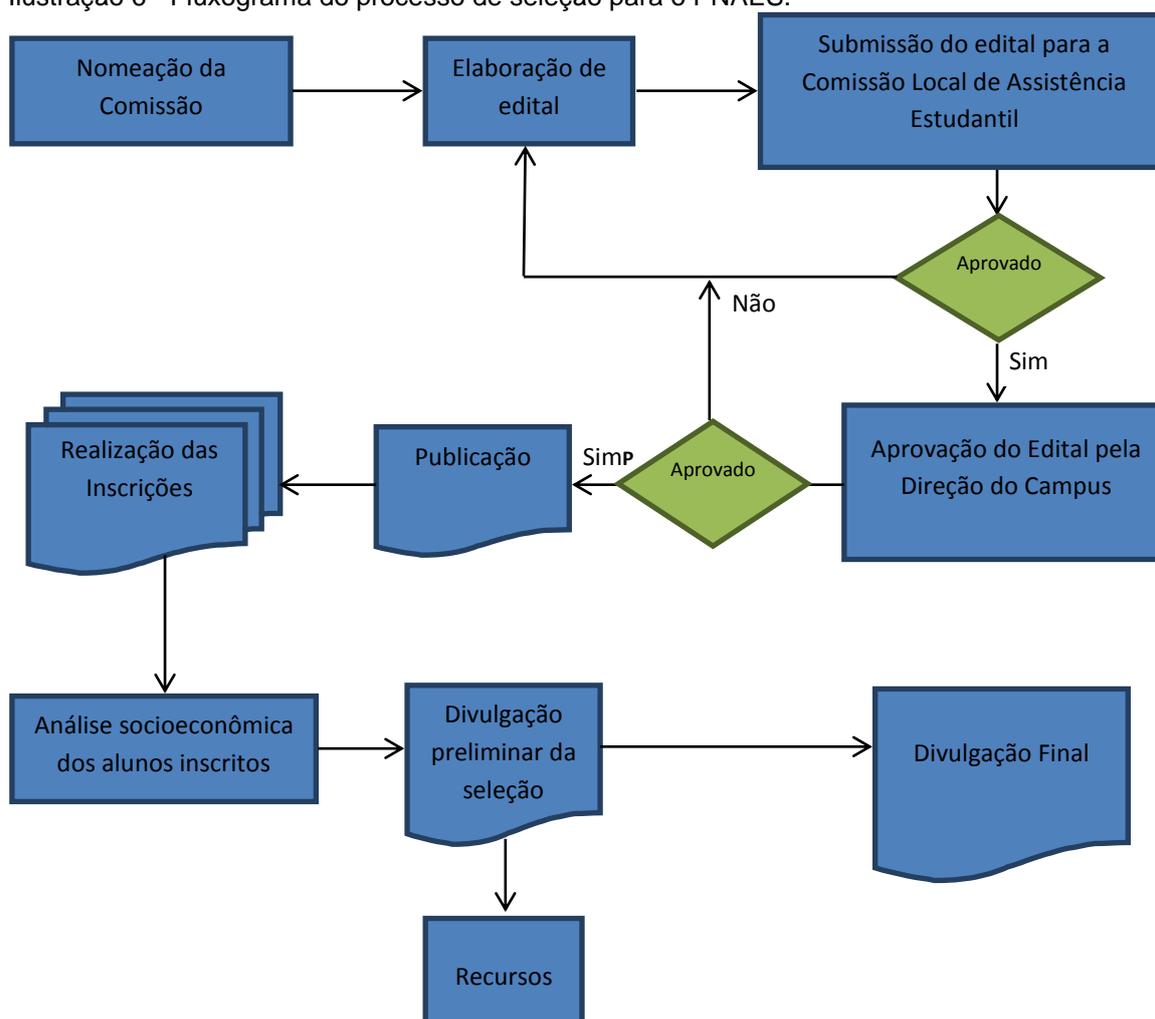
2 ETAPAS DE OPERACIONALIZAÇÃO

Para explicar os ritos administrativos que envolvem a operacionalização do PNAES no âmbito do IFTO, dividimos os procedimentos em três etapas: Seleção, Execução e Controle do programa, conforme demonstraremos a seguir:

2.1 PROCESSO DE SELEÇÃO

O primeiro processo relacionado ao Programa Nacional de Assistência Estudantil diz respeito à seleção dos alunos que serão contemplados com alguma modalidade de auxílio:

Ilustração 6 - Fluxograma do processo de seleção para o PNAES.



Fonte: elaborado pela autora

Uma vez que esta comissão está nomeada, a mesma segue para a elaboração do edital de seleção de estudantes para o PNAES. O edital deve conter, no mínimo: As disposições preliminares - que caracterizam o Programa Nacional de Assistência Estudantil, as modalidades de bolsa - com a definição de cada tipo e o valor a ser recebido pelo estudante conforme orientações recebidas pela Direção do campus, o cronograma da seleção – contendo todas as fases e prazos para apresentação de inscrição, recursos e datas de divulgação de resultados, os critérios de seleção, classificação, desclassificação e desligamento do Programa, a documentação exigida para inscrição e as disposições finais. Além destes tópicos os anexos devem trazer todos os formulários e declarações que o estudante deve apresentar no ato da inscrição.

Finalizado o edital, o mesmo é submetido à aprovação pela Comissão Local de Assistência Estudantil, que é formada por representantes dos estudantes e do

setor de assuntos estudantis. Esta comissão vai avaliar se as modalidades de bolsas atendem as necessidades do corpo discente. A aprovação do edital deve ser realizada em reunião e registrado em ata. A minuta de edital então é encaminhada para a Direção do campus que, estando de acordo com os termos fixados no edital, expedirá o edital assinado para publicação.

A publicação do edital se dá por meio de divulgação no site institucional e fixação nos murais da instituição. Além disso, o processo seletivo é divulgado nas redes sociais do campus e veiculado nas rádios da cidade, para assegurar maior alcance de divulgação.

Divulgado o edital, dá-se início à realização de inscrições. Atualmente as inscrições ocorrem por meio do preenchimento de formulários impressos e disponíveis gratuitamente pela comissão responsável pelo processo seletivo. O aluno deve preencher a Ficha Social do Estudante, onde deverá informar em qual(is) modalidade(s) de auxílio o mesmo pretende concorrer, seus dados de identificação pessoal, sua situação habitacional, a situação familiar, os dados de saúde, de trabalho e de renda do requerente, os gastos familiares mensais, as condições de transporte e a motivação para solicitação do auxílio estudantil.

Além da Ficha Social, o interessado deve apresentar a declaração de número de membros da família, declaração de número de membros da família desempregados, declaração de trabalho autônomo e/ou atividade rural. Por fim, deverá anexar toda a documentação comprobatória das informações prestadas, como contas de água e luz, comprovantes de renda do estudante e dos membros da família, comprovante de pagamento de aluguel e de pensão alimentícia (se for o caso) e qualquer outro documento que se faça necessário para melhor caracterizar a situação socioeconômica do estudante.

Todos os documentos recebidos durante o período de inscrição serão submetidos aos profissionais ligados à assistência estudantil que realizarão a Análise de vulnerabilidade econômica do estudante. Esta etapa pode ser dividida em três fases: Análise da Ficha Social do estudante: Com base nas informações e declarações prestadas o assistente social deve analisar, dentre outros, o rendimento mensal da família, o grau de comprometimento da renda, o nível de conforto do estudante, as características de moradia e a renda per capita da família, para definir quais estudantes estão em uma situação mais grave de vulnerabilidade. Entrevista: Nesta etapa os estudantes serão ouvidos com o intuito de sanar quaisquer dúvidas

geradas durante a interpretação da documentação apresentada, além de conhecer melhor o aluno, suas necessidades e motivações. Visita Domiciliar: Caso as informações prestadas e as entrevistas não sejam suficientes para diagnosticar a situação socioeconômica dos estudantes, poderão ser realizadas visitas domiciliares, previamente agendadas, com o intuito de conhecer as condições de moradia e conforto do estudante *in loco*.

Finalizada a análise de vulnerabilidade econômica é gerado o resultado preliminar do processo seletivo. Este resultado deve ser divulgado no site e nos murais, que os alunos tenham acesso. Após a divulgação é aberto o período para recursos, conforme disposições do edital.

Nesta fase, aquele aluno que discordar do resultado pode impetrar recurso questionando-o. O estudante deve preencher o formulário de recurso expondo os fatores de sua discordância do resultado, além disso, pode apresentar documentações complementar, caso julgue necessário, para comprovar suas declarações. Esses recursos serão analisados pela comissão que julgando pelo deferimento do recurso, pode alterar o resultado preliminar, ou julgar pelo indeferimento mantendo o mesmo resultado.

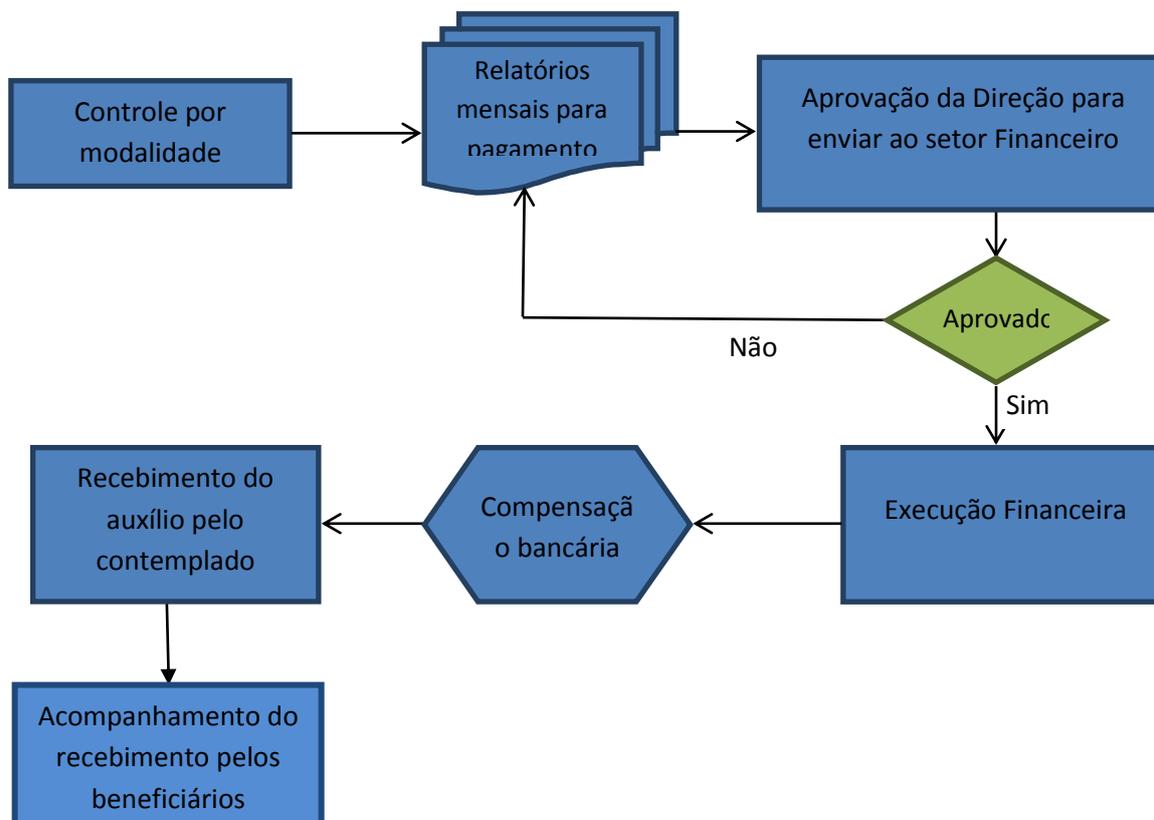
Finda a análise e julgamento dos recursos é divulgado o resultado final do processo seletivo, que contém os contemplados para participar do Programa de Assistência Estudantil. O período de vigência do programa é estipulado no edital.

2.2 PROCESSO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA

De posse do resultado final do processo seletivo, o setor responsável pela assistência estudantil, dará início ao processo de execução financeira. Inicialmente será elaborado, para controle do setor, a relação dos alunos contemplados de acordo com a modalidade do auxílio e, a partir dessa relação, mensalmente serão gerados os relatórios de pagamento, contendo: Identificação do aluno (Nome e CPF) modalidade ou modalidades que o aluno faz jus e dados para pagamento.

Essa relação é enviada para a Direção do campus que deve concordar e dar anuência para que o pagamento seja realizado. Uma vez que a Direção aprove o relatório é enviado para o setor financeiro competente.

Ilustração 07 - Fluxograma do processo de execução do PNAES.



Fonte: elaborado pela autora

O setor financeiro realizará o pagamento prioritariamente por depósito em conta corrente, indicada no ato da inscrição. Caso o estudante não possua conta corrente, o valor será pago através de ordem bancária.

Após o período de compensação bancária, que dura cerca de três dias, o beneficiado recebe o auxílio.

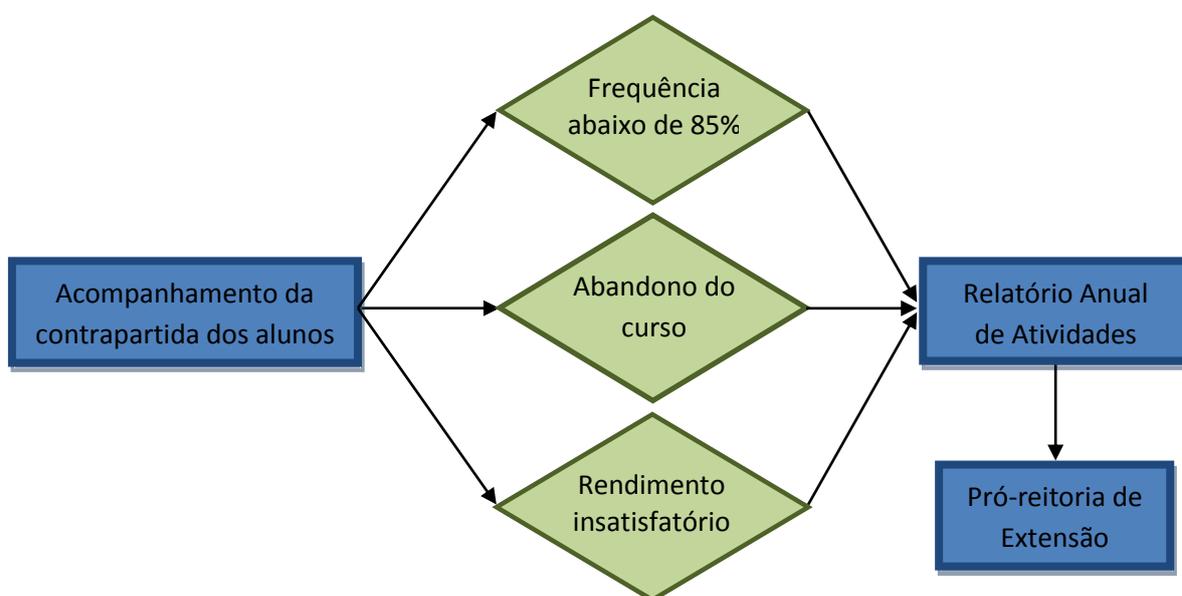
Na sequência, é realizado o acompanhamento da efetivação do pagamento do auxílio. Esse acompanhamento é feito através do monitoramento de resgate das ordens bancárias, visto as mesmas possuírem prazo de disponibilidade para saque, conforme normas das agências bancárias, assim, se o aluno não sacar o valor da bolsa no prazo de sete dias, o valor da mesma é devolvido para o Órgão que efetuou o depósito.

Outra forma de acompanhamento de pagamento diz respeito às reclamações oriundas dos próprios beneficiários, que podem registrar reclamação junto ao setor de assistência estudantil sobre o não recebimento do auxílio ou de valor distinto do disposto em edital.

2.3 PROCESSO DE CONTROLE

Após a execução financeira dos auxílios, inicia-se a processo de controle do PNAES no âmbito do IFTO.

Ilustração 08 – Fluxograma do processo de controle do PNAES.



Fonte: elaborado pela autora

Atualmente, esse controle está associado à análise contínua da contrapartida dos alunos, pois de acordo com o Artigo 43 do Regulamento do Programa de Assistência Estudantil, o estudante deve cumprir alguns condicionantes para continuar a receber os benefícios do PNAES, como: Frequência mínima de 85% e desempenho acadêmico satisfatório. Essa análise é realizada junto aos setores de coordenação pedagógica, que indicam quais alunos abandonaram o curso, sofreram reprovação ou infringiram o Regimento Interno do IFTO.

Esses dados são repassados aos setores responsáveis pela Assistência Estudantil, que elaborarão o Relatório Anual de Atividades, em que todas as informações de pagamento e controle devem estar descritas de maneira clara e concisa. Por fim, será encaminhado para a Pró-reitoria de Extensão, para prestação de contas e arquivamento.

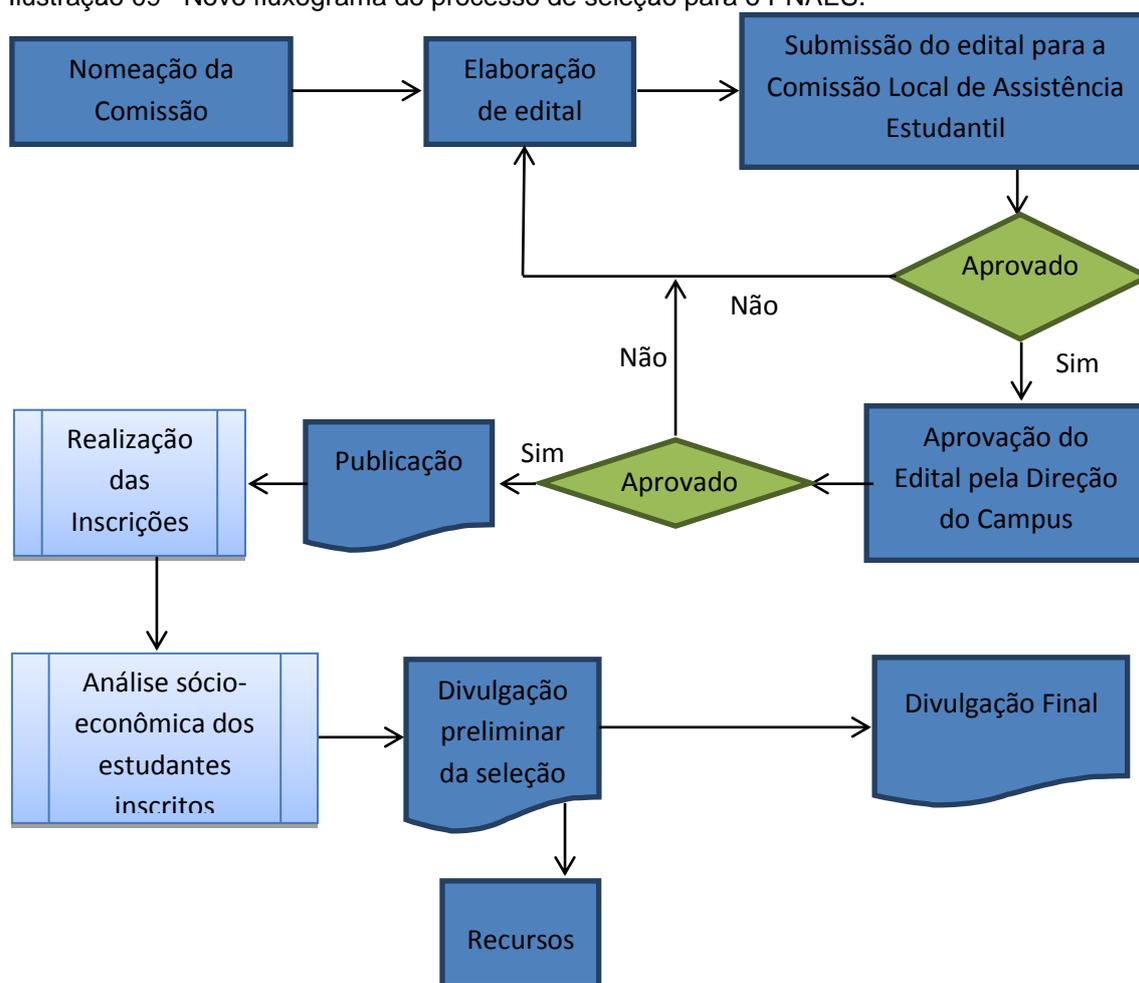
3 PROPOSTA PARA MELHORIAS NA OPERACIONALIZAÇÃO

A utilização de gestão de processos neste trabalho, pode ser verificado de forma mais clara a partir da seção aqui apresentada, onde foram utilizadas a análise e melhoria da atuação dos processos que mais exerciam impactos na satisfação dos envolvidos, possibilitando desenvolvimento e implementação de transformações positivas e que são realizáveis para assim melhorara sistemática do processo. Tais modificações possibilitam que os departamentos envolvidos possam utilizar um sistema integrado e que o trabalho executado dos processos seja eficiente. Abaixo discriminamos os processos de seleção, execução financeira e controle após suas modificações:

A realização das inscrições serão totalmente informatizadas, com o preenchimento de formulários, fichas e declarações, disponibilizados no site da instituição. Todos documentos exigidos atualmente para comprovação das informações prestadas na inscrição, serão anexados no ato da inscrição, sendo em formato digital e passíveis de verificação e/ou comprovação futura de veracidade. A garantia da acessibilidade e universalidade será tratada, com a disponibilização de birôs informatizados nos mesmos locais onde são disponibilizados os formulários no modelo atual. Além de todo equipamento necessário, a disponibilização de pessoal treinado e capacitado para auxiliar tanto no preenchimento, quanto na digitalização e possíveis dúvidas técnicas aos candidatos desta etapa, deverão ser providenciados.

Com a informatização do processo de inscrição, a etapa de Análise da Ficha Social deixará de ser manual e passará a ser de forma sistematizada, sendo que este processo continuará sendo através de análise da vulnerabilidade dos estudantes, porém com regras pré-estabelecidas pela equipe de profissionais ligados à assistência estudantil. Isso poderá aperfeiçoar o processo, permitindo aos profissionais um prazo maior e conseqüentemente melhor atenção aos estudantes nas demais etapas. O processo completo de seleção pode ser visualizado na ilustração abaixo.

Ilustração 09 –Novo fluxograma do processo de seleção para o PNAES.



Fonte: elaborado pela autora

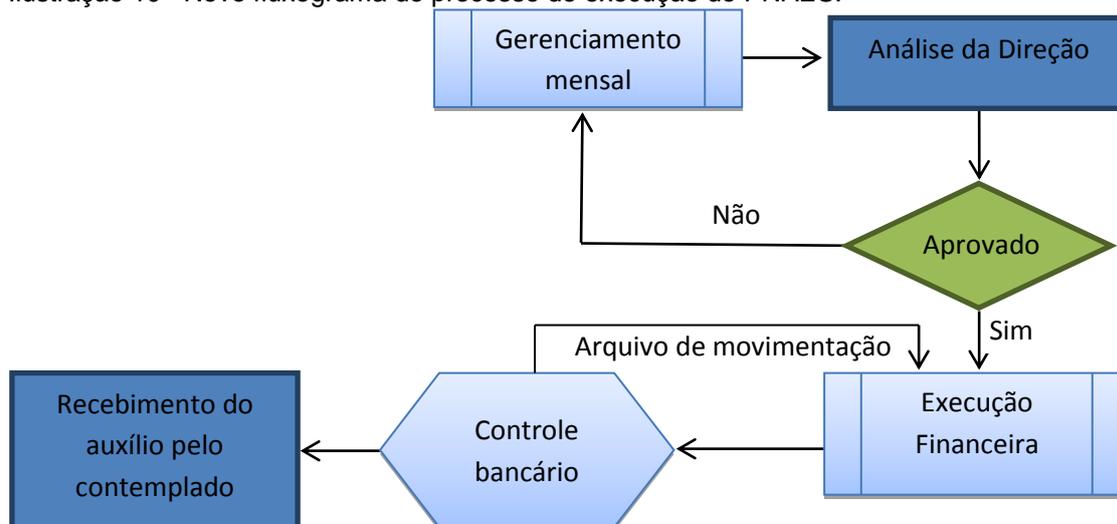
O processo de execução financeira atualmente era elaborado, gerenciado e avaliado de forma manual, sendo que este processo será, quase que integralmente, informatizado. Com a informatização do processo de seleção, tais estudantes poderão ser acompanhados de acordo com a necessidade do setor de assistência estudantil.

Quando o setor responsável pelo controle mensal de benefícios efetivar, via sistema, a emissão dos benefícios mensais, automaticamente ficará liberado para a direção do campus, o qual poderá efetuar sua análise e parecer, e em caso de anuência o mesmo será liberado para o setor financeiro competente. O setor financeiro realizará o pagamento através de emissão, aos bancos conveniados, de arquivos informatizados pré-configurados, tanto para os beneficiários que possuem contas correntes, como para os demais estudantes, para tais, os arquivos emitidos serão de acordo com normas para emissão de ordem bancária. Todos os dados

para pagamentos serão oriundos do sistema informatizado, o qual conterá os dados das contas de acordo com a inscrição efetuada no processo seletivo e os dados financeiros realizados no controle mensal de benefícios.

O acompanhamento da efetivação do pagamento do auxílio será realizado através do recebimento de arquivos de movimentações, enviado pelos bancos conveniados, com os resgates das ordens bancárias realizadas, depósitos efetuados e possíveis erros, isto após o término do prazo para realização das respectivas movimentações. Neste controle há a possibilidade de gerenciamento dos pagamentos realizados e não efetivados, assim como possíveis problemas, reclamações, incorreções com dados bancários e/ou valores incorretos dos estudantes selecionados, podendo efetivar um novo pagamento ou convocação destes para atualização cadastral e regularização financeira.

Ilustração 10 –Novo fluxograma do processo de execução do PNAES.

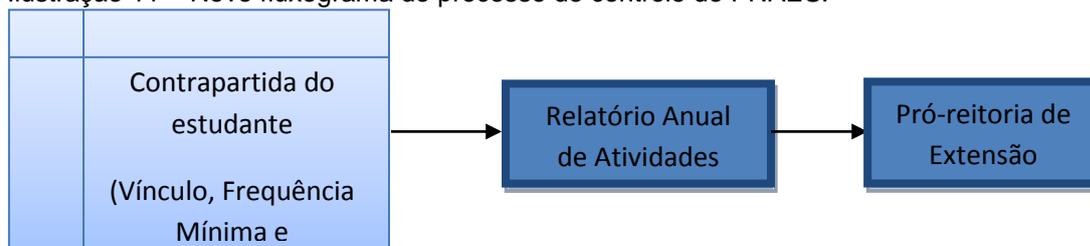


Fonte: elaborado pela autora

A melhoria do processo de controle segue o mesmo ideal proposto para os outros processos já descritos: a informatização. A análise contínua da contrapartida dos alunos será dada através da verificação automatizada da situação curricular e vínculo de todos os estudantes selecionados para o programa de assistência estudantil do IFTO. Através da utilização dos dados contidos no sistema informatizado de controle acadêmico, a verificação dos requisitos condicionantes para que os estudantes continuem vinculados ao PNAES e consequentemente recebendo os benefícios será independente e dinâmico. Informações como

frequência mínima, desempenho acadêmico, abandono de curso e demais regras estarão contemplados. Estes dados serão armazenados e podem ser utilizados como subsídio para a confecção do Relatório Anual de Atividades, para posterior envio ao setor responsável pelo PNAES, neste caso a Pró-reitoria de Extensão, a qual poderá utilizar conforme a legislação e normais estabelecem.

Ilustração 11 – Novo fluxograma do processo de controle do PNAES.



Fonte: elaborado pela autora

Por fim, o grande desafio da remodelação e gestão destes processos aqui apresentados, está na efetivação e viabilidade tecnológica, pois sem a devida participação dos demais departamentos da instituição, estes mecanismos não poderão ser modificados e conseqüentemente implantados. Desta forma, deverá existir uma análise mais ampla e com a participação dos demais atores, para só então ter a efetivação concluída e colocada em prática.

ANEXO I

DECRETO Nº 7.234, DE 19 DE JULHO DE 2010.

Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea “a”, da Constituição:

DECRETA:

Art. 1º O Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal.

Art. 2º São objetivos do PNAES:

I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;

II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;

III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e

IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

Art. 3º O PNAES deverá ser implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de ensino superior.

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas:

I - moradia estudantil;

II - alimentação;

III - transporte;

IV - atenção à saúde;

V - inclusão digital;

VI - cultura;

VII - esporte;

VIII - creche;

IX - apoio pedagógico; e

X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

§ 2º Caberá à instituição federal de ensino superior definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos de graduação a serem beneficiados.

Art. 4º As ações de assistência estudantil serão executadas por instituições federais de ensino superior, abrangendo os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, considerando suas especificidades, as áreas estratégicas de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente.

Parágrafo único. As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.

Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:

I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES.

Art. 6º As instituições federais de ensino superior prestarão todas as informações referentes à implementação do PNAES solicitadas pelo Ministério da Educação.

Art. 7º Os recursos para o PNAES serão repassados às instituições federais de ensino superior, que deverão implementar as ações de assistência estudantil, na forma dos arts. 3º e 4º.

Art. 8º As despesas do PNAES correrão à conta das dotações orçamentárias anualmente consignadas ao Ministério da Educação ou às instituições federais de ensino superior, devendo o Poder Executivo compatibilizar a quantidade de beneficiários com as dotações orçamentárias existentes, observados os limites estipulados na forma da legislação orçamentária e financeira vigente.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de julho de 2010; 189º da Independência e 122º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Presidente da República

ANEXO II

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Aprovado pela Resolução nº 04/2011/CONSUP/IFTO, de 30 de junho de 2011 e alterado pela Resolução nº 22/2014/CONSUP/IFTO, de 8 de agosto de 2014.

Dispõe sobre a implantação da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFTO e dá outras providências.

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º O Programa de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) é um conjunto de ações voltadas ao atendimento a estudantes regularmente matriculados em cursos oferecidos pelo IFTO em todas as modalidades, visando o acesso, a permanência e o êxito na perspectiva de inclusão social, produção de conhecimento e melhoria do desempenho escolar e de qualidade de vida.

Art. 2º O Programa de Assistência Estudantil do IFTO atende ao Decreto 7.234/2010 e será regido pelos seguintes princípios:

- I – divulgação ampla dos benefícios, bem como dos critérios para o seu acesso;
- II – igualdade de condições para o acesso e permanência no atendimento;
- III – supremacia do atendimento às necessidades socioeconômicas e psicopedagógicas;
- IV – defesa da justiça social e respeito à diversidade;
- V – gratuidade do ensino de qualidade.

CAPÍTULO II

DOS OBJETIVOS

Art. 3º O Programa de Assistência Estudantil do IFTO, em consonância com os princípios estabelecidos no artigo 2º e seus incisos, tem por objetivos:

- I – Promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e

- extensão com qualidade social, objetivando o desenvolvimento sustentável do país;
- II – Promover o acesso, a permanência e o êxito acadêmico dos estudantes do IFTO;
- III – Assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no exercício das atividades acadêmicas;
- IV – Contribuir para a promoção do bem-estar biopsicossocial dos estudantes;
- V – Reduzir as taxas de evasão e retenção;
- VI – Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais;
- VII – Promover e ampliar a formação integral dos estudantes, estimulando e desenvolvendo a criatividade, a reflexão crítica e atividades e intercâmbios culturais, esportivos, artísticos, políticos, científicos e tecnológicos.

CAPÍTULO III

DOS EIXOS

Art. 4º A Política de Assistência Estudantil do IFTO está dividida em dois eixos:

- I – Eixo Universal: destina-se a todo e qualquer estudante regularmente matriculado no IFTO, de forma universal ou por meritocracia;
- II – Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante: destina-se prioritariamente a estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio com comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica.

CAPÍTULO IV

DOS RECURSOS E ORÇAMENTO

Art. 5º Os recursos para a Assistência Estudantil serão originários da matriz orçamentária do IFTO, em consonância com o Decreto Presidencial Nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES).

§ 1º - O pagamento do benefício será feito diretamente na conta bancária do beneficiário, sempre que possível, ou por meio de ordem bancária.

§ 2º - A administração deverá manter, com vistas a prestações de contas, documentos que comprovem os benefícios conferidos aos estudantes.

Art. 6º Poderá ser flexibilizada a transferência de recursos de um eixo para o outro, de acordo com a demanda de cada *campus*, sob avaliação da gestão de Assistência Estudantil e Direção da unidade.

CAPÍTULO V

DO EIXO UNIVERSAL

Seção I

Da Caracterização

Art. 7º No Eixo Universal serão desenvolvidas ações para todos os estudantes contemplados pela Política de Assistência Estudantil do IFTO, por meio de projetos.

Parágrafo único. A participação dos estudantes no Eixo Universal não estará condicionada a questões socioeconômicas.

Art. 8º O Eixo Universal da Política de Assistência Estudantil do IFTO é constituído pelos seguintes programas:

- I - Programa de acompanhamento pedagógico;
- II - Programa de acompanhamento social;
- III - Programa de acompanhamento psicológico;
- IV - Programa de assistência à saúde;
- V - Programa de assistência a viagens;
- VI - Programa de mobilidade acadêmica;
- VII - Programa de incentivo ao esporte e lazer;
- VIII - Programa de incentivo à arte e cultura;
- IX - Programa de incentivo à formação cidadã;
- X - Programa de educação para a diversidade;
- XI - Programa de apoio a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação;
- XII - Programa de inclusão digital.

Art. 9º O Programa de acompanhamento pedagógico tem como objetivo subsidiar o processo ensino-aprendizagem por meio de estratégias institucionais que viabilizem a aprendizagem dos estudantes.

Art. 10. O Programa de acompanhamento social prevê ações voltadas à atenção social, atentando-se para os riscos pessoais e sociais que podem acometer os estudantes, visando à qualidade da sua formação acadêmica e cidadã.

Art. 11. O Programa de acompanhamento psicológico visa à promoção do bem-estar biopsicossocial dos estudantes, por meio de ações de natureza preventiva e interventiva, que respeitem a ética e os direitos humanos e priorizem a interdisciplinaridade.

Parágrafo único. As ações do Programa têm como objetivo, sobretudo, a prevenção em caráter educativo, e não o tratamento ou a cura de transtornos psicológicos, comportamentais e de aprendizagem, os quais serão encaminhados para atendimento especializado em instituições para esta finalidade, quando identificados.

Art. 12. O Programa de assistência à saúde tem por objetivo promover a assistência à saúde em regime ambulatorial, incluindo prevenção, tratamento e vigilância à saúde da comunidade discente.

Art. 13. O Programa de assistência a viagens objetiva auxiliar no custeio de viagens para congressos científicos, seminários, simpósios, workshops, exposições e outros eventos.

Art. 14. O Programa de mobilidade acadêmica nacional e internacional objetiva atender a participação de estudantes regularmente matriculados na instituição em programas de mobilidade acadêmica nacional e internacional devidamente instituídos no âmbito do IFTO.

Art. 15. O Programa de incentivo ao esporte e lazer tem como objetivo promover ações esportivas e de lazer, contribuindo para a formação e desenvolvimento físico e para a inclusão educacional e social dos estudantes.

Art. 16. O Programa de incentivo à arte e cultura objetiva promover o acesso a bens culturais e colaborar para o desenvolvimento das dimensões artística e cultural da formação humana.

Art. 17. O Programa de incentivo à formação cidadã tem como objetivo fomentar espaços de discussão e reflexão do estudante como sujeito político e crítico, contribuindo para a construção de sua autonomia e sua participação ativa no ambiente acadêmico e na sociedade.

Art. 18. O Programa de educação para a diversidade tem como objetivo viabilizar ações que possibilitem reflexões e mudanças de atitudes sobre diversidade, considerando etnia/cor, gênero, religião, orientação sexual, idade entre outros aspectos.

Parágrafo único. O Programa também se destina a ações do Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena – NEABI –, ou coordenações/setores equivalentes que trabalhem com essas temáticas em cada *campus*.

Art. 19. O Programa de apoio a pessoas com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação objetiva desenvolver ações com a finalidade de garantir o acesso, permanência e conclusão com êxito, por meio do acompanhamento e desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão.

§ 1º O Programa atenderá a estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação, sendo eles adolescentes, jovens, adultos ou idosos.

§ 2º O Programa também se destina a subsidiar ações propostas pelo Núcleo de atendimento a pessoas com necessidades específicas – NAPNE –, ou coordenações/setores equivalentes em cada *campus*.

Art. 20. O Programa de inclusão digital consiste em propiciar aos estudantes acesso a ferramentas e tecnologias digitais, possibilitando a participação em cursos específicos.

Seção II

Do Funcionamento

Art. 21. No Eixo Universal serão desenvolvidas ações para todos os estudantes regularmente matriculados no IFTO em todos os níveis e modalidades de ensino, por meio de projetos que atendam aos critérios de cada programa proposto.

Art. 22. Caberá à Direção-geral e à gestão da assistência estudantil de cada *campus* realizar o planejamento orçamentário dos recursos que serão destinados ao Eixo Universal, de preferência, construindo o orçamento de forma participativa com os estudantes do *campus*.

Art. 23. Os programas que compõem o Eixo Universal desenvolver-se-ão por meio de projetos elaborados por:

I - servidores do IFTO, com formação, capacitação ou atuação institucional diretamente relacionada à natureza do programa;

II - estudantes, desde que seu órgão de representação (grêmios estudantis, centros acadêmicos, diretórios acadêmicos ou DCE) ou um servidor se responsabilize legalmente pela sua coordenação.

Art. 24. A seleção dos projetos será realizada pela Comissão local de Assistência Estudantil de cada *campus*, composta por servidores envolvidos diretamente com a Política de Assistência Estudantil.

Art. 25. Os projetos deverão atender aos seguintes critérios:

I - estar em consonância com as Diretrizes da Política de Assistência Estudantil, o disposto nestas normas e os objetivos dos programas adotados em cada *campus*;

II - ter coerência entre a proposta de utilização dos recursos financeiros e a disponibilidade orçamentária para cada programa;

III - ser exequível e considerar as demandas emergentes no contexto institucional;

IV - contemplar o maior número de estudantes.

Art. 26. Os coordenadores dos projetos selecionados deverão apresentar relatório periódico e final, com a prestação de contas financeiras e a avaliação qualitativa das atividades desenvolvidas.

Art. 27. Um mesmo projeto poderá concorrer novamente, uma vez que alcance os objetivos propostos, tenha relevância para o desenvolvimento acadêmico e humano do estudante, apresente relatórios das atividades desenvolvidas e haja disponibilidade de recursos e aprovação pela comissão.

Art. 28. Não caberá a utilização desse recurso para a realização de atividades acadêmicas previstas no Plano de Curso e/ou planejamento das disciplinas, exceto visitas técnicas.

Art. 29. Em casos de viagem para participação dos estudantes em eventos previstos pelos projetos, as solicitações deverão ser providenciadas e formalizadas pelos servidores responsáveis pela execução dos projetos ou pelas entidades estudantis (grêmios, centros acadêmicos, diretórios acadêmicos ou DCE).

Parágrafo único. Serão priorizados os eventos Institucionais.

Art. 30. Quando houver deslocamento de estudante, em atividades previstas pelos projetos, o servidor responsável pela viagem deverá seguir os trâmites legais da instituição para garantir-lhe o seguro com cobertura para acidentes pessoais e assinatura do termo de responsabilidade, além de autorização do responsável legal no caso de estudantes menores de 18 anos.

CAPÍTULO VI

DO EIXO DE ASSISTÊNCIA E APOIO AO ESTUDANTE

Seção I

Da Caracterização

Art. 31. O Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante atenderá prioritariamente estudantes com comprovada situação de vulnerabilidade social, tendo como obrigatória a participação em processo de seleção socioeconômica.

Art. 32. O Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante é composto pelos seguintes benefícios:

I – Auxílio-Transporte;

II – Auxílio-Alimentação;

III – Auxílio-Moradia;

IV – Auxílio-Material Didático;

V – Auxílio-Uniforme;

VI – Bolsa-Formação Profissional;

VII – Auxílio-Emergencial;

VIII - Auxílio aos Pais Estudantes;

IX – Bolsa-Atleta.

Art. 33. O Auxílio-Transporte caracteriza-se no repasse mensal de auxílio financeiro para ajudar o estudante com as despesas de transporte urbano ou rural entre sua residência e a instituição.

Art. 34. O Auxílio-Alimentação consiste na concessão de auxílio financeiro para a refeição diária, preferencialmente no refeitório do *campus*, durante o semestre letivo, com o objetivo de oferecer alimentação aos estudantes de forma saudável e balanceada, a fim de melhorar a qualidade de vida e elevar o desempenho cognitivo.

Art. 35. O Auxílio-Moradia destina-se a despesas com aluguel de imóvel quando nos *Campi* não houver alojamento ou quando não houver alojamento suficiente para todos.

Art. 36. O Auxílio-Material Didático caracteriza-se pelo subsídio para aquisição de material didático conforme a necessidade do estudante, visando contribuir com a melhoria de seu comprometimento em sala de aula.

Art. 37. O Auxílio-Uniforme consiste em ceder ao estudante até três camisetas, conforme padrão do *campus*; minimizando, assim, a distinção entre classes sociais no âmbito escolar, bem como reduzir gastos no orçamento doméstico.

Art. 38. A Bolsa-Formação Profissional consiste na inserção do estudante em setores da administração do IFTO, visando à integração social e ao aperfeiçoamento profissional e cultural, proporcionando a complementação do processo de ensino-aprendizagem por meio do desenvolvimento de atividades orientadas e vinculadas, prioritariamente, à área de formação do estudante.

Art. 39. O Auxílio-Emergencial consiste em fundo financeiro concedido aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica que passam por situações emergenciais, a exemplo de desemprego, problemas de saúde, violência doméstica, entre outros.

Art. 40. O Auxílio aos Pais Estudantes consiste em auxílio financeiro aos pais-estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com crianças de zero a doze anos incompletos, visando minimizar situações estressoras e de desgaste emocional dos estudantes que, durante o horário de aula, necessitam deixar seus filhos aos cuidados de outras pessoas.

Art. 41. A Bolsa-Atleta consiste em repasse financeiro aos estudantes que compõem as equipes regulares de treinamento do *campus*, visando o desenvolvimento esportivo.

Seção II

Do funcionamento

Art. 42. O Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante atenderá prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelo IFTO.

§ 1º Considerando-se as especificidades de cada *campus* do IFTO, a disponibilidade orçamentária e as necessidades do público-alvo, o critério que estabelece o valor de renda *per capita* poderá ser alterado mediante análise técnica da renda e do contexto socioeconômico familiar.

§ 2º Cada *campus* publicará editais informando os tipos de benefícios e suas quantidades, valores e exigências mínimas.

§ 3º Para realizar a análise da vulnerabilidade social será utilizado o questionário socioeconômico disponibilizado no *site* do IFTO.

§ 4º A seleção será realizada pela equipe técnica multiprofissional de cada *campus*.

Art. 43. O estudante selecionado para o benefício de assistência estudantil deverá cumprir junto ao IFTO condicionalidades e regras descritas a seguir:

- I - Estar regularmente matriculado em curso oferecido pelo IFTO;
- II - Assinar Termo de Compromisso com as penalidades em caso de omissão de informações ou uso indevido do recurso;
- III - Comprovação da condição de vulnerabilidade socioeconômica;
- IV - Frequência mínima de 85 % (oitenta e cinco) em sala de aula por bimestre ou período;
- V - Desempenho acadêmico satisfatório;
- VI - Não infringir o Regimento Interno do IFTO.

Parágrafo único. O estudante beneficiado que não cumprir as condicionalidades será submetido à avaliação da comissão multiprofissional de gestão da Assistência Estudantil.

CAPÍTULO VII

DA GESTÃO E SUPERVISÃO

Art. 44. A gestão e a supervisão do Programa de Assistência Estudantil do IFTO serão realizadas pelo Comitê Gestor de Assistência Estudantil, formado:

I - pela Pró-Reitoria de Extensão, por meio da Coordenação de Assistência ao Educando;

II - pelo responsável pelo setor/coordenação de Assistência Estudantil de cada *campus*;

III – por dois representantes estudantis, sendo um indicado pelos grêmios estudantis e um indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Art. 45. Cada *campus* deve manter uma equipe mínima composta preferencialmente de Assistentes Sociais, Psicólogos e Pedagogos.

Art. 46. O planejamento, a execução e avaliação das ações do Programa de Assistência Estudantil serão de responsabilidade, preferencialmente, de uma equipe multiprofissional, composta por:

I – Assistentes sociais;

II – Psicólogos;

III – Pedagogos;

IV – Orientadores educacionais;

V – Técnicos e auxiliares em assuntos educacionais;

VI – Assistentes de aluno;

VII – Médico;

VIII – Odontólogo;

IX – Enfermeiro;

X – Técnicos e auxiliares em enfermagem;

XI – Nutricionistas;

XII - Profissionais de educação física.

Parágrafo único. Havendo possibilidade, será disponibilizado apoio administrativo para o setor/coordenação de Assistência Estudantil.

Art. 47. Caberá a cada *campus* a designação, por meio de portaria, da comissão local de Assistência Estudantil, composta por profissionais relacionados com a Assistência Estudantil; representantes das áreas de ensino, pesquisa e extensão; e dois representantes discentes, sendo um indicado pelo Grêmio Estudantil e um indicado pelo Diretório Central dos Estudantes (DCE).

Parágrafo único. A comissão será subdividida no Eixo Universal e no Eixo de Assistência e Apoio ao Estudante.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 48. Poderão ser criadas novas ações quando se configurarem necessárias, ou extintas aquelas que se configurarem de pouca aplicabilidade.

Art. 49. Os estudantes beneficiários da Assistência Estudantil poderão ser contemplados com os programas de bolsas relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão.

Art. 50. A proposta de realização de eventos envolvendo os diversos *campi* do IFTO deverá ser protocolada à Pró-Reitoria de Extensão, através de plano de trabalho, constando descrição, cronograma e orçamento detalhado.

Art. 51. Cada *campus* implantará as ações de acordo com as necessidades específicas dos seus estudantes.

Art. 52. Os casos não contemplados por este Regulamento serão avaliados pelo Comitê Gestor de Assistência Estudantil e/ou outras instâncias superiores do IFTO.

Art. 53. A manutenção, ampliação e/ou extinção deste programa ficam condicionados à manutenção da ação pelo MEC.

Palmas, 8 de agosto de 2014.

Francisco Nairton do Nascimento
Reitor do Instituto Federal do Tocantins